

caixa

Relatório e Contas 2022

Perseverança combina comigo.

Índice

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO 3
Órgãos Sociais 4
Direções 5
Mensagem do Conselho de Administração 6
Principais Indicadores 11
1. Enquadramento Económico e Financeiro 12
1.1. Contexto Internacional 12
1.2. Contexto Nacional 17
2. A Caixa em 2022 – Síntese da Atividade 23
2.1. Cultura Corporativa 23
2.2. Destaques da Atividade em 2022 26
3. Desempenho da Caixa 28
3.1. Atividade e Negócio 28
3.2. Áreas de Suporte ao Negócio 38
3.3. Gestão de Risco 43
3.4. Caixa e Responsabilidade Social 48
4. Informação Financeira 52
4.1. Resultados 52
4.2. Balanço e Atividade 54
4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais 55
5. Proposta de Aplicação de Resultados 57
6. Referências Finais 59
7. Demonstrações Financeiras 60
Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS 63
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 64
Relatório dos Auditores Externos 64
Anexo às Demonstrações Financeiras 64

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral, Acionistas, Clientes, Colaboradores e demais parceiros o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2022.

Órgãos Sociais

Mesa Assembleia

Presidente
Raquel Helena Lopes Spencer Medina

Vice Presidente
Zilmar Darilson Silva Lopes

Primeiro Secretario
Dulce Sofia Dupret Fonseca

Conselho Administração

Presidente
Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente
Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal
António Carlos Moreira Semedo

Vogal
Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal
Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal
Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal
Domingos Veiga Mendes

Conselho Fiscal

Presidente
Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

Vogal
Sandra Marisa Semedo Monteiro

Vogal
João Augusto Barros Pina

Suplente
António Pedro Gomes Silva

Direções

Direção Financeira e Internacional	Diretor	Manuel Júnior
Direção de Informática, Comunicação e Segurança	Diretor	Abel Cardoso
Direção Comercial Norte	Diretor	Manuel Henrique Almeida
Direção Comercial Sul	Diretora	Denise Santos
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Diretora	Fátima Bernardino
Direção Operacional	Diretora	Ariana Ribeiro
Direção de Gestão de Risco	Diretor	João Carlos Lopes
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Coordenador	Carlos Pereira
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Coordenadora	Dulia Ferreira
Gabinete de Auditoria Interna	Coordenadora	Carmen Varela
Gabinete de Marketing	Coordenadora	Elga Vieira
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	Coordenador	José Luis Silva
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Coordenadora	Vera Lima
Gabinete de Função Compliance	Coordenador	Domingos Semedo
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Coordenador	Oriana Lima
Gabinete de Auditoria de Sistemas de Informação	Coordenador	Jorge Lima
Gabinete Secretariado e Relações-Públicas	Coordenadora	Nancy Cardoso

Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

A conjuntura externa em 2022 ficou marcada pela moderação no crescimento da atividade económica global e, em particular, dos principais parceiros económicos do país, determinada pelos efeitos adversos da guerra na Ucrânia nomeadamente a escalada de preços dos *commodities* energéticos e não energéticos, sendo de destacar o abrandamento da economia na Zona Euro e nos Estados Unidos da América, com o cenário pessimista a prever em 2023 recessão na Zona Euro (-0,9%).

Assistiu-se à Normalização das políticas monetárias e o aperto das condições financeiras nas principais economias com vista a reduzir as pressões inflacionistas resultantes dos efeitos da guerra na Ucrânia, após o período de medidas excecionais destinadas a mitigar os efeitos da crise económica causada pela pandemia da Covid-19.

A inflação continuou elevada, agravando os custos para as famílias, as empresas e o Estado e a afetar negativamente a confiança dos agentes económicos, apesar das perspetivas de redução para 2023.

O mercado de trabalho dos principais parceiros e acolhedores da diáspora cabo-verdiana demostrou resiliência, apesar do impacto económico da guerra na Ucrânia, continuando a registar melhorias ao longo dos últimos seis meses;

A Taxa de desemprego registou diminuição nos EUA, passando de 3,9% em dezembro de 2021 para 3,5% em dezembro de 2022 e na Área do Euro, passando de 7,0% em dezembro de 2021 para um mínimo recorde de 6,6% em dezembro de 2022, o nível mais baixo registado desde a criação da Área do Euro;

O agravamento de tensões geopolíticas entre os países ocidentais e a Rússia e seus principais aliados, por um lado, e entre os Estados Unidos e a China, por outro lado, condicionaram o desenvolvimento da economia global.

A nível nacional, registou-se uma excelente performance da economia, apesar do enquadramento externo menos favorável. O desempenho da economia nacional, durante o ano de 2022 foi proporcionado essencialmente pelos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica iniciada em 2021 com a reabertura da economia, bem como, pela forte recuperação do setor mais afetado pela pandemia – o setor dos serviços, particularmente do turismo

Procedeu-se à eliminação das restrições relacionadas com a Covid-19 e concretização de despesas de consumo adiadas, apoiado em parte pela redução das poupanças acumuladas pelas famílias (sobretudo, das famílias de maiores rendimentos) durante a pandemia;

Medidas de apoio foram tomadas pelo Governo para atenuar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade sobre o consumo das famílias mais vulneráveis.

O Investimento direto estrangeiro realizado no país até o terceiro trimestre de 2022 registou um crescimento de 23,3% face ao período homólogo, associado a projetos de investimentos, sobretudo nos setores do turismo e imobiliária turística e nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista e Portugal destacando como um dos principais países de origem;

O Produto Interno Bruto em volume a cresceu cerca 17,7% em 2022, muito acima de todas as projeções

O índice de preços no consumidor registou um aumento sem precedente, como consequência da guerra na Ucrânia, tendo atingido 7,9% em dezembro 2022, apesar das medidas de mitigação implementadas pelo Governo. Os aumentos mais acentuados foram nas classes dos alimentos, bebidas alcoólicas e tabacos, combustíveis, transportes e saúde.

As reservas internacionais líquidas do país, um dos mais importantes instrumentos de defesa do *peg* unilateral com o Euro, mantiveram-se a um nível satisfatório, garantindo, 6,8 meses de importações em dezembro 2022.

A nível do sistema bancário, assistiu-se ao fim da moratória concedida às empresas, no âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da crise económica causa pela pandemia da Covid-19.

O aumento de endividamento das empresas, sobretudo em consequência da moratória de financiamento no âmbito da linha Covid e do financiamento concedido no âmbito da linha Covid associado à redução drástica das receitas durante a pandemia e a demora na retoma, aumentou significativamente o risco de incumprimento de crédito, o que levou a um assinalável esforço de restruturação de crédito por parte dos bancos.

Permanência de um elevado nível de incerteza no período pós-moratória, face à persistência da guerra na Ucrânia e os seus efeitos na economia e na geopolítica mundial.

A transformação digital continuou no centro da atenção dos governos, das empresas em geral e da banca em particular.

Persistência da concorrência baseada no preço para a captação dos melhores clientes e das melhores operações de crédito, além da compra dos créditos habitação na da carteira dos bancos.

Continuação do excesso de liquidez no Sistema Bancário sem alternativas rentáveis e prudencialmente recomendáveis de aplicação.

Existência de importantes oportunidades de financiamento, no segmento *corporate* nas áreas do turismo, energia renováveis, dessalinização de água, transportes etc.

Permanência no balanço dos bancos de ativos improdutivos e que já atingiram o prazo limite de permanência sem impactar o rácio de solvabilidade.

Formalização de um acordo com as instituições de crédito em que resultaram protocolos entre estas e a Pro-Garante para implementação do designado Plano de Retoma da Economia, subscrito pela Caixa em junho.

Redobrada atenção de supervisão da atividade bancária por parte do Banco de Cabo Verde, com destaque para a área do crédito.

Publicação de novas medidas prudenciais, através do Aviso nº 2/2022 de 20 de abril de 2022, que altera e elimina na quase totalidade as medidas de flexibilização prudencial tomadas no âmbito das medidas excecionais e temporárias no contexto da pandemia da Covid-19 e que estabeleceu: (i) a retoma gradual do rácio de solvabilidade, para as instituições de crédito com o rácio inferior a 12 %, nos seguintes termos: a) 10,5 % até 31 dezembro de 2022; b) 11,25 % até 31 de dezembro de 2023; c) 12 % até 31 de dezembro de 2024; e, (ii) a retoma gradual, a partir de 1 de outubro de 2022, da dedução do valor dos bens recebidos em dação.

A Caixa continuou a sua aposta na transformação digital, na promoção da literacia financeira, e consolidação da sua posição e reputação a nível nacional e Internacional.

Neste contexto, além de organizar várias atividades associadas à literacia financeira e à importância da poupança, a Caixa acolheu na ilha do Sal o 28º encontro Regional do Grupo Africa do Instituto mundial das Caixa Económicas.

O desempenho da Caixa no ano de 2022 manteve a sua trajetória crescente dos anos anteriores, tendo continuado a registar melhorias em vários indicadores que ilustram o reforço da robustez da instituição, apesar do contexto de risco e incertezas acrescidos vividos.

O Ativo Líquido registou um crescimento de 8,54% (+6.669.921 contos) em relação a dezembro de 2021 atingindo 84.755.243 contos, explicado sobretudo pelo crescimento do crédito concedido.

Os Recursos de Clientes, incluindo os Títulos da Dívida Pública, conheceram um crescimento de 8,25% (+5.806.211 contos) atingindo 76.175.454 contos em dezembro de 2022, contra 70.369.243 contos em dezembro de 2021.

O Crédito Bruto a Clientes, incluindo as obrigações "*corporate*", registou um crescimento de 8,56% (+4.838.220 contos), atingindo 61.349.740 contos em dezembro de 2022 contra 56.511.520 contos em dezembro de 2021, apesar de um pequeno "write off" efetuado no valor de cerca de 170.000 contos.

O Crédito Total Líquido, incluindo as obrigações "*corporate*" e a Dívida Publica, registou um crescimento de 8,87% (+4.631.715 contos), atingindo 56.859.817 contos em dezembro 2022, contra 52.228.102 contos em dezembro 2021.

O acompanhamento da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica, face ao fim da moratória, ao aumento do risco e às correspondentes necessidades de restruturação de crédito.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, registaram uma ligeira degradação em relação a 2021, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado um crescimento de 0,14 p.p., passando de 8,30% em 2021 para 8,44% em 2022.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 1.229.419 contos em dezembro de 2022, evidenciando um crescimento de 27,03% (+261.565 contos) em relação a 2021.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2022 atingiu 17,23% contra 15,42% em 2021, evidenciando um aumento de 1,82p.p. em relação a 2021.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 7.505.936 contos em 2022, contra 6.760.934 contos em 2021, evidenciando um aumento de 745.003 contos (+11.02%), explicado pelos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade registou um aumento de 1,59p.p. passando de 21,33%, em dezembro de 2021, para 22,92% em dezembro de 2022, nível confortavelmente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12%.

O rácio de "Cost to income", medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 46,94%, evidenciando uma melhoria de 2,37p.p. em relação a 2021, explicado essencialmente pelo crescimento do produto bancário.

O Banco continua a ter condições prudenciais e liquidez confortáveis para financiar as necessidades de financiamento das famílias e das empresas cabo-verdianas, enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

O Conselho de Administração

Presidente – Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente – Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal – António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal – Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

Principais Indicadores

(mil escudos)	2022	2021	Var.	
1. Dimensão				
Ativo Líquido	84 755 243	78 085 322	**6 669 921**	**8,54%**
Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	7 505 936	6 760 934	**745 002**	**11,02%**
Crédito s/ Clientes (bruto)	61 349 740	56 511 520	**4 838 220**	**8,56%**
Crédito s/ Clientes (líquido)	56 859 819	52 228 102	**4 631 715**	**8,87%**
Recursos de Clientes	76 175 454	70 369 243	**5 806 211**	**8,25%**
Número de Colaboradores Ativos	371	371		
Número de Agências e outras formas de Representação	38	37	**1**	**2,70%**
Balcões	32	34	**-2**	**-5,88%**
Delegações nos Correios	6	3	**3**	**100%**
Número de Caixas Automáticas Ativas - ATM	43	42	**1**	**2,38%**
Número de Terminais POS	2 505	2 280	**225**	**9,87%**
2. Rendibilidade				
Resultados Líquidos do Exercício	1 229 419	967 854	**261 565**	**27,03%**
Cash Flow do Exercício	1 777 755	1 555 166	**222 589**	**14,31%**
ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	1,51	1,23		**0,28 p.p**
ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	17,23	15,42		**1,82 p.p**
3. Prudenciais				
Fundos Próprios (Aviso 3/2007)	7 025 833	6 491 871	**533 962**	**8,23%**
Rácio de Solvabilidade (Aviso 4/2007)	22,92	21,33		**1,59 p.p**
Rácio do Imobilizado Líquido (Fundo Próprios/Imobilizado Líq.)	336,57	306,89		**29,68 p.p**
Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	68,38	77,42		**-9,05 p.p**
Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	81,08	80,74		**0,34 p.p**
Liquidez Geral	31,64	30,94		**0,70 p.p**
Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	8,44	8,30		**0,14 p.p**
Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (s/títulos)	113,21	116,75		**-3,55 p.p**
Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (c/títulos)	121,04	123,89		**-2,85 p.p**
Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº195 de 20181221)	5,52	5,69		**-0,17 p.p**
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	10,02	10,28		**-0,26 p.p**
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	19,44	14,79		**4,65 p.p**
4. Funcionamento				
Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	46,94	49,31		**-2,37 p.p**
Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	9 227	8 300	**927**	**11,16%**
Margem Complementar/Custo Com Pessoal	37,50	29,41		**8,09 p.p**
Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	4 792	4 243	**549**	**12,93%**
Cash Flow/ Recursos Próprios médio	24,92	24,78		**0,14 p.p**
Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	2,18	1,97		**0,21 p.p**

1. Enquadramento Económico e Financeiro

1.1. Contexto Internacional

Após uma grande receção da economia mundial em 2020 por conta do choque da pandemia da Covid 19, o crescimento económico em 2021 foi robusto, principalmente nas economias mais avançadas. No entanto, em 2022 verificou-se a materialização de alguns riscos apontados, que vieram deteriorar as perspetivas económicas mundiais.

Com a concretização da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, disparou o preço das *commodities* e dos produtos energéticos, gerando uma crise energética na Europa, levando ao agravamento das pressões inflacionista, que se apresentaram acima das projeções feitas em dezembro 2021, principalmente nos Estados Unidos e nas principais economias europeias. Na sequência, os principais bancos centrais adotaram uma política monetária mais restritiva, de forma a conter a inflação e garantir a estabilidade dos preços.

Nesse sentido, os Estados Unidos avançaram com uma política monetária restritiva mais agressiva, gerando alguma instabilidade financeira, decorrente da apreciação do dólar, com impacto negativo na atividade económica mundial. Logo, as divergências que se verificaram em 2021 entre as economias mais avançadas, emergentes e em desenvolvimento, relativamente ao ritmo da recuperação da atividade económica, amplificaram-se, sendo os mais afetados os países importadores de *commodities,* gerando inquietação social e insegurança alimentar.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as estimativas do 2º trimestre de 2022 apontam que as três maiores economias do mundo apresentaram uma forte contração da atividade económica, embora abaixo do nível da Pandemia. No 3º trimestre de 2022 o PIB real apresentou fortes melhorias, como é o caso dos Estados Unidos, da área do euro e dos principais países emergentes e em desenvolvimento, graças a um consumo privado e investimentos maiores do que o previsto, num cenário de mercados de trabalho mais restritos e de maiores apoios fiscais. Por outro lado, a redução dos estrangulamentos na oferta e a queda nos custos de transporte que reduziram as pressões sobre os preços, permitiram a recuperação de alguns setores afetados pelos choques. Apesar de tudo, no 4º trimestre estimou-se que o PIB real voltou a reduzir na maioria das economias mais avançadas.

As projeções do FMI em janeiro de 2023 indicam que, o crescimento real estimado do PIB mundial abrande de 3,4% em 2022 para 2,9% em 2023 e em 2024 aumente para 3,1%. Comparativamente as projeções de outubro, a estimativa para 2022 e a previsão para 2023 do crescimento real do PIB mundial, são superiores em cerca de 0,2 p.p., refletindo uma resiliência acima do esperado. Desta forma, nos Estados Unidos, o crescimento projetado deverá cair de 2,0% em 2022 para 1,4% em 2023 e 1,0% em 2024. Em janeiro, a previsão foi revista em alta em 0,4 p.p. para 2023, refletindo os efeitos residuais do aumento da procura interna e para 2024, foi revista em baixa em 0,2 p.p. tendo em conta o aumento das taxas da FED, com um pico de 5,1% em 2023. Na Área Euro, o crescimento poderá chegar aos 0,7% em 2023 e 2024 para 1,6%. A revisão da previsão em alta em 0,2 p.p. para 2023 reflete a redução dos preços dos produtos energéticos a partir do final de 2022 e os apoios orçamentais. No Reino Unido projeta-se um crescimento de -0,6% em 2023, com uma revisão em baixa em 0,9 p.p. em relação a outubro, reflexo de políticas fiscais e monetárias mais restritas e os elevados preços no consumidor.

Quanto a China, a desaceleração do crescimento económico no 4º trimestre de 2022 levou a revisão em baixa em 0,2 p.p. para 2022 ficando em 3,0%, sendo a primeira vez em mais de 40 anos com o crescimento abaixo da média global. Para 2023 prevê-se que o crescimento aumente para 5,2%, refletindo um abrandamento na política de controle da Covid-19, e em 2024 deve reduzir para 4,5%, embora deva manter abaixo dos 4% no médio prazo, por conta da redução do dinamismo nos negócios e um progresso mais lento nas reformas estruturais.

O FMI avança que apesar dos choques que a economia mundial vem enfrentando, não é esperado um crescimento negativo do PIB real mundial. No entanto, o crescimento global projetado para 2023 e 2024 está abaixo da média anual pré pandemia de 3,8%.

Projeções para Crescimento Económico Mundial

	2021	2022E	2023P	2024P
Produto Mundial em volume (%)	6,2	3,4	2,9	3,1
Economias Avançadas	5,4	2,7	1,2	1,4
EUA	5,9	2,0	1,4	1,0
Japão	2,1	1,4	1,8	0,9
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6	0,9
Zona Euro	5,3	3,5	0,7	1,6
Alemanha	2,6	1,9	0,1	1,4
França	6,8	2,6	0,7	1,6
Itália	6,7	3,9	0,6	0,9
Espanha	5,5	5,2	1,1	2,4
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,7	3,9	4,0	4,2
Brasil	5,0	3,1	1,2	1,5
Rússia	4,7	-2,2	0,3	2,1
Índia	8,7	6,8	6,1	6,8
China	8,4	3,0	5,2	4,5
África Sub-Sahariana	4,7	3,8	3,8	4,1
Nigéria	3,6	3,0	3,2	2,9
África do Sul	4,9	2,6	1,2	1,3

Fonte: FMI, World Economic Outlook, janeiro de 2023

Relativamente a inflação global, os dados do FMI em janeiro de 2023 indicam que reduzirá de 8,8% (média anual) em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, embora acima do nível pré pandemia de 3,5%. A desinflação projetada reflete, em parte, a queda nos preços internacionais dos combustíveis e das *commodities* não combustíveis devido a procura global mais fraca. Nas economias mais avançadas, projeta-se que a inflação média anual reduza de 7,3% em 2022 para 4,6% em 2023 e 2,6% em 2024 e nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, que reduza de 9,9% em 2022 para 8,1% em 2023 e 5,5% em 2024, acima dos níveis pré pandemia de 4,9%. Por último, nos países em desenvolvimento de baixo rendimento, a inflação deve cair de 14,2% em 2022 para 8,6% em 2024, mas próxima dos níveis pré pandemia.

No mercado de trabalho mundial, apesar da escassez de mão de obra, o BCE avança que evoluiu positivamente e permaneceu resiliente, sendo que o emprego aumentou 0,3% no terceiro trimestre, atingido um novo mínimo histórico de 6,5% em outubro de 2022. Avança também que a subida dos salários deverá restabelecer algum do poder de compra perdido, apoiando o consumo. Contudo, é provável que a criação de emprego abrande com o enfraquecimento da economia, podendo o desemprego aumentar nos próximos trimestres. Mas projeta-se que, na

área euro o crescimento do salário aumente de 4,5% em 2022 para 5,2% em 2023 e diminuindo para 4,25% em 2024.

Para a política monetária, tendo em conta os riscos que uma inflação mais elevada representa para a estabilidade económica, a prioridade dos principais bancos centrais em 2022 foi em manter a estabilidade dos preços e uma maior empregabilidade. Como tal, foram descontinuados os apoios monetários implementados no período da pandemia, com um rápido aumento das taxas de juros e encerramento dos programas de compras líquidas de ativos pelos bancos centrais. A Reserva Federal nos Estados Unidos (FED) no início de 2022, adotou uma política monetária mais restritiva, aumentando as taxas de juros, sendo que em junho foi o maior aumento desde 1994. O Banco Central Europeu (BCE) só veio aumentar as taxas em julho, pela primeira vez em 11 anos, para níveis históricos. Em dezembro de 2022, o Conselho do BCE voltou a aumentar as três taxas de juro diretoras em 50 pontos base. Assim, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito aumentaram para 2,50%, 2,75% e 2,00%, respetivamente.

Na sequência, para mitigar as repercussões económicas negativas dessas medidas, mantiveram-se as medidas de apoio orçamental para amortecer o impacto sobre os grupos mais vulneráveis, principalmente nas economias mais avançadas, embora com a pressão sobre os orçamentos decorrente da pandemia e a necessidade de uma política económica direcionada para a estabilidade dos preços.

O FMI avança que, à medida que as economias avançadas aumentam as taxas de juros para combaterem a inflação, as condições financeiras vão se tornando cada vez mais restritas, em especial, nas economias em desenvolvimento de baixo rendimento. Esses desafios surgem num momento em que muitos países não dispõem de espaço fiscal, sendo que, principalmente os países de baixo rendimento, estão extremamente endividados e os mecanismos de resolução da dívida mantêm-se lentos e imprevisíveis. Para o BCE, a política orçamental deve visar preservar a sustentabilidade da dívida no médio prazo, assim como aumentar o potencial de crescimento de forma rápida e sustentável, tornando as economias mais resistentes aos choques externos.

Nos mercados financeiros, com o aumento das incertezas, aumentou-se também a volatilidade nos mercados. Assim, nos mercados cambiais o_dólar esteve no seu ponto mais alto desde o início da década de 2000, embora a valorização seja mais pronunciada em relação às moedas das economias avançadas. Quanto ao euro, até setembro depreciou-se em termos efetivos e face ao dólar, mas a partir de setembro e até dezembro de 2022 fortaleceu-se globalmente, em termos ponderados pelo comércio, registando uma forte apreciação face ao dólar dos Estados Unidos, em 6,4%. Nos mercados acionistas europeus, o BCE aponta que recuperaram no último trimestre de 2022, superando os seus pares a nível mundial, incluído os Estados Unidos, principalmente no setor bancário. Quanto as condições de financiamento, apresentam-se mais restritas em 2022 com a subida das taxas de juro e custos de financiamento dos bancos mais elevados. Os empréstimos bancários às empresas mantiveram-se robustos, verificando-se o inverso para os empréstimos aos particulares, com o aumento das taxas ativas bancárias.

Para o setor bancário, uma atividade económica mais fraca aumenta o risco de crédito, pesando negativamente na rentabilidade dos bancos. De acordo com o BCE, a qualidade dos ativos dos bancos da área euro não apresentaram sinais de deterioração generalizada no 1º semestre de 2022 e os bancos apresentaram uma ligeira melhoria nos lucros. Assim, as perspetivas de rentabilidade para os bancos são favoráveis. Mas a medida que as taxas de juros aumentam, os bancos podem enfrentar uma queda na qualidade dos ativos e custos de financiamento cada vez mais altos. Também podem enfrentar riscos de crédito mais altos decorrentes da exposição aos setores mais vulneráveis aos choques, como é o caso do setor imobiliário residencial. Contudo, o BCE avança que o custo com os riscos de crédito dos bancos estabilizou em valores mínimos da pré-pandemia, mas poderá aumentar no futuro. Mais avança que as fraquezas estruturais existentes e a maior necessidade de gerir o risco cibernético continuam a ser um grande desafio para o setor bancário. O aumento das incertezas no setor financeiro poderá atrasar os planos de transformação digital dos bancos e consequentemente a sustentabilidade da rentabilidade a longo prazo.

Para o futuro, os principais riscos e incertezas apontados em 2021, prosseguem a assombrar as projeções e a estabilidade económica. De acordo com o FMI, uma política monetária restritiva sincronizada entre os países, sem precedentes, terá forte impacto e custos económicos, levando a desaceleração do crescimento mundial em 2023. Os riscos permanecem elevados, mas as

alternativas em termos de instrumentos económicos estão mais limitadas. Com isso, o risco de desajustes na política monetária e fiscal aumenta consideravelmente perante as incertezas.

1.2. Contexto Nacional

As perspetivas de recuperação da atividade económica para os países em desenvolvimento e de baixo rendimento deterioraram-se consideravelmente com o conflito entre a Ucrânia e Rússia. Isto implica que a retoma da atividade económica para os níveis pré pandemia leve mais tempo e que a capacidade desses países seja fortemente afetada pela desaceleração da atividade económica mundial, subida da inflação e pelas políticas adotadas nos países mais avançados. O aumento das taxas de juro pelos principais bancos centrais, irá agravar o serviço da dívida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que já se encontram numa situação orçamental fragilizada, conforme alertado pelas Nações Unidas. Os países que são grandes exportadores de serviços de turismo como é o caso de Cabo Verde, irão sofrer um grande impacto com a desaceleração da atividade económica mundial, levando a redução da confiança dos consumidores e perda de poder aquisitivo.

Apesar dos choques externos, o Banco de Cabo Verde (BCV) avança que a atividade económica no país no 1º semestre de 2022 foi positiva, impulsionada pelo setor dos serviços ligados ao turismo. Relativamente ao 3º trimestre e 4º trimestre de 2022, o BCV avança que os indicadores de conjuntura nacional apontam para uma desaceleração da atividade económica. O indicador de confiança do consumidor apurado no 3º trimestre manteve a tendência descendente, situando-se abaixo da média da série e abaixo do valor do trimestre homólogo, indicando uma diminuição da confiança das famílias. Quanto ao indicador de clima económico apesar da evolução positiva no 3º trimestre, no 4º trimestre de 2022 evoluiu negativamente face ao mesmo trimestre em 2021.

As contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam no 4º trimestre que o PIB cresceu em termos homólogos em 9,1%, em volume, com uma redução de 13,1 p.p. face ao trimestre anterior. Apontam também para um crescimento anual do PIB em 2022 em 17,7% (provisório), em volume. Trata-se do crescimento mais alto verificado ao longo da série, desde 2020.

Como era de esperar, num contexto internacional de forte aumento dos preços das *commodities* e dos produtos energéticos, aumentaram as pressões inflacionárias no país. De acordo com os dados do INE, em dezembro de 2022 a taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor (IPC) atingiu o valor 7,9%, comparativamente ao valor de 1,9% no período homólogo. Quanto a taxa de variação homóloga do IPC total, atingiu o valor de 7,6%, contra o valor de 5,4% em dezembro de 2021.

No setor externo, para o 3º trimestre os dados apontam para uma continua melhoria das contas externas, prevendo-se uma redução do défice da balança corrente, que deverá beneficiar do excedente da balança de serviços, dado a previsão de aumento nas exportações de serviços, principalmente nas receitas provenientes de viagens de turismo e de serviços de transportes aéreos. O défice da balança corrente atingiu o valor de 2.887,7 milhões de escudos face ao valor de 6.172,9 milhões no período homólogo.
Em dezembro de 2022 o stock das reservas internacionais líquidas aumentou face a dezembro de 2021 em 30,5 milhões de euros, atingindo o valor de 625,7 milhões de euros, com a garantia de 6,6 meses de importações de bens e serviços.

Quanto ao setor monetário e financeiro, de acordo com os dados do BCV, a oferta monetária expressa pela evolução do agregado M2, aumentou 5,9% em dezembro de 2022 face a dezembro de 2021, em resultado do aumento do crédito interno líquido e dos ativos externos líquidos do Banco de Cabo Verde. O crédito à economia aumentou em 5,3% face a dezembro de 2021, comparado com o crescimento de 6,1% no período homólogo, evolução determinada pela diminuição gradual da carteira de crédito em regime de moratória e descontinuação das linhas de crédito Covid-19 garantidas pelo Estado. O crédito líquido ao setor público administrativo cresceu 16,7% face a dezembro de 2021, por conta da evolução do crédito ao governo central que registou um crescimento de 17,6% face a dezembro de 2021, justificada pelo aumento da emissão de bilhetes e obrigações do tesouro em mais 14.007.3 milhões de escudos milhões de escudos, sendo 82,8% subscrito pela banca nacional e 17,2% por outras entidades.
A restritividade das condições financeiras mundiais pode agravar consideravelmente a situação dos países em situações de sobre-endividamento, exigindo o ajustamento orçamental para estabilizar a dívida.

Relativamente as contas públicas, no 4º trimestre continuaram a apresentar melhorias, por conta do aumento das receitas fiscais e outras receitas e redução das despesas com ativos não financeiros. O BCV avança que o défice orçamental reduziu para 9.677 milhões de escudos, comparativamente ao valor de 14.371,2 milhões de escudos no período homólogo. O endividamento interno líquido do Estado remonta o valor de 6.280 milhões de escudos, tendo recorrido a banca no valor de 7.962 milhões de escudos e 1.301 milhões de escudos a outros credores nacionais. Quanto ao endividamento externo líquido, atingiu o valor de 4.784 milhões de escudos. Assim, o stock da dívida pública, excluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), aumentaram em dezembro de 2022, 5,4% em termos homólogos, aumentando para 295,4 mil milhões de escudos.

Ainda, de acordo com os dados do FMI[1], o saldo orçamental global, incluídos os donativos estimado para 2022 corresponde ao valor de -6,4% do PIB e a dívida externa oficial, 127,6% do PIB. No campo da política orçamental, para os anos de 2022 e 2023 segue uma orientação mais restritiva para reajuste das contas públicas e a retoma gradual do plano de consolidação orçamental.

Em resumo, tendo em conta o contexto internacional e nacional, no Relatório de Política Monetária de outubro de 2022, o BCV apresenta as perspetivas de evolução dos Principais Indicadores Económicos Nacionais, abaixo indicado.

Principais Indicadores Económicos Nacionais

Indicadores	Unidade	2020E	2021E	2022P	2023P CB	2023P CA
				out-22	out-22	
Setor Real						
PIB real	var. em %	-14,8	7,0	8,3	4,8	2,9
Setor Externo						
Défice Corrente	% do PIB	16,5	13,2	5,3	4,2	7,5
RIL/Importações	meses	7,9	7,5	6,8	6,3	5,7
Setor Monetário						
Índice Preço no Consumidor	v.m.a. em %	0,6	1,9	8,1	4,2	5,0
Ativo Externo Líquido	var. em %	-9,9	5,2	9,1	-3,7	-12,3
Crédito à Economia	var. em %	4,8	6,1	5,1	4,0	3,6

Fonte: BCV, Relatório de Política Monetária, outubro 2022[2]

[1] Perspetivas Económicas Regionais para a África-subsariana de outubro de 2022.
[2] E-Estimativa; P – Projeções de outubro de 2021; v.m.a. - var. média anual; CB - cenário base; CA - cenário adverso. Últimos dados disponíveis até data de execução do relatório

Sistema Financeiro Nacional

O Banco de Cabo Verde, como principal supervisor do sistema financeiro nacional, avança que em 2021 o sistema financeiro manteve-se resiliente, apresentando uma forte capacidade de adaptação a choques exógenos, sem registos de materialização de riscos sistémicos suscetíveis de comprometer a estabilidade financeira. No entanto, em 2022 permanecem as vulnerabilidades que poderão ser intensificadas pelo conflito entre a Ucrânia e Rússia e os seus efeitos adversos.

No quadro da política monetária, em 2022 o BCV manteve uma política acomodatícia, permanecendo inalteradas as taxas de juro de referência, mas prevê que em 2023, considerando a necessidade de reduzir as pressões inflacionistas no país e garantir a estabilidade dos preços e o regime do *peg fixo* ao Euro, poderá adotar uma política mais restritiva. Avança também que irá manter o programa de financiamento de longo prazo, através da Operação Monetária de Financiamento (OMF) até junho de 2023, com redução do montante de colocação mensal e manutenção da taxa de juro nos 0,75%. Também, pretende estabelecer critérios de controlo da utilização das OMF pelos bancos comerciais, que devem apresentar evidências quanto à utilização adequada dos fundos.

No âmbito macroprudencial, pretende-se avançar com alteração das medidas de flexibilização prudencial tomadas no âmbito das medidas excecionais e temporárias no contexto da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, as instituições de crédito com rácio de solvabilidade inferior a 12% deverão retornar aos valores gradualmente conforme normativo nos seguintes termos: 10,5% até 31 dezembro de 2022; 11,25% até 31 de dezembro de 2023; 12% até 31 de dezembro de 2024. Igualmente, desde início de outubro de 2022, avançou-se com a retoma gradual da dedução do valor dos bens recebidos em dação.

As projeções do BCV indicam um aumento das reservas externas e do crédito à economia que deverá resultar num aumento da liquidez na economia em torno dos 6,6%. O crédito à economia deverá crescer em 5% em 2022, um ritmo mais moderado do que em 2021, tendo em conta o processo de *phasing-out* gradual do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime de moratórias, que iniciou em julho do 2021 e que terminou em setembro de 2022. Em 2022 prevaleceu a manutenção da acomodação do financiamento da economia, com o reforço dos incentivos ao financiamento das empresas no âmbito do "Plano de Retoma Económica" do

Governo, que inclui novas linhas de crédito às empresas para apoio à tesouraria e investimento. Contudo, o FMI alerta que a aumento das garantias bancárias prestadas pelo Estado no âmbito das medidas para mitigar os efeitos negativos da pandemia e no plano de retoma económica, aumentaram a exposição do sector bancário ao sector público ameaçando a estabilidade financeira.

No setor bancário, de acordo com o BCV, em 2021 manteve-se sólido e resiliente, com níveis de capitalização adequados, garantidos pelo reforço contínuo das posições de capital e saneamento da carteira de crédito. Em resultado, aumentou a atividade bancária acompanhado da melhoria dos rácios de solvabilidade e do rácio de crédito em incumprimento, favorecendo a solvência, a qualidade dos ativos e a rendibilidade. Também os níveis de provisões e de imparidades para a cobertura dos riscos de crédito mantiveram-se satisfatórios. No entanto, com os desenvolvimentos em 2022, no médio e longo prazo, é preciso ter em consideração os prováveis impactos de uma deterioração das condições financeiras do sector não financeiro face às perspetivas de abrandamento do crescimento económico e do aumento da inflação. Em resultado, os bancos enfrentarão desafios acrescidos relativamente ao aumento do risco de crédito e gestão de crédito, levando a uma deterioração da qualidade das carteiras com impacto nos resultados, nas imparidades, bem como solvabilidade e da estabilidade financeira.

Os principais riscos apontados em 2021 para o setor bancário permanecem em alta em 2022, pelo que se mantém a concentração do funding num número reduzido de provedores de financiamento, a concentração do crédito num número restrito de contrapartes e em determinados setores. O risco de concentração mostra-se particularmente elevado e muito vulnerável à materialização do risco de crédito sectorial e de concentração face aos grandes devedores, que por sua vez também pertencem ao mesmo setor de atividade.

No mercado de Capitais, em 2022 permaneceram as quatro empresas cotadas na bolsa de valores mobiliários, duas das quais empresas financeiras do sector bancário. As ações das empresas financeiras cotadas em bolsa valorizaram, invertendo a tendência decrescente desde 2016 e mantendo-se acima do valor médio registado em 2018. As sociedades não financeiras também valorizaram as duas ações, evidenciando a contínua confiança dos investidores. No mercado obrigacionista, o stock da dívida titulada do sector bancário permaneceu nos mil

milhões de escudos e concentrados em dois bancos. No mercado primário predominou as emissões de títulos de dívida do governo central, pela via da emissão de obrigações do tesouro, embora com uma maior dinâmica na emissão de bilhetes de tesouro. Contudo verificou-se igualmente um aumento das obrigações corporate. As transações realizadas no mercado secundário aumentaram, mas continuou a evidenciar uma baixa expressividade nas transações realizadas.

2. A Caixa em 2022 – Síntese da Atividade

2.1. Cultura Corporativa

A Caixa promove o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e procura desenvolver uma cultura organizacional forte, com base nos seguintes elementos estratégicos:



Estrutura Acionista

Em 2022 o capital social da Caixa não sofreu qualquer alteração, perfazendo o valor de 1.392.000.000 CVE (mil trezentos e noventa e dois milhões de escudos), totalmente subscrito e realizado, representado por 1.392.000 ações, com o valor nominal de 1.000 escudos cada, estando a totalidade das ações cotadas em bolsa.

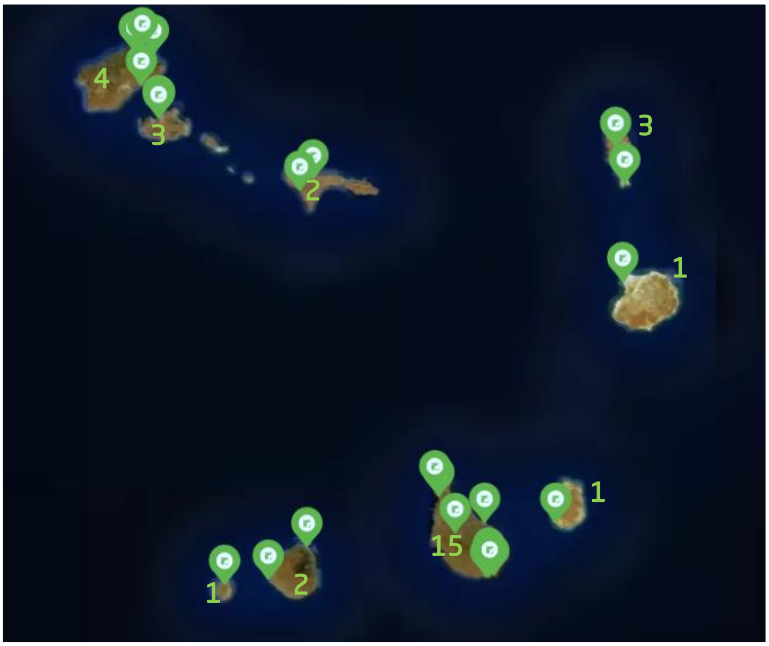
Entidade	Nº de Ações	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	657 200	47,21%
Ministério Finanças - Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros Subscritores e Colaboradores	142 147	10,21%
Total	**1 392 000**	**100,00%**

Rede de Cobertura, Canais e Clientes

No final de 2022, a Caixa contava com 32 agências ativas e 6 delegações, distribuídas pela região Norte e Sul, centrando a sua atividade em Cabo Verde. A Caixa está presente em todo o território Nacional, com uma rede comercial de 244 colaboradores num total de 385 colaboradores, 228 do sexo feminino e 157 sexo masculino. Em termos de capacitação dos colaboradores, o índice de tecnicidade aumentou face a 2021, atingindo o valor de 68%, o que revela o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos e que realizou um conjunto de iniciativas com vista a melhoria da eficácia comercial.

Na ilha de Santiago, a Caixa dispõe ainda de uma agência de Caixa Empresas, com atendimento dedicado as empresas, uma agência de Private Banking, dedicado aos clientes deste segmento e uma agência de Microcrédito para os clientes do microcrédito. Não obstante, o atendimento pode ser feito as restantes ilhas por via dos Canais Digitais.

Cobertura de Agências por Ilhas



A Caixa pôs ainda a disposição dos clientes, 43 caixas automáticas, aumentando mais uma máquina face ao ano passado. Em termos de terminais de pagamento, o número de POS instalados aumentou para 2.505, com um crescimento de 225 terminais relativamente a 2021. Para além da rede de agências físicas, os clientes puderam contar com os canais digitais no âmbito da transformação digital. A Caixa acredita nas vantagens tecnológicas e na inovação, e

é neste sentido que oferece a mais avançada tecnologia da Banca Digital. Através do serviço da Homebanking Caixanet e da App Caixa Mobile, entre outros, permite os clientes operarem quando e onde quiserem, de forma simples, cómoda e totalmente segura. A oferta digital também aumentou com a Plataforma Crédito Digital e app Caixa Microcrédito.

Desta forma, em 2022 registou-se um forte crescimento do negócio digital, com um aumento de 23,54% nos contratos de adesão ao Serviço Caixanet, mais 11.881 clientes digitais. E foram realizadas no Caixa Mobile e Caixanet 52.753.485 operações, com um crescimento de 108,04% face a 2021. Entre as transações realizadas destacam-se as transferências internas, carregamento de telemóvel e pagamento de serviços.



Homebanking Caixanet
APP Caixa Mobile



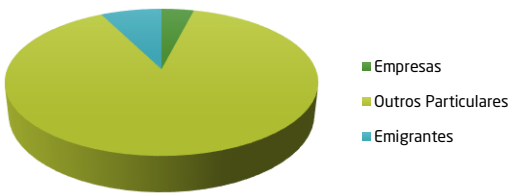
App Caixa Microcrédito



Website da Caixa, Canal Youtube e Facebook Caixa Mobile

Em dezembro de 2022 a Caixa contava com 77.171 clientes digitais num total de 355.566 clientes ativos (apresentados abaixo no gráfico), o que corresponde a uma taxa de penetração de 21,70%.

Clientes da Caixa por segmento



Modelo de Negócio e Linhas Estratégicas

A Caixa trabalhou essencialmente com três grandes segmentos, os Clientes Particulares, Empresas e Microcrédito. No segmento dos particulares contamos com os Particulares Residentes e Não Residentes, Emigrantes e Private Banking, no segmento empresas contamos com as Entidades Públicas, Instituições Financeiras e Empresas Privadas Não Financeiras e no

segmento Microcrédito os micro empreendedores, pessoas de baixo rendimento e microempresas.

Mantendo a sua posição de destaque no sistema bancário nacional, como uma das maiores instituições financeiras em Cabo Verde, apresenta uma quota de mercado em volume de negócio de 31,46%. As suas atividades mantêm-se focadas na Banca Comercial, com uma oferta de produtos e serviços financeiros para as empresas e particulares, entre as quais contas à ordem, soluções de poupança e investimentos, soluções de créditos e serviços para a gestão diária do cliente, entres outros.

2.2. Destaques da Atividade em 2022



O ano de 2022 foi para Caixa um ano de crescimento nas diferentes perspetivas, focado na transformação digital e na inovação. A Caixa é uma referência no sistema financeiro, com uma marca forte no mercado. A nível do posicionamento da marca Caixa, apostou-se na sua consolidação como o Banco mais digital no mercado de Cabo Verde.







Um grande marco para atividade da Caixa em 2022 foi a aposta no segmento dos emigrantes, com a campanha CAIXA. SEMPRE AO SEU LADO. Com isso foi notório o crescimento do segmento nos depósitos e créditos.

Para o segmento dos particulares, a Caixa disponibilizou a plataforma Crédito Digital, tornando mais fácil a contratação de crédito pessoal. E no financiamento automóvel, pelo segundo ano consecutivo, a Caixa junta-se a Caetano Cabo Verde para mais uma edição da Mega Feira Automóvel, com uma TAN especial de 7%[3], contribuindo para um aumento do crédito automóvel em 4,42%.





[3] *TAEG 8,395% calculada com base na TAN de 7% apresentada para o empréstimo no valor de 2.500.000$00, considerando o prazo máximo de amortização de 6 anos.





No microcrédito, contribuindo para a inclusão financeira, o empréstimo concedido para pessoas de baixo rendimento e que possuem pequenos negócios (segmento dos particulares) aumentou em 29,6% face a 2021. Também com uma oferta digital, a app Caixa Microcrédito que permite receber e gerir os processos de microcrédito.

Para as empresas, a Caixa lançou o novo cartão Visa Pré-Pago Plus, um cartão ecológico feito de materiais reciclados e a oferta de um novo layout do cartão Vinti4 Empresas, também feito de materiais reciclados.





Para apoiar as atividades das empresas, a Caixa lançou o novo serviço de Transferência em Lote, que permite o pagamento de salários, pagamento de faturas, entre outros, através Caixanet, de forma simples, rápida e segura.

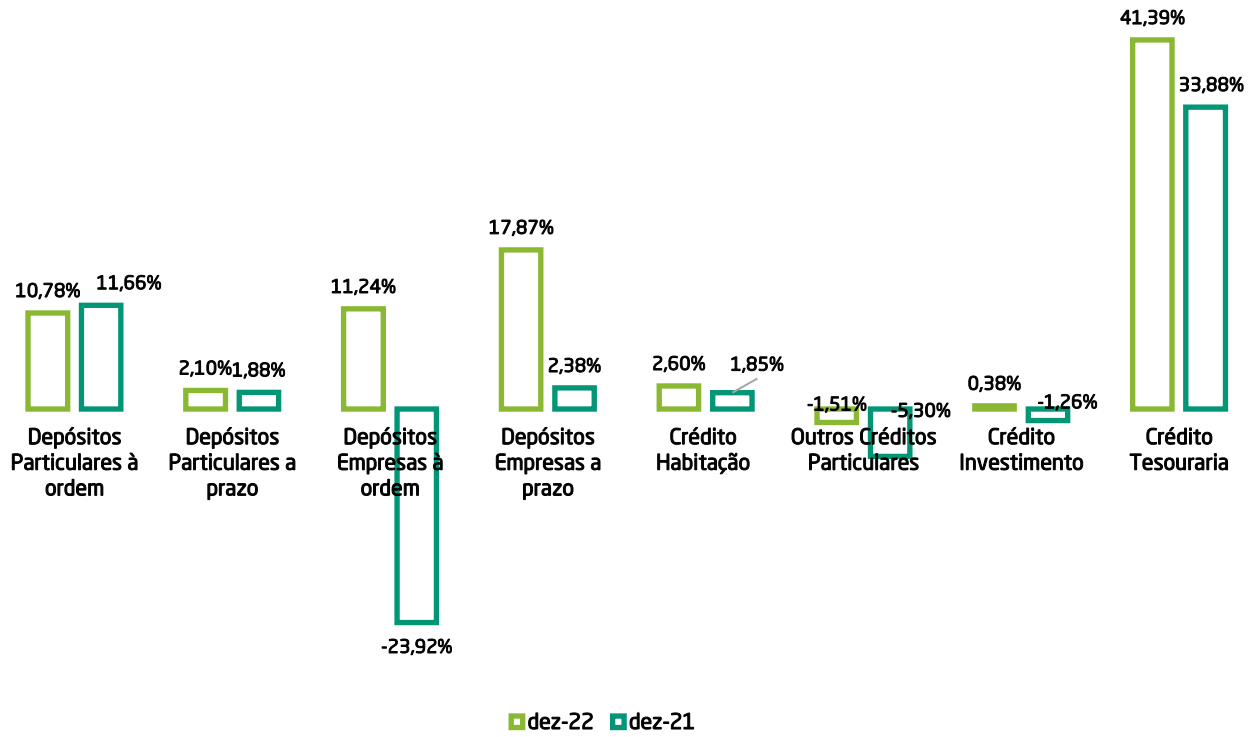
Ainda, a Caixa reforçou a oferta às empresas, através da Linhas de Crédito de Apoio a Retoma da Economia com Garantia do Estado, apoiando as empresas em determinados setores estratégicos. O crédito bruto às empresas aumentou em 9,91% face a 2021, com destaque para o crédito tesouraria.

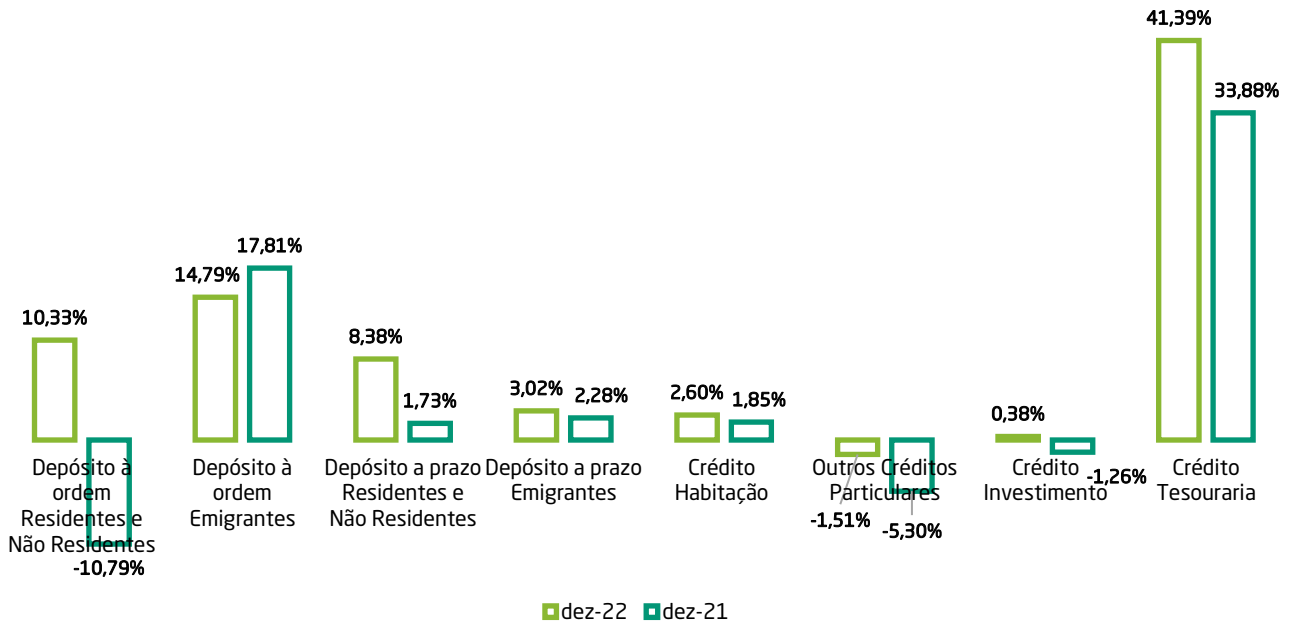


3. Desempenho da Caixa

3.1. Atividade e Negócio

A atividade comercial da Caixa em 2022 foi marcada por um forte dinamismo, registando um crescimento do volume de negócios em 8,37%. O Portfólio de Produtos da Caixa, onde estão incluídos os produtos de depósito (depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros) e crédito (carteira de crédito a clientes e títulos *Corporate*, não inclui, dívida pública, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos), apresentou a seguinte evolução:





Depósito dos Clientes

Em termos gerais, a evolução da carteira de depósitos foi bastante satisfatória, com destaque para o crescimento da carteira de depósitos do segmento empresas. Em dezembro de 2022 a carteira de depósitos da Caixa, incluindo os depósitos de instituições de crédito, totalizava o valor de 75.864.759 mil escudos, registando um crescimento global de 8,41%, 5.887.828 mil escudos face a 2021.

Mantem-se o maior peso dos depósitos do segmento dos particulares conforme tradição. Assim, em 2022 o segmento dos particulares apresentava um peso 64,4%, com uma carteira de 48.859.691 mil escudos e as empresas um peso de 35,6%, com uma carteira de 27.005.068 mil escudos. Face a 2021, verificou-se um crescimento de 5,78% para os particulares e 13,52% para as empresas, conforme indicado no quadro abaixo.

Depósito dos Clientes (mil escudos)

Segmentos	dez-22		dez-21		Var.	
					Abs.	Rel.
Particulares	48 859 691	**64,40%**	46 188 112	**66,00%**	2 671 579	**5,78%**
Empresas	27 005 068	**35,60%**	23 788 820	**34,00%**	3 216 248	**13,52%**
Total	**75 864 759**	**100,00%**	**69 976 932**	**100,00%**	**5 887 828**	**8,41%**

Ainda como tendência, a Caixa apresenta uma forte ligação com a comunidade de emigrantes fora do país, com uma boa representatividade deste segmento na carteira de depósitos. A carteira de depósitos dos emigrantes cresceu 5,79%, 1.264.425 mil escudos, com um peso de 30,43% e perfazendo o valor de 23.086.626 mil escudos. Os depósitos à ordem revelaram um incremento de 14,791% e os depósitos a prazo em 3,02%, onde destacamos a poupança emigrante com incremento em moeda nacional.

Depósitos dos Emigrantes, Residentes e Não Residentes (mil escudos)

Segmentos	dez-22		dez-21		Var.	
					Abs.	Rel.
Residentes e Não residentes	**52 778 133**	**69,57%**	**48 154 731**	**68,82%**	**4 623 402**	**9,60%**
Depósito à Ordem	33 184 909	43,74%	30 076 598	42,98%	3 108 311	10,33%
Depósito a Prazo	19 593 224	25,83%	18 078 133	25,83%	1 515 091	8,38%
Bilhetes Tesouro	-	-	-	-	-	-
Emigrantes	**23 086 626**	**30,43%**	**21 822 201**	**31,18%**	**1 264 425**	**5,79%**
Depósito à Ordem	5 905 852	7,78%	5 145 083	7,35%	760 769	14,79%
Depósito a Prazo	17 180 774	22,65%	16 677 118	23,83%	503 656	3,02%
Total	**75 864 759**	**100,00%**	**69 976 932**	**100,00%**	**5 887 828**	**8,41%**

Nota: inclui depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros.

Créditos a Clientes

A atividade creditícia da Caixa em 2022, considerando o crédito bruto, apresentou um crescimento satisfatório de 5,6%, no valor de 2.439.629 mil escudos, com uma carteira total de

46.039.076 mil escudos. Contrariamente aos depósitos, aqui o peso do segmento das empresas supera o segmento dos particulares, respetivamente de 52,27% e 47,73%.

Crédito Bruto a Clientes (mil escudos)

Segmentos	dez-22		dez-21		Var.	
					Abs.	Rel.
Particulares	**21 972 584**	**47,73%**	**21 686 732**	**49,74%**	**285 852**	**1,32%**
Habitação	15 317 821	33,27%	14 930 130	34,24%	387 691	2,60%
Outros Fins	6 654 762	14,45%	6 756 602	15,50%	-101 840	-1,51%
Empresas	**24 066 492**	**52,27%**	**21 912 715**	**50,26%**	**2 153 777**	**9,83%**
Investimento	17 551 516	38,12%	17 304 949	39,69%	246 566	1,42%
Tesouraria	6 514 977	14,15%	4 607 766	10,57%	1 907 211	41,39%
Total	46 039 076	100,00%	43 599 447	100,00%	2 439 629	5,60%

Nota: Inclui carteira de crédito e títulos *Corporate* e não inclui, títulos do Tesouro, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos.

No crédito a particulares, apesar do contexto pós-pandemia, destaca-se o crescimento do crédito habitação de 2,6%, 387.691 mil escudos face a 2021, que atingiu uma carteira de 15.317.821 mil escudos. Em 2022 a aceitação do produto Caixa Habitação emigrante revelou-se positiva, com um aumento de 8,46% (255.958 mil escudos) contra o valor de 1,09% (128.537 mil escudos) para Crédito Habitação para particulares residentes. Quanto ao crédito para outros fins, apesar da performance menos positiva no geral em 2022, o financiamento ao automóvel apresentou um crescimento de 4,42% no valor de 23.246 mil escudos, com uma carteira de 549.412 mil escudos e o microcrédito aos particulares aumentou em 30%.

Para as empresas, o mercado do crédito mostrou-se mais dinâmico, com um crescimento do crédito investimento em 1,42% (246.566 mil escudos) e Tesouraria 41,39% (1.907.211 mil escudos), com uma carteira de crédito de 17.551.516 mil escudos e 6.514.977 mil escudos, respetivamente. No apoio as empresas e instituições, destaca-se o crescimento do crédito tesouraria, impulsionado pelo crédito ao setor público empresarial. Por outro lado, o crescimento do crédito investimento contou com um forte contributo da oferta das linhas de crédito de apoio a retoma com Garantia do Estado, que a Caixa fez chegar as empresas em determinados setores estratégicos.

Qualidade da Carteira de Crédito

O crédito normal, com exclusão dos títulos, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos, totalizou o valor de 40.071.715 mil escudos em 2022, apresentando claramente uma melhoria face a 2021 de 5,25% no valor de 1.998.585 mil escudos. A maioria do crédito em situação normal é de médio longo prazo, com uma fatia de 95,95% (38.447.014 mil escudos) com um incremento face ao período homólogo de 4,6% (1.689.887 mil escudos).

Crédito Normal (em mil escudos)

Prazos	dez-22		dez-21		Variação	
					abs.	rel.
Curto Prazo	1 624 701	4,05%	1 316 003	3,46%	308 698	23,46%
Médio e Longo Prazo	38 447 014	95,95%	36 757 128	96,54%	1 689 887	4,60%
Total Créditos	**40 071 715**	**100,00%**	**38 073 130**	**100,00%**	**1 998 585**	**5,25%**

Relativamente ao crédito vencido, totalizou o valor de 3.695.975 mil escudos, com um crescimento de 7,32%, 251.962 mil escudos, face a 2021. O segmento dos particulares apresentou um maior peso na carteira do crédito vencido, com 63,45%, apesar de registar uma redução de 5,01% comparativamente ao período homólogo. Contrariamente, o segmento de empresas deteriorou com o aumento do crédito vencido em 38,54%, perfazendo 36,55% da carteira vencido.

Crédito Vencido (em mil escudos)

Segmentos	dez-22		dez-21		Variação	
					abs.	rel.
Particulares	**2 345 204**	**63,45%**	**2 469 019**	**71,69%**	**-123 815**	**-5,01%**
Habitação	1 632 843	44,18%	1 690 467	49,08%	-57 624	-3,41%
Outros Fins	712 361	19,27%	778 552	22,61%	-66 191	-8,50%
Empresas	**1 350 771**	**36,55%**	**974 994**	**28,31%**	**375 776**	**38,54%**
Investimento	892 301	24,14%	661 955	19,22%	230 346	34,80%
Tesouraria	458 470	12,40%	313 039	9,09%	145 430	46,46%
Total	**3 695 975**	**100,00%**	**3 444 013**	**100,00%**	**251 962**	**7,32%**

Por sua vez, o rácio de crédito vencido (Crédito Vencido/Crédito Total, excluídos os títulos) passou de 8,30%, em dezembro de 2021, para 8,44%, em dezembro de 2022, evidenciando ligeiro agravamento, na medida que, a carteira de crédito total sem títulos diminuiu, enquanto o total de vencido aumentou. Pela negativa destacou-se o crédito investimento cujo rácio passou de 4,35% em 2021, para 5,84%, em 2022

Rácio de Crédito Vencido (mil escudos)

	dez-22				dez-21			
Segmentos	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**19 627 380**	**2 345 204**	**21 972 584**	**10,67%**	**19 217 713**	**2 469 019**	**21 686 732**	**11,38%**
Habitação	13 684 978	1 632 843	15 317 821	10,66%	13 239 663	1 690 467	14 930 130	11,32%
Outros Fins	5 942 402	712 361	6 654 762	10,70%	5 978 050	778 552	6 756 602	11,52%
Empresas	**20 444 336**	**1 350 771**	**21 795 106**	**6,20%**	**18 855 417**	**974 994**	**19 830 412**	**4,92%**
Investimento	14 387 829	892 301	15 280 130	5,84%	14 560 691	661 955	15 222 646	4,35%
Tesouraria	6 056 507	458 470	6 514 977	7,04%	4 294 727	313 039	4 607 766	6,79%
Total	**40 071 715**	**3 695 975**	**43 767 690**	**8,44%**	**38 073 130**	**3 444 013**	**41 517 143**	**8,30%**

Nota: carteira de crédito não titulado. Não inclui, Dívida Pública e *Corporate*, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido.

A carteira de crédito que beneficiou das moratórias ao abrigo do Decreto-Lei nº 38/2020 de 31 de março, que terminaram a setembro de 2022, tem merecido uma atenção especial da Instituição e beneficiou de um esforço assinalável do Banco em termos de restruturação. Está carteira continuará a merecer um acompanhamento especial, face às incertezas ainda existentes.

A 31 de dezembro essa carteira contava com 738 créditos ativos no valor de 6 467 212 mil escudos, correspondendo a cerca de 14,78% da carteira de créditos não titulado da instituição e cerca de 3,69% da mesma estava em situação irregular.

O segmento empresas representa 85,27% desta carteira, sendo de destacar o crédito investimento, cerca de 71,3%, do total.

Créditos que Beneficiaram de Moratória à dez-22	Nº Créditos Normal	Saldo Normal dez-22	% Normal	Nº créditos vencidos	Saldo Vencido dez-22	% vencido	Nº total Créditos	Saldo total dez-22
Empresas	**153**	**5 343 010**	**96,89%**	**12**	**171 482**	**3,11%**	**165**	**5 514 492**
Investimento	116	4 456 057	96,56%	5	158 843	3,44%	121	4 614 900
Tesouraria	37	886 953	98,60%	7	12 639	1,40%	44	899 592
Particulares	**520**	**885 783**	**92,97%**	**53**	**66 937**	**7,03%**	**573**	**952 720**
Habitação	147	562 774	93,67%	12	38 026	6,33%	159	600 800
Outros Fins	373	323 010	91,78%	41	28 910	8,22%	414	351 920
Total	673	6 228 793	96,31%	65	238 418	3,69%	738	6 467 212

Banca de Investimentos

Para além da atividade comercial, a Caixa na gestão dos Ativos e Passivos mantem a aposta nos instrumentos de rentabilidade existentes no mercado nacional e internacional, com destaque para os tradicionais instrumentos do mercado monetário.

Em 2022 as operações do mercado aberto limitaram-se a emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e Títulos de Intervenção Monetário (TIM). As taxas mantiveram-se em 0,25% durante todo o ano e os prazos foram de 14 e 30 a 368 dias, respetivamente. Foram emitidos pelo Banco de Cabo Verde (BCV) cerca de 12.300.000 mil escudos em TIM, um aumento de 700.000 mil escudos em relação a 2021. A participação no TIM foi de 100% e a Caixa conseguiu aplicar cerca de 5.634.000 mil escudos, 46% do total das emissões. Os valores das aplicações foram superiores comparados ao período homólogo. Os valores emitidos em TRM ascenderam a 1.200.000 mil escudos, mesmo valor emitido em 2021. A Caixa teve uma participação de cerca de 100% nos leilões de TRM e conseguiu aplicar apenas 364.000 mil escudos, representando cerca de 30,3% do total das emissões. Em relação ao período homologo teve uma diminuição em 4 000 mil escudos.

Relativamente aos Depósitos *Overnigth* totalizaram 1.417.000.000 mil escudos, uma diminuição em cerca de 221.200.000 mil escudos, em relação ao período homólogo.

No mercado de capitais, durante 2022, foram emitidos no mercado primário 44 Títulos, num total de 24.365.228 mil escudos, contra os 55 títulos em 2021, uma diminuição em 3% em termos de valor. Do total, 15 foram Bilhetes do Tesouro no valor de 7.348.800 mil escudos

(crescimento de 3,5%), 27 de Obrigações do Tesouro no valor de 15.016.428 mil escudos (redução de 11,6%) e 2 Obrigações *Corporate* no valor de 2.000.000 mil escudos (crescimento de 94%). Do total dos títulos emitidos, 24.096.820 mil escudos foram lances competitivos e 268.408 mil escudos lances não competitivos.

A Caixa teve uma participação bastante ativa nos leilões realizados e conseguiu subscrever cerca de 3.167.327 mil escudos em Bilhetes de Tesouro, menos 2,5% relativamente a 2021, representando 43% do total das emissões. Quanto às Obrigações de Tesouro, do montante total, a Caixa conseguiu aplicar cerca de 2.656.238 mil escudos, um crescimento a rondar os 60% relativamente a 2021, o que representa cerca de 18% das emissões. Dos Títulos *Corporate*, a Caixa conseguiu subscrever 1 obrigação *corporate* no valor de 485.017 mil escudos.

Relações e Negócios Internacionais

Em 2022 as relações e os negócios internacionais continuaram a sofrer com os efeitos pós-pandemia e com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, marcados pelo aumento do montante dos pagamentos em moeda estrangeira, particularmente nas moedas do euro, libra e dólar americano, refletindo o aumento dos preços do gasóleo e das *commodities*. Por outro lado, houve um aumento dos *inflows*, demonstrando que o país beneficiou de mais recursos externos, nomeadamente das remessas de emigrantes.

Durante o ano de 2022, na gestão cambial, obteve-se um resultado líquido no total de 94.499 mil escudos, tendo as carteiras de divisas, notas e moedas contribuído com um ganho de 44.956 mil escudos e 49.543 mil escudos respetivamente. Comparativamente ao ano transato, este resultado representa um aumento de 7,41%, resultado que se deve sobretudo ao câmbio do dólar (USD), que registou o maior ganho, por outro lado, a carteira em dólar canadiano (CAD) foi a que teve pior performance.

As operações em numerário estrangeiro aumentaram em 2022, com a compra de moeda e notas estrangeira a aumentar em termos de volume 39,13% e montantes 25,84% e a Venda de moeda e notas estrangeira a aumentar em termos de volume e montantes 67,11% e 46,38% respetivamente. Quanto aos cheques s/ estrangeiro, a compra de cheques sobre o estrangeiro retomou a tendência decrescente, com uma redução em 21,89% em termos de volume e 1,74%

em montantes e as emissões de cheques aumentaram em 76,90% e 70,92% em termos transações e montantes respetivamente.

As ordens de pagamento s/ estrangeiro também apresentaram uma evolução positiva, com as Transferências Recebidas a aumentarem em termos de volume em 8,45% e montantes em 53,21% e as Transferências Emitidas aumentarem em volume e montantes em 8,22% e 72,01% respetivamente. As transferências recebidas pelo serviço do WESTERN UNION nas agências, também aumentaram, com um crescimento em termos de volume de 3,47% e em termos de montantes de 14,50%.

Gestão de Contas e Cartões

A Caixa oferece aos seus clientes um conjunto de produtos e serviços para gestão do dia a dia, entre eles, contas à ordem de acordo com as necessidades de cada cliente. Através da conta à ordem o cliente tem acesso aos serviços de transferências, cartões, banca digital, entre outros. Para uma melhor gestão das contas, em 2022 a Caixa procedeu ao encerramento das contas inativas por um longo período e que se encontravam sem saldo, com uma redução em 6,99% no número de contas. A maioria das contas são do segmento dos particulares com um peso de 96%, segmento com uma oferta diversificada em termos de conta à ordem, como a conta Jovem, Continha, Emigrante, Não Residente e Private Banking.

No final de 2022, a Caixa tinha emitido 58.995 cartões de débito e 441 cartões de crédito, com um incremento de 13,7% e 16,36% face a 2021, respetivamente. Nos cartões de débito encontramos os cartões Vinti4 particulares e empresas, Visa Pré-Pago Plus particulares e empresas e Visa Electron particulares e nos cartões de crédito os cartões Visa Gold e Visa Classic. O Cartão Rede Vinti4, ao contrário dos anos anteriores, houve uma tendência de aumento, de 15,71% face ao ano anterior. A emissão de cartão de crédito VISA também houve uma tendência de aumento, na ordem dos 26,49% relativamente a visa Classic e 7,37% quanto a Visa Gold. O Visa Pré-pago Plus continua a ter aumento considerável na ordem dos 21,78% nas emissões, tratando-se do cartão de eleição para os estudantes cabo-verdianos no estrangeiro, para compras on-line e de alguns clientes que viajam para o exterior. Quanto ao Visa Electron, continua a tendência decrescente na emissão, tendo registado uma diminuição de 36,28% relativamente ao ano anterior.

Cartão Visa Eletron



Cartões Visa Plus





Cartões Vinti4







Cartões de Crédito



Serviços de Intermediação Financeira

A Caixa realiza o serviço de intermediação de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde como Operador de Bolsa, através do qual os clientes podem investir em Ações, Obrigações e Títulos do Tesouro. Igualmente, a Caixa mantém a custodia dos títulos e é responsável pelo pagamento dos juros ou dividendos. Os lançamentos das ordens são efetuados no programa Sifox e na plataforma da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Através do Sifox Deal são transacionadas as operações do mercado secundário, ou seja, títulos já existentes no mercado e livremente transacionados entre investidores e na plataforma da BVC são transacionados os títulos do mercado primário, emitidos pela primeira vez no mercado, mas também algumas transações do mercado secundário.

Em 2022, do total emitido no mercado primário, foram subscritos através da Caixa 11.928.094 mil escudos, sendo que a maior fatia se encontrava depositada na Caixa. No mercado secundário, foram lançadas 23 ordens (das quais 2 foram canceladas), das quais 19 foram ordens de compra e 2 ordens de vendas, com uma execução de 14 ordens no sistema Sifox Deal.

3.2. Áreas de Suporte ao Negócio

Gestão de Qualidade

Em 2022 a Caixa celebrou uma década em que lhe foi atribuída a Certificação ISO 9001, uma referência internacional em termos de gestão de qualidade, aplicável a todas as organizações, independentemente da dimensão ou setor de atividade. O certificado foi obtido em 2012, mas com a ambição de ser reconhecido como uma referência a nível nacional e internacional, deu-se início ao projeto em 2003, através da criação do Gabinete de Organização de Estudos e Projetos.



Assim, uma das principiais responsabilidades do Gabinete é definir, implementar e manter o Sistema de Gestão da Qualidade da Caixa, de forma a torná-lo operacional e eficaz, em concertação com os requisitos da norma. A semelhança do ano passado, em 2022 foi renovada a certificação ISO 9001:2015.

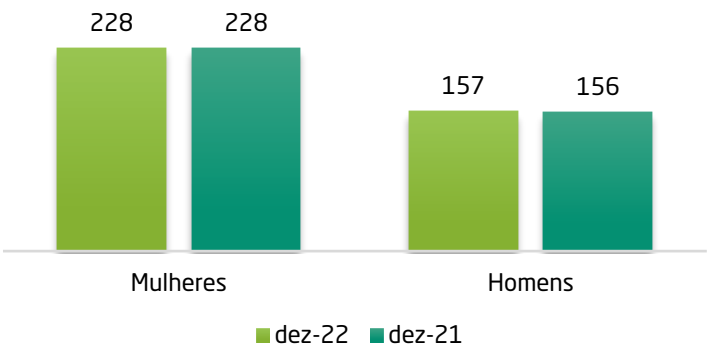
Nesse sentido, de forma que os serviços internos e externos estejam em sintonia, o Gabinete realiza a recolha, registo e análise mensal dos dados de indicadores de desempenho dos processos na Caixa, faz o controlo dos documentos e registos internos/externos e acompanha a implementação e avaliação da eficácia das ações de melhorias empreendidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, visando a melhoria continua dos processos internos e foco no cliente.

No que concerne a gestão das reclamações, em 2022 temos uma redução 1,9% nas reclamações. Do total das reclamações recebidas, 29% estavam relacionadas com a qualidade do atendimento. No entanto, sempre com o foco no cliente, foi feito um esforço para melhoria do tempo de resposta das reclamações, que reduziu em 29 dias, bem nos processos que apresentaram deficiências.

Gestão de Recursos Humanos

A aposta na capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, continua a ser o eixo estratégico na Gestão dos Recursos Humanos. A Caixa aposta numa cultura que promove a diversidade, a inclusão e o emprego pleno e produtivo.

Em 2022 a estrutura do quadro de pessoal em termos do número total, aumentou em 1 colaborador em relação a 2021. Registou-se um aumento do número de efetivos em 0,3%, o número de contratados decresceu em 3,6% (-1 colaborador) e o número de trabalhadores em situação de licença sem vencimento aumentou em 7,7% (+1 colaborador). Assim, no final de 2022 a Caixa contava com um total de 385 colaboradores, sendo 371 no ativo e 14 em licença sem vencimento. Relativamente a distribuição por género, 59% dos colaboradores eram mulheres e 41% homens.



Em termos de admissão, em 2022 foram admitidos 11 novos colaboradores e em termos de integração, foram integrados no quadro 6 colaboradores.

A idade média dos colaboradores na Caixa aumentou para 44 anos, o que continua a refletir um efetivo ainda jovem, mas com alguma experiência acumulada. A idade máxima passou de 68 para 69 anos e a mínima manteve-se nos 23 anos. Alguns trabalhadores já entraram na idade de reforma, mas preferem continuar no ativo.

Liderança e Capacitação

A Caixa apresentou mais mulheres em cargos de liderança em 2022, com uma equipa de liderança constituída por 65 colaboradores, sendo 48% homens e 52% mulheres. O rácio de enquadramento (média de colaboradores por chefia) passou de 5 em 2021 para 4,9 em 2022 e

a taxa de chefia (medida pelo número de chefia /total de colaboradores) alterou de 16,67% para 16,88%.

O índice de tecnicidade, que mede o número de técnicos superiores em relação ao total de colaboradores, em 2022 aumentou para 68%. Revelando o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem o seu aprendizado e adquirirem novas competências, tornando-se em melhores profissionais.

Em termos de qualificações, 68% dos colaboradores possuíam formação superior, sendo que 87% correspondia ao grau de Licenciatura.

A pandemia implicou a revisão do plano e metodologia de formação, com as ações de formação ministradas, na sua maioria, através do serviço Web – plataformas de formação.

Em 2022, destacou-se uma forte aposta na formação externa no país, com um peso de 72%, principalmente no aproveitamento das oportunidades de formação apresentadas pelo Banco de Cabo Verde e pela ATTF Luxembourg (House of Training). A formação interna representou 28% das ações do plano de formação, com um aumento de 9% em relação a 2021.

Durante o ano de 2022 foram realizadas no total 43 ações de formação, abrangendo um universo de 620 colaboradores (nesse caso contabilizado mais do que uma vez os colaboradores que receberam mais de que uma ação de formação). O volume de formação foi de 5.251 horas e um investimento de 4.244 mil escudos.

Desenvolvimento Profissional e Remuneração

O desenvolvimento profissional dos colaboradores da Caixa efetua-se através da promoção, progressão, mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso a evolução na carreira. Assim, em 2022, 131 colaboradores foram progredidos/promovidos. A taxa de cobertura totalizou 38%, o que corresponde a uma taxa de progressão/promoção de 94%.

Em 2022 registou-se a atualização salarial com aumento de 1%, com o aumento da massa salarial em 4,50% em termos líquidos e 4,87% em termos brutos, comparativamente a 2021. Quanto ao salário médio mensal aumentou em 4,9% (em termos brutos) e 4,5% (em termos líquidos).

Saúde e Bem-estar

A Caixa enquanto entidade patronal, continua a ser reconhecida pelo seu elevado comprometimento com o bem-estar dos colaboradores em diversas áreas, abaixo evidenciados.

- Saúde: acordos e parcerias com clínicas de prestação de serviço de saúde e plafond para reembolsos das despesas de saúde (colaboradores e agregado familiar), subsídio para a saúde mental dos colaboradores e subsídio de ginástica;
- Financiamentos: linhas de crédito para os funcionários com taxa especiais;
- Estudo: subsídio de estudo para os colaboradores e os filhos.

Recursos Tecnológicos e Informáticos

A área de Recursos Tecnológicos e Informáticos, no âmbito da transformação digital, apresenta uma visão virada para a digitalização dos processos, inteligência artificial, automatizações e robotizações, permitindo uma maior dedicação e oportunidades para prosperar o negócio da Caixa.

Nesse sentido, em 2022, a nível interno foram desenvolvidos projetos tecnológicos como a nova Intranet da Caixa, que permite a gestão integral das informações dos colaboradores; integração com aplicações existentes como *Credibox, DigitalDocs, WebMail*, software de gestão de arquivo, *Teams*; acesso à *dashboard* com informações de negócio e gestão de topo, totalmente automatizado e sem intervenção de terceiros, reduzindo assim o tempo de acesso aos mesmos; possibilidade de preenchimento de documentos e formulários; entre outras soluções, que se encontram em desenvolvimento.

Igualmente, apostou-se nos projetos de implementação de uma nova *Digital Docs*, feita para colmatar as deficiências de performance da antiga versão e na nova aplicação para o arquivo, desmaterializando a versão antiga que foi descontinuada, passando a ser uma aplicação integrada na nova intranet e de acesso em qualquer agência ou serviço da Caixa.

A nível de relacionamento com o cliente, foi implementado o projeto das transferências em lote, que permite ao segmento das empresas o pagamento de serviços e salários de forma autónoma e cómoda no Caixanet. Também foi parametrizado uma série de alertas para facilitar o processo de cobrança de créditos e melhorar o relacionamento com os clientes, como as boas-vindas a

novos clientes e informação das referências bancárias, alertas relativos a expiração do documento de identificação, renovações automáticas de cartões, aproximação da data de vencimento de crédito, vencimento de Depósitos a prazo, vencimento de conta caucionada, conta em situação irregular, preçário atualizado e aniversário de cliente. Ainda, foi implementada a funcionalidade de renovação automática de cartões, para os clientes que solicitam este serviço.

Marketing

A Caixa continuou a apostar fortemente na sua comunicação online e ofertas digitais como forma de promover a notoriedade da marca Caixa no mercado cabo-verdiano e o seu posicionamento como o Banco mais Digital de Cabo Verde. De realçar, o fortalecimento da sua comunicação externa para aumentar a qualidade e eficiência no serviço prestado e a fidelização dos seus clientes. Em 2022, a Caixa reforçou o compromisso assumido no ano anterior de criar uma cultura digital interna e externa, com comunicações assertivas e direcionadas nos canais digitais. A utilização da página do Facebook Caixa Mobile, continuou a ser a principal aposta para a promoção de produtos e serviços digitais para o segmento particulares, incentivando a utilização dos serviços digitais, nomeadamente, a app Caixa Mobile, o *homebanking* Caixanet, a plataforma para pedido de crédito online, o Crédito Digital.

A política de privilegiar os canais digitais de comunicação tem incentivado a mudança no atendimento comercial para a transformação digital, no entanto foi complementada com Campanhas direcionadas para o atendimento presencial. Destacam-se as campanhas lançadas como Caixa Emigrante, Banca Digital da Caixa, nova funcionalidade no Caixanet Empresas novos cartões Visa Pré-Pago Plus e o novo layout do cartão Vinti4 Empresas, que foram projetadas para os Canais Digitais da Caixa, nomeadamente a página do Facebook Caixa Mobile, Site e canal do Youtube, email Marketing, bem como, a utilização da TV Corporativa, do Quiosque Digital, posters e ações comerciais em todas as agências da Caixa.

No âmbito de promoção da Marca e angariação de novos créditos ao estudo, a Caixa esteve presente nas Feiras de profissões no Liceu Ludgero Lima em Mindelo e na Escola Miraflores na Praia.

O Site, também é um canal utilizado para reforçar a comunicação/promoção feita no Facebook através do direcionamento de links para os vários conteúdos no Site.

Igualmente os meios tradicionais continuam a ser utilizados, nomeadamente, TV Interativa nas agências e nos aeroportos e em locais específicos, como por exemplo, polidesportivos e escolas através de billboards.

Em termos de patrocínios de eventos, a Caixa continua a ser parceira do Kavala Fresk Feastival, no qual esteve presente em São Vicente com uma forte aposta da ativação da marca. Ainda, a Caixa patrocinou e participou na emissão especial do programa Conversas ao Sul, dedicada exclusivamente a Cabo Verde.

Apesar da tendência clara, em que os media tradicionais perdem terreno para os media digitais, o tipo de media a ser utilizado em uma campanha de marketing, temos adaptado aos objetivos e ao público que se pretende alcançar. Hoje, as estratégias de marketing apostam em campanhas de multiplataforma e de media cruzada, pois cada vez mais, os consumidores estão presentes em diversos canais e consumindo conteúdos de diversas plataformas.

3.3. Gestão de Risco

Sistema de Gestão dos Riscos

A Caixa adota um sistema de gestão global de riscos, consubstanciado num conjunto integrado de processos de caráter permanente que assegurem uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos adjacentes a atividade desenvolvida, possibilitando assim, uma implementação adequada da estratégia e o seu cumprimento. Neste contexto, a Instituição dedica um esforço contínuo nas ações de gestão dos riscos, tendo em vista uma gestão adequada e eficaz do risco assente na identificação, avaliação e monitorização da exposição dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacionais, entre outros.

Assim, no sentido de nortear a implementação do Sistema de Gestão de Riscos, a Caixa define os princípios orientadores alinhados com os requisitos e normas regulatórias dos reguladores e com as melhores práticas do setor. O sistema de Gestão de Riscos da Caixa implica os seguintes processos: identificação dos riscos, avaliação dos riscos, acompanhamento os riscos e controles dos riscos.

Modelo de Governação

Tendo por base o modelo de governo e a estrutura orgânica da Instituição, assim como a necessidade de garantir uma correta implementação da Política de Risco, a Caixa adota um modelo de governação e responsabilidades que contempla a participação dos seguintes órgãos:

- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Direção de Gestão de Risco
- Gabinete de Auditoria Interna
- Gabinete de Compliance
- Comités de Risco
- Comité ALCO - Gestão de Ativos e Passivos.

Não obstante, a Gestão de Riscos é responsabilidade de todos os colaboradores e deve ser aplicada a toda a instituição, nas suas várias áreas e níveis, a qualquer momento, bem como as funções, atividades e projetos específicos.

Apetência ao Risco

No âmbito da Política de Risco, a Caixa adota a Framework de Apetite ao Risco (RAF sigla em inglês) que pretende quantificar o nível de risco que uma instituição está preparada para aceitar na prossecução dos seus objetivos estratégicos. O RAF é complementado pela declaração de apetite ao risco (RAS sigla em inglês) e pela Política de Risco.
Na estrutura da Caixa, cabe ao Conselho de Administração (CA) aprovação da Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que deverá ter por base um envolvimento alargado da Comissão Executiva (CE), da Direção de Gestão de Risco (DGR) e dos Diretores/Coordenadores de outras áreas funcionais e de negócio, estando prevista a sua revisão anualmente. Por sua vez, a sua monotorização e reporte está confiada à Direção de Gestão de Risco.

No âmbito da sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS), a Caixa define quais os níveis de risco que está disposta a assumir tendo em consideração a sua estratégia de risco e de negócio, pelo que inclui métricas quantitativas e declarações qualitativas. O RAS é constituído por um

conjunto de indicadores considerados relevantes e representativos dos riscos classificados como materiais no processo de identificação dos riscos.

Para cada um dos indicadores / métricas estão estabelecidos até 4 parâmetros:

- Objetivo - nível de risco ótimo estabelecido a nível do planeamento, por forma a cumprir com os objetivos estratégicos;
- Tolerância – nível de risco considerado preocupante e relevante para a Caixa, que pode resultar na definição de medidas corretivas;
- Limite – indica um nível de risco que representa uma ameaça séria ao negócio e por isso requer uma ação imediata;
- Trigger – representa um nível de risco associado à necessidade de lançamento de medidas extraordinárias ou do Plano de Recuperação;

Em 2022, os indicadores continuaram a apresentar resultados confortáveis e dentro dos limites estabelecidos, sendo que somente o indicador de concentração dos 10 maiores devedores continuam a apresentar um pequeno desvio.

Identificação e Gestão dos Riscos

O Sistema de Gestão de Riscos da Caixa estabelece como prioritário os seguintes riscos: risco de crédito, risco de alavancagem excessiva, risco de mercado, riscos de taxa de juro e câmbio, risco de liquidez, risco operacional, risco de *compliance*, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e de reputação, bem como outros riscos que se possam revelar materiais.

De acordo com o aviso nº4/2017 do Banco de Cabo Verde, apresentamos abaixo alguns dos conceitos dos riscos mais relevantes para a Caixa.

Risco de crédito: risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrentes da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

No âmbito da sua política e do plano estratégico, a Caixa dedica uma grande atenção ao risco de crédito e no que refere a sua materialidade e a exposição global, dada a natureza da atividade bancária. Na sua estratégia e política de gestão risco de crédito, a Caixa apoia-se em normas e

procedimentos internos e normas regulamentares dos órgãos reguladores e nas boas práticas internacionais. A análise das operações ativas e extrapatrimonial está suportada na qualidade da operação proposta, tendo em conta os elementos finalidade, prazo, garantia e na análise qualitativa e quantitativa do cliente. São ainda considerados na avaliação específica do risco, a concentração da exposição e os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

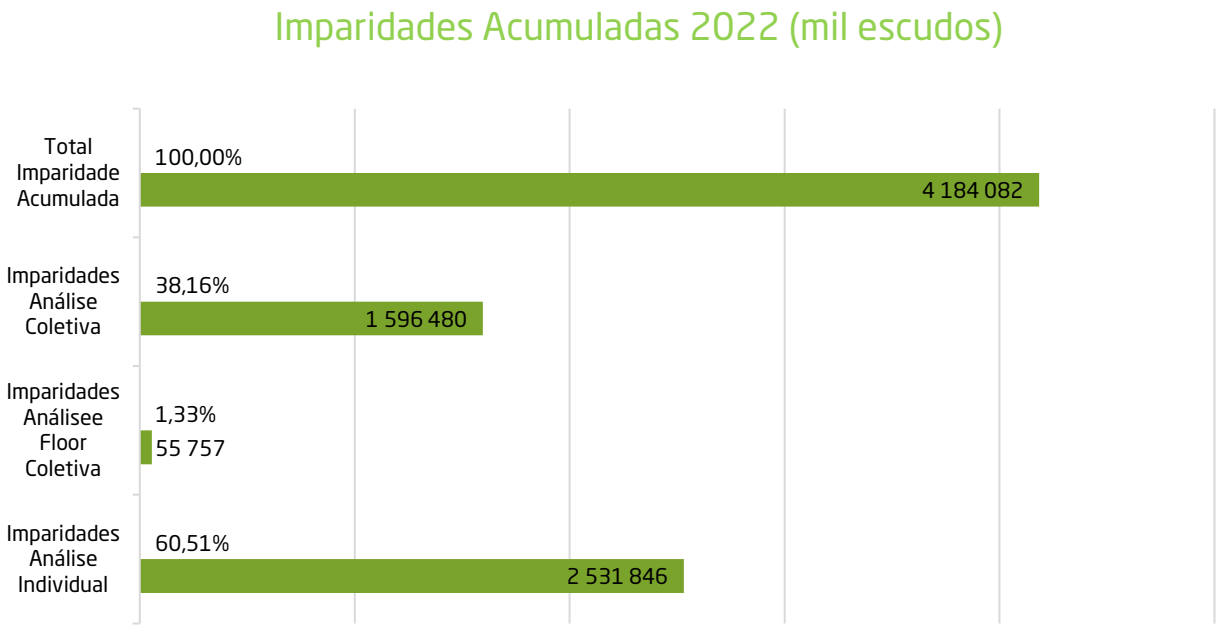
Em 2022 a Caixa teve uma gestão do risco de crédito assente numa política de provisionamento, tendo por base o cálculo das imparidades através da análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito, foram definidos os conceitos, princípios e regras a serem observados durante a vida do crédito, incluindo a fase de recuperação. Foram introduzidos através da política de risco e da declaração de apetite ao risco indicadores e limites, de modo a ter-se um maior controle e mitigação dos riscos que a Caixa está exposta, indicadores estes que são monitorizados mensalmente e comunicados aos órgãos competentes trimestralmente.

Face ao cenário de aumento do risco de incumprimento e às correspondentes necessidades de restruturação de crédito, o acompanhamento da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica.

Não obstante, o rácio de créditos vencidos (+30 dias) sobre o crédito total registou um ligeiro aumento de 0,14 p.p. face ao período homólogo, situando-se nos 8,44%, enquanto o crédito em incumprimento (+90 dias) sobre o crédito total baixou o,26 p.p, atingindo os 10,02%.

Por sua vez, o rácio de cobertura do crédito vencido pelas imparidades diminuiu 3,55 p.p. quando comparado com o período homólogo, situando nos 113,21%.

As imparidades acumuladas de crédito em dezembro de 2022 registaram um total de 4.184.082 mil escudos, apresentando um decréscimo em 4,06%, em relação a dezembro 2021, sendo que 38% das imparidades foram calculadas através da análise coletiva, 61% da análise individual e 1% Floor Coletiva, conforme atesta o gráfico abaixo.



Risco de mercado e liquidez: na sua atividade a Caixa pautou-se pela política de risco da instituição, pela estratégia e objetivos definidos para o período, bem como as normas prudenciais. Os indicadores constantes da declaração de apetite ao risco foram monitorizados mensalmente de modo a verificar qualquer desvio aos parâmetros estabelecidos. Comparativamente a 2021 e ao setor bancário, os principais indicadores evoluíram favoravelmente e a maioria dentro do apetite ao risco da Caixa.

O rácio transformação de depósitos em créditos apresentou um valor médio de 68,66%, decrescendo em -0.93% comparativamente ao período homologo.

Risco Operacional: risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externo.

O processo de gestão do risco operacional adotado pela Caixa é assente no modelo das três linhas de defesa, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Unidades Orgânicas, de forma que as tarefas essenciais de gestão do risco operacional sejam realizadas de forma integrada e coordenada. A Caixa monitoriza o comportamento dos

indicadores chaves de risco e os limites a exposição, com métricas quantitativas, incluindo a definição de níveis de tolerância sustentados em informações históricas.
No decorrer do ano 2022, foram identificados e monitorizados 227 eventos, sendo a categoria de evento mais registado a Gestão de Processos, com um peso de 67%.
A matriz de análise e avaliação do risco operacional adotada na Caixa levou a concluir que, os incidentes identificados e analisados têm um baixo grau de severidade.

Riscos para o futuro

Para além da gestão dos riscos acima referidos, a Caixa tem em consideração vulnerabilidades típicas do setor bancário nacional, que merecem a devida atenção, bem como a monitorização constante, abaixo indicadas:

- Fim das moratórias de crédito e as incertezas dos seus efeitos adjacentes, tendo em conta a materialização de riscos com impacto na situação económica e financeira das famílias e empresas;
- Elevada concentração do funding num número restrito de depositantes;
- Concentração do crédito em setores com elevado grau de exposição e dependência ao exterior;
- Aumento do endividamento do setor não financeiro;
- Risco de degradação das garantias, com boa parte das colaterais assente em hipotecas de habitação e imobiliária turística;
- Possível degradação financeira das principais empresas emissoras de títulos *corporate*.

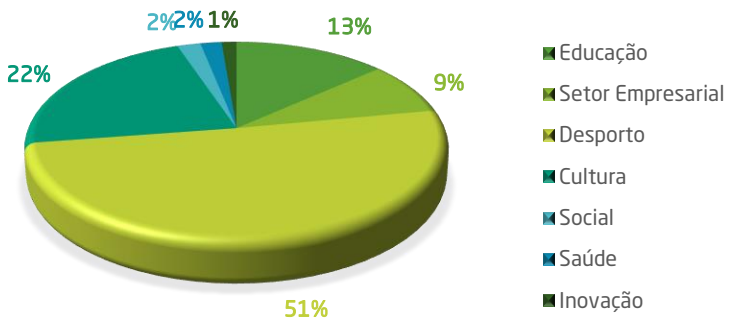
3.4. Caixa e Responsabilidade Social

A Caixa no exercício da sua atividade adota uma política de responsabilidade social e ambiental caracterizada por um forte compromisso com o desenvolvimento económico, social e ambiental do país, alinhada com os objetivos da sustentabilidade.
No âmbito do seu Plano Estratégico de 2021 - 2024, através dos eixos de intervenção, a Caixa definiu os seus objetivos estratégicos, integrando aspetos ambientais e sociais nos processos

de planeamento e tomada de decisões. Assim, com o plano definiu fomentar a penetração das energias renováveis, a eficiência energética dos edifícios da CAIXA e desenvolver um modelo de negócio eficiente, sustentável e responsável.

Para além disso, reserva parte do seu orçamento para apoiar a sociedade em diferentes áreas de intervenção, que define como prioritárias. As áreas de atuação no âmbito da sua Política de Responsabilidade Social abrangerem a Educação, o Setor Empresarial, o Desporto, a Cultura, o Social, a Saúde e a Inovação. Assim, em 2022 concedeu apoios e patrocínios no valor total de 8.210 mil escudos, conforme indicado abaixo.

Apoios e Patrocínios concedidos em 2022



Na prossecução da sua missão, a Caixa promoveu e realizou diversas ações e programas socialmente responsáveis e sustentáveis para o desenvolvimento do bem-estar e qualidade de vida dos seus funcionários e suas famílias, acionistas, parceiros e sociedade em geral.

Integração das Atividades e Negócios nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
Inclusão Financeira	A Caixa promove a bancarização e a inclusão financeira de todos os cabo-verdianos através do acesso a contas à ordem sem custos de manutenção (se as mesmas permanecerem ativas) e facilita o acesso as mesmas através dos canais digitais. A Caixa desenvolve produtos e serviços para os clientes de baixo rendimento e ainda transmite conceitos e ensinamentos de gestão de pequenos negócios, poupança e investimentos. Contribui para o desenvolvimento das comunidades locais, através do microcrédito, que carateriza-se por pequenos empréstimos, concedidos as pessoas de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional, destinados a promover as suas atividades geradoras de rendimento.

Saúde e Bem-Estar	Atribui a cada colaborador um plafond para despesas de saúde e consultas para os mesmos e familiares. Em 2022 implementou um subsídio de promoção de mente saudável, promovendo o bem-estar emocional dos trabalhadores. Igualmente, promoveu a Palestra Saúde Mental e o Papel do Psicólogo.
Literacia Financeira	Promover a educação financeira tem sido um assunto de maior importância e um dos objetivos estratégicos da Caixa, enquanto entidade preocupada com a inclusão financeira. Nesta medida, entre várias outras iniciativas em prol da promoção da literacia e educação financeira, destaca-se a gestão da página Educação Financeira, que visa transmitir informações pertinentes sobre a educação financeira, aos clientes e o público em geral, contribuindo para uma vida financeira mais saudável dos mesmos. Assim, no âmbito do Projeto de promoção da Educação e Inclusão Financeira, a Caixa recebeu visita de alunos do 11º e 12º do Centro Educativo Miraflores e foi realizada uma Palestra sobre Educação Financeira "Como gerir o meu dinheiro/Bolsa de Estudos". Um tema relevante, de interesse desses jovens que estão a finalizar os estudos secundários e a se prepararem para as universidades, que teve como objetivo sensibilizá-los a cultivar os ensinamentos da educação financeira, e dar-lhes as ferramentas para uma maior autonomia na gestão do seu dinheiro e bolsas de estudos. Também, no mês em que se comemora o Dia Mundial da Poupança, a Caixa promoveu uma Conversa Aberta sobre Educação Financeira subordinada ao tema "Como gerir o meu negócio", com o sector informal. Não obstante são realizados pelo balcão do microcrédito, sessões de esclarecimentos, informações, entrevistas e recolha de dados dos clientes que fazem parte dos processos microcrédito. Durante as sessões são abordados temas relacionados com a educação financeira bem como as condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes ao crédito, responsabilidade solidária, poupança garantia, gestão de negócios, entre outros.
Igualdade de género	A Caixa promove a igualdade do género e ambiente de trabalho inclusivo. Recorre a praticas de recrutamento não discriminatórias, promovendo a aprendizagem na instituição e a igualdade remuneratória em termos de carreira para homens e mulheres. Constitui um dos objetivos do microcrédito, contribuir para a melhoria da situação socioeconómica de agregados familiares liderados por mulheres, incentivando a criação e melhoria dos seus negócios, criação de autoemprego, além de promover a inclusão financeira. Em relação à distribuição dos microcréditos por género, os clientes de sexo feminino representam 79% do total.
Energia limpa e acessível	Incentivando a transição verde, disponibiliza aos seus clientes a Linha de Crédito Energias Renováveis para a aquisição de equipamentos que reduzem o consumo energético e protegem o meio ambiente. Esta linha é destinada a contribuir para a redução da dependência energética do país, e de fomentar a utilização de fontes de energias alternativas. Compromisso com o Ambiente, "Banco Verde": no âmbito da parceria com Associação de Táxis da Praia, disponibiliza a "Linha de Crédito Renovação Táxi", com taxas atrativas para viaturas elétricas ou mistas. Lançamento em 2022 de novo cartões, feitos com material reciclado, amigos do ambiente, de forma a reduzir a pegada ambiental e apoiar a transição verde. Eficiência Energética do edifício Sede da Caixa com painéis solares instalados, permitindo uma energia limpa e renovável, e ao mesmo tempo reduzindo a pegada ecológica. Previsto alargamento da implementação de painéis solares para outras agências da Caixa.
Desenvolvimento dos Colaboradores	Aos seus colaboradores atribui um subsídio de estudo e o estatuto de trabalhador-estudante promovendo a igualdade de oportunidades e acesso a educação. Pratica uma política de remuneração competitiva. Em 2022, com o propósito de fortalecer e estimular um ambiente interno que reforce a cultura e os valores da instituição, a Caixa realizou o estudo de *engagement*, com especial enfoque na motivação, capacitação e inclusão dos trabalhadores. Sob o lema "Uma Caixa onde todos se encaixam", e enquadrado no plano

	estratégico de 2021-2024, o principal objetivo deste estudo pioneiro, foi de medir o nível de motivação e compromisso dos trabalhadores com a instituição. Para além de aumentar o desempenho da instituição, com o estudo, a Caixa também visa garantir a igualdade de oportunidades.
Desenvolvimento institucional	A Caixa está empenhada em construir uma instituição eficiente, eficaz, responsável e inclusiva a todos os níveis, contribuindo para um ambiente mais sustentável. Através do Gabinete de Função Compliance, a Caixa analisa e controla os riscos de compliance e garante a conformidade na implementação das normas e leis vigentes no mercado financeiro e da segurança da informação (ISO27001). Apoia na prevenção da lavagem de capitais e no combate ao financiamento do terrorismo, no alerta à prevenção de fraude e outros ilícitos financeiros, promovendo a redução dos fluxos financeiros ilegais.
Parcerias e meios de implementação	A Caixa realiza parcerias globais para implementação dos objetivos no âmbito da sua missão. Em 2022, para assinalar os 10 anos de Certificação a Caixa promoveu o Fórum da Qualidade para debater o impacto positivo da Certificação em tempos de desafios e trazer para a agenda o tema da Qualidade, seu impacto na competitividade das Empresas, além de partilhar boas práticas das Organizações Certificadas em Cabo Verde. O evento foi organizado em parceria com o Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI) e reuniu representantes de várias instituições e empresas. Também em outubro Cabo Verde acolheu 28º Encontro do Grupo Regional África do Instituto Mundial das Caixas Económicas, que foi organizada pela Caixa em cooperação com Instituto Mundial das Caixas Económicas (IMCE/WSBI) e teve lugar na ilha do Sal nos dias 6 e 7 de outubro e contou com a participação de ilustres convidados e representantes de Instituições Financeiras de diversos países africanos. O encontro, subordinado ao tema "Estratégia Bancária e Liderança", para além da troca de experiencias e das melhores práticas entre os membros do Instituto, da analise dos últimos desenvolvimentos e das novas tendências da industria bancária a nível global e a nível dos países dos membros do Grupo Regional, foi uma oportunidade para o tratamento de temas de importância capital para a atividade bancária, como Estratégia Bancária e a Liderança, no contexto de incertezas que se vive hoje em dia.

4. Informação Financeira

4.1. Resultados

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 1.229.419 mil escudos, mais 261.564 mil escudos comparativamente ao montante alcançado em 2021, o que representa um acréscimo de 27,03%. Esta evolução é grandemente explicada pelo aumento da margem financeira acima do previsto e pelo reforço de imparidades efetuado abaixo do valor registado em 2021, atendendo o nível satisfatório da cobertura do risco de crédito por imparidades. A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 90,00%, situou-se nos 3.080.633 mil escudos, aumentando 290.870 mil escudos (10,43%) face ao ano anterior, essencialmente explicado pela redução acentuada dos Juros e encargos similares em 233.964 mil escudos. Na sequência, o Produto Bancário registou uma evolução positiva de 380.923 mil escudos (12,52%) em relação a 2021, tendo atingido os 3.423.047 mil escudos em dezembro de 2022, impulsionado pelo aumento da Margem Complementar em 90.053 mil escudos (35,68%), principalmente os outros resultados de exploração que aumentaram 59,57% no valor de 38.689 mil escudos face ao período homólogo por conta da recuperação de créditos incobráveis.

Evolução dos Resultados (mil escudos)

RUBRICAS	2022	2021	Var.	
			abs.	rel.
Juros e rendimentos similares	3 975 935	3 919 028	56 906	1,45%
Juros e encargos similares	895 302	1 129 265	-233 964	-20,72%
Margem Financeira	**3 080 633**	**2 789 763**	**290 870**	**10,43%**
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	108 197	95 451	12 746	13,35%
Resultados em operações financeiras	94 499	87 983	6 516	7,41%
Resultados de alienação de ativos	36 078	3 975	32 102	807,55%
Outros resultados de exploração	103 640	64 951	38 689	59,57%
Margem Complementar	**342 413**	**252 360**	**90 053**	**35,68%**
Produto Bancário	**3 423 047**	**3 042 124**	**380 923**	**12,52%**
Gastos com Pessoal	913 195	858 168	55 027	6,41%
Gastos Gerais Administrativos	579 100	520 544	58 556	11,25%
Gastos Administrativos	1 492 295	1 378 712	113 583	8,24%
Amortizações	114 406	121 322	-6 915	-5,70%
Total Custos Operativos	1 606 701	1 500 034	106 667	7,11%
Provisões e Imparidade (liq.)	433 930	465 990	-32 060	-6,88%
Resultado de Exploração	**1 382 416**	**1 076 100**	**306 316**	**28,47%**
Resultados em Empresas Associadas	29 243	19 961	9 282	46,50%
Resultado antes de impostos	**1 411 659**	**1 096 061**	**315 598**	**28,79%**
Impostos correntes	220 727	128 206	92 521	72,17%
Impostos diferidos	38 487	0	38 487	0,00%
Imposto sobre lucros	182 240	128 206	54 034	42,15%
Resultado Líquido	**1 229 419**	**967 854**	**261 564**	**27,03%**
Cash Flow do Exercício	1 777 755	1 555 166	222 589	14,31%

Os Gastos Administrativos que englobam os Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal, aumentaram 8,24% (113.583 mil escudos), totalizando 1.492.295 mil escudos, absorvendo assim 43,60% do Produto Bancário. Esta evolução é explicada quer pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 11,25% (58.556 mil escudos), situando-se nos 579.100 mil escudos, em grande medida devido ao acréscimo de algumas rúbricas destacando-se os Encargos com ATM, Seguros, Luz e Impressos e Consumíveis, entre outras, como pelos Gastos com Pessoal que evidenciaram um agravamento de 6,41% (55.027 mil escudos), situando-se nos 913.195 mil escudos, decorrente essencialmente do aumento da remuneração dos empregados, na sequência de recrutamentos e aumento salarial.

As Amortizações, por sua vez, reduziram em 5,7% (6.915 mil escudos), situando nos 114.406 mil escudos. Em consequência, os Custos Operativos aumentaram 7,11% (106.667 mil escudos), resultando num rácio de Cost to Income de 46,94%, menos 2,37 p.p. comparativamente ao ano anterior, em virtude também do aumento do produto bancário.

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 433.930 mil escudos, menos 32.060 mil escudos (6,88%) face 2021, na medida que atingimos um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades de 121,04%, considerando os títulos. Entretanto, destaca-se o reforço das imparidades dos bens recebidos em recuperação de crédito próprio em montante superior ao registado no período homólogo 11.041 mil escudos.

Provisões e Imparidade Líquidas (mil escudos)	2022		2021		Var.	
					abs.	rel.
Crédito a Clientes	380 889	87,78%	423 655	90,92%	-42 766	-10,09%
Imóveis	53 041	12,22%	42 000	9,01%	11 041	26,29%
Diversos	0	0,00%	335	0,07%	-335	-100,00%
Total	**433 930**	**100,00%**	**465 990**	**100,00%**	**-32 060**	**-6,88%**

Os Resultados das Participações em Empresas Associadas, ainda que de forma pouco expressiva, contribuíram positivamente para o Resultado Líquido do exercício ao registarem 29.243 mil escudos, mais 9.282 mil escudos (46,5%) em relação 2021.

Os resultados parcelares (Amortizações, Provisões, Imparidades e Resultados) conduziram a um aumento do Cash Flow do Exercício em 222.589 mil escudos (14,31%), fixando-se nos 1.777.755 mil escudos, explicado pela evolução das imparidades e resultado líquido.

4.2. Balanço e Atividade

O Ativo Líquido registou um aumento de 8,54% (6.669.921 mil escudos) em relação a dezembro de 2021 atingindo 84.755.243 mil escudos, explicado sobretudo pelo aumento do Crédito Total Líquido, que representa 67,1% do ativo líquido, registando um assinalável crescimento de 8,87% (4.631.715 mil escudos), atingindo 56.859.817 mil escudos em dezembro 2022, contra os 52.228.102 mil escudos em dezembro 2021. Os Depósitos e Aplicações em Instituições de Crédito, com um peso de 18,3% no ativo líquido, também contribuem positivamente para evolução, com um aumento de 28,43% (3.438.822 mil escudos).

As Imparidades de Créditos situaram nos 4.489.923 mil escudos, mais 206.505 mil escudos do valor acumulado em 2021.

Os Outros Ativos, que incorporam os bens recebidos em recuperação de crédito próprio (46,78%) e as Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde (42,37%), registaram uma redução de 17,59% (303.564 mil escudos), em grande medida justificada pelos devedores por bonificações a receber que diminuíram 173.033 mil escudos e outras operações por regularizar 111.085 mil escudos.

Igualmente, o Passivo registou uma evolução favorável de 8,31% (5.924.918 mil escudos) em relação a 2021, situando nos 77.249.307 mil escudos, justificado pelo significativo aumento dos Recursos de Clientes.

Os Recursos de Clientes e Empréstimos, representando 89,9% do Passivo, alcançaram o montante de 76.175.454 mil escudos, registando um aumento de 8,25% (5.806.211 mil escudos).

Por sua vez, os Recursos de Outras Instituições de Crédito no valor de 255.114 mil escudos, registou um aumento de 1,02% (2.575 mil escudos) face ao período homólogo, na sua maioria derivado da constituição de Depósitos à Prazo;

Os Capitais Próprios aumentaram em 11,02% correspondente a 745.003 mil escudos derivados da evolução do Resultado Líquido do exercício.

4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida o desempenho da Caixa em 2022, nomeadamente, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 1,23% em 2021 para 1,51%, em 2022 (+0,28p.p.) e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu 17,23%, em 2022, contra 15,42%, em 2021, (+1,82p.p.).

Por sua vez, rácio *Cost-to-Income*, indicador da eficiência da instituição, melhorou em 2022, tendo passado de 49,31% para 46,94%, em consequência do Produto Bancário que aumentou 12,52% (380.923 mil escudos).

A Produtividade dos colaboradores, medida pelo rácio Produto Bancário/ Nº médio de colaboradores ativos, registou uma evolução positiva, passando de 8.300 mil escudos para 9.227 mil escudos, explicado sobretudo pelo aumento do Produto Bancário.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2022	2021	Var.	
			abs.	rel.
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios **(ROE)**	17,23%	15,42%	1,82 p.p	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio **(ROA)**	1,51%	1,23%	0,28p.p	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios	24,92%	24,78%	0,14 p.p	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio	2,18%	1,97%	0,21 p.p	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal	37,50%	29,41%	8,09 p.p	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income)	46,94%	49,31%	-2,37 p.p	
Produto Bancário/ Nº Médio Trabalhadores (mil escudos)	9 227	8 300	927	11,16%
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio Trabalhadores (mil escudos)	4 792	4 243	549	12,93%

No que respeita a solidez e sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situar acima dos mínimos estabelecidos. Os Fundos Próprios da instituição atingiram 7.025.833 mil escudos em 2022, exibindo um acréscimo de 533.962 mil escudos (8,23%) comparativamente ao período homólogo, explicado sobretudo, pelo Resultado Líquido que rondou os 1.229.419 mil escudos. Quanto ao Rácio de Solvabilidade situou-se nos 22,92%, em dezembro de 2022, ressaltando

uma margem de 10,92 p.p. sobre o mínimo exigido de 12%, evidenciando um acréscimo assinalável em relação a dezembro de 2021 quando alcançou 21,33%. O Rácio de Cobertura de Imobilizado, por sua vez, alcançou 336,57%, situando-se igualmente acima do limite mínimo definido de 100%.

Rácios Prudenciais	2022	2021	Var.	
			abs.	rel.
Fundos Próprios (mil escudos)	7 025 833	6 491 871	533 962	8,23%
Rácio de Solvabilidade	22,92%	21,33%	1,59 p.p	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido	336,57%	306,89%	29,68 p.p	

Em 2022, a qualidade da carteira de crédito evidenciou um ligeiro agravamento do rácio Crédito Vencido/Crédito total de 0,15 p.p., tendo aumentado de 8,3% para 8,44%. A cobertura de Crédito e Juros vencidos por Imparidade registou também uma ligeira degradação em 2022, tendo o rácio passado de 115,74% para 110.06%, e de 122,82% para 119,16% ao considerarmos o crédito titulado.

Créditos e Juros vencidos	2022	2021	Var.	
			abs.	rel.
Créditos e Juros vencidos (mil escudos)*	3 801 730	3 474 260	327 470	9,43%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos (mil escudos)**	4 184 082	4 020 957	163 125	4,06%
Créditos vencidos / Crédito Total	8,44%	8,30%	0,14 p.p	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	8,25%	7,96%	0,29 p.p	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	10,02%	10,28%	-0,26 p.p	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	19,44%	14,79%	4,65 p.p	
Imparidade Créditos e Juros venc./Créditos e Juros venc.	110,06%	115,74%	-5,68 p.p	

Notas: *não inclui as despesas vencidas, ** não inclui imparidade para títulos, *** Títulos Corporate incluídos.

5. Eventos Subsequentes

À data de aprovação das demonstrações financeiras não houve registo, ou perceção de eventos subsequentes que pudessem impactar de forma material a situação patrimonial e evolução do negócio da instituição.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

Proposta de Aplicação dos Resultados de 2022

Considerando que:

I) O Resultado Líquido do exercício de 2022 ascendeu ao valor de 1.229.418.687$00;

II) A Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;

III) A necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das novas exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e suportar o eventual impacto dos ativos recebidos em pagamento;

IV) Os riscos e incertezas associados ao fim das moratórias e aos efeitos da prolongação da guerra na Ucrânia;

V) Os indicadores económicos e financeiros do Banco;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta de afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	122.941.869$00
Resultados Transitados (40%)	492.605.818$00
Dividendos (441$00 por ação)	613.872.000$00
Total	**1.229.418.687$00**

7. Referências Finais

O ano de 2022 ficará marcado pela aceleração do crescimento económico, na sequência da retoma iniciada em 2021 após a grande contração verificada em 2020 devido à grande crise sanitária e económica provocada pela pandemia do Covid-19. A manutenção das medidas de proteção tomadas a nível mundial pelos Governos e pelos bancos centrais permitiram o adiamento do impacto da crise económica no sistema bancário para o período após a moratória.

O desempenho da Caixa no exercício económico de 2022 esteve em linha com o desempenho nos anos anteriores, tendo contribuído para o reforço da sua robustez como instituição de referência no sistema financeiro nacional. A maioria dos objetivos mais críticos fixados para 2022 foram ultrapassados, nomeadamente em termos de crescimento da carteira de crédito, dos depósitos, o rácio de crédito vencido, o rácio de eficiência, entre outros. Os resultados alcançados devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente contribuíram para o desempenho da instituição, promovendo o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdiana, pelo que manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

As autoridades oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro, num contexto particularmente difícil e grandes incertezas;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo profissionalismo, competência, rigor, compreensão no exercício da sua atividade de supervisão e pela manutenção das medidas excecionais tomadas no contexto da crise económica enfrentada;

Aos senhores acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela ação engajada e atenta desenvolvida no acompanhamento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenho e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.

8. Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(mil escudos)

ATIVO	2022			2021	Variação	
	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	8 639 868	0	8 639 868	9 749 912	-1 110 043	-11,39%
Disponibilidades em outras instit.de crédito	3 434 505	0	3 434 505	2 296 144	1 138 362	49,58%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	12 100 684	0	12 100 684	9 800 223	2 300 460	23,47%
Crédito Clientes	61 349 740	4 489 923	56 859 817	52 228 102	4 631 715	8,87%
Propriedades de investimento	3 589	2 609	980	4 692	-3 712	-79,11%
Outros ativos tangíveis	4 027 045	2 082 417	1 944 628	1 991 790	-47 162	-2,37%
Ativos intangíveis	334 005	320 102	13 903	715	13 188	1844,92%
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	139 030	0	139 030	119 767	19 263	16,08%
Ativos por impostos correntes	86 625	0	86 625	93 697	-7 072	-7,55%
Ativos por impostos diferidos	108 899	0	108 899	70 412	38 487	54,66%
Outros ativos	2 351 820	929 338	1 422 482	1 726 046	-303 564	-17,59%
TOTAL DO ATIVO	92 579 832	7 824 589	84 755 243	78 085 322	6 669 921	8,54%

(mil escudos)

PASSIVO	2022	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de outras instituições de crédito	255 114	252 539	2 575	1,02%
Recursos de clientes e outros empréstimos	76 175 454	70 369 243	5 806 211	8,25%
Provisões	58 623	66 335	-7 713	-11,63%
Passivos por impostos correntes	221 348	128 206	93 142	72,65%
Outros passivos	538 767	508 064	30 703	6,04%
TOTAL DO PASSIVO	77 210 820	71 324 388	5 886 432	8,25%
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	4 884 518	4 401 080	483 438	10,98%
Resultado do exercício	1 229 419	967 854	261 564	27,03%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	7 505 936	6 760 934	745 003	11,02%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	84 755 243	78 085 322	6 669 921	8,54%

(mil escudos)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2022	2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	3 975 935	3 919 028	56 906	1,45%
Juros e encargos similares	895 302	1 129 265	-233 964	-20,72%
Margem financeira	3 080 633	2 789 763	290 870	10,43%
Rendimentos de serviços e comissões	255 432	205 718	49 714	24,17%
Encargos com serviços e comissões	147 235	110 267	36 968	33,53%
Resultados de reavaliação cambial	94 499	87 983	6 516	7,41%
Resultados de alienação de outros ativos	36 078	3 975	32 102	807,55%
Outros resultados de exploração	103 640	64 951	38 689	59,57%
Produto bancário	3 423 047	3 042 124	380 923	12,52%
Custo com pessoal	913 195	858 168	55 027	6,41%
Gastos gerais administrativos	579 100	520 544	58 556	11,25%
Amortizações do exercício	114 406	121 322	-6 915	-5,70%
Provisões líquidas de reposições e anulações	0	335	-335	-100,00%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	380 889	423 655	-42 766	-10,09%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	53 041	42 000	11 041	26,29%
Resultados em empresas associadas	29 243	19 961	9 282	46,50%
Resultado antes de impostos	1 411 659	1 096 061	315 598	28,79%
Impostos				
Correntes	220 727	128 206	92 520	72,17%
Diferidos	38 487	0	38487	0,00%
Resultados após impostos	1 229 419	967 854	261 564	27,03%

O Conselho de Administração

Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente – Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal – António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal – Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Externos

Anexo às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório da Atividade do Conselho Fiscal

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos e dos Normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos possível e adequada, a evolução da atividade da Caixa, nomeadamente:

(i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
(ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, com especial atenção para o processo de cálculo de imparidade e impacto do fim faseado das moratórias relacionadas com a pandemia de COVID-19;
(iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais;
(iv) analisámos o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades;
(v) procedemos a uma análise de alto nível da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
(vi) analisámos os relatórios emitidos pelo Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Função Compliance;
(vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2022;
(Viii) analisámos a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
(ix) acompanhámos os trabalhos realizados pelos auditores externos;
(x) verificámos a independência dos auditores externos;
(xi) em resultado de encontros com a Comissão Executiva, Direção Financeira e Internacional, Direção de Gestão de Riscos, Gabinete de Função Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e com os auditores externos, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Constatámos um desempenho muito positivo da Caixa em 2022, destacando-se:

(i) um resultado líquido de 1.229.419 milhares de escudos positivos em 2022, um aumento significativo de 27% face a 2022, influenciado sobretudo (a) pelo aumento da Margem Financeira e do Produto Bancário, refletindo essencialmente a redução dos juros e encargos similares, mas também (b) pela redução do reforço das imparidades do crédito. O nível de cobertura do risco de crédito por imparidades continua, no entanto, a ser considerado satisfatório;
(ii) aumentos do Ativo Líquido e dos Depósitos face a dezembro de 2021;
(iii) Aumento da liquidez geral, mantendo-se a um nível confortável;
(v) ligeira melhoria do indicador cost to income (custos operativos / produto bancário) que reduziu de 49% para 47%;
(vi) melhoria dos principais rácios prudenciais, nomeadamente os Fundos Próprios que registaram um aumento de 8%, comparativamente ao ano de 2021 e a Solvabilidade que aumentou de 21% para 23%.

Entendemos, no entanto, que a incerteza quanto aos efeitos económicos da pandemia e quanto à evolução da inflação em virtude do conflito na Ucrânia, mantém-se significativas e continuam a merecer especial atenção e acompanhamento.

Apreciámos ainda o relatório de auditoria emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., com o qual concordamos. Verificámos que apresenta duas matérias relevantes de auditoria relativas à (a) Imparidade para Crédito de clientes que devido à materialidade e ao grau de subjetividade e complexidade dessa estimativa (complexidade dos modelos e o facto de requerer o tratamento de um volume significativo de dados cuja disponibilidade e qualidade podem ser condicionadas) e (b) valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

(i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
(ii) as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequados;
(iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
(iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

Nestes termos, somos do parecer que:

(i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
(ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
(iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

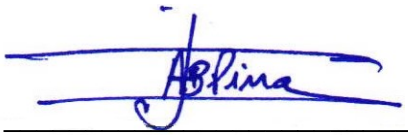
Cidade da Praia, 8 de junho de 2023

O Presidente do Conselho Fiscal



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

O Vogal do Conselho Fiscal



João Augusto Barros de Pina

A Vogal do Conselho Fiscal



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria – Complexo Atlântico
Apartamento 305 – 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia – Santiago

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (a "Caixa"), que compreendem a demonstração de posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 84.755.243 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 7.505.936 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 1.229.419 milhares CVE), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2022, a Caixa tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 4.489.923 milhares de CVE. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2 d), 9 e 18). A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo desta estimativa, o	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas da Caixa na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Adicionalmente, os efeitos da pandemia Covid-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total, aos quais acresce os potenciais efeitos financeiros decorrentes da atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	► testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ► seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas da Caixa para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciámos os julgamentos considerados para refletir os impactos da pandemia COVID-19 e a atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia; ► através do envolvimento dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ► análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2022, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 926.849 milhares de CVE (Nota 15). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2 f)). Periodicamente, a Caixa solicita a peritos avaliadores externos, registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor da demonstração da posição financeira, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

06 de junho de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: 08539023
Data: 2023.06.06 19:34:26+01'00'

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral

Assinado por: **SÍLVIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**
Num. de Identificação: 11891850
Data: 2023.06.06 19:38:55+01'00'

CHAVE MÓVEL

Silvia Silva
Partner

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ATIVO	Notas	2022	2021
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	8 639 868	9 749 912
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	3 434 505	2 296 144
Ativos Financeiros ao Justo Valor	7	3 823	3 823
Aplicações em instituições de crédito	8	12 100 684	9 800 223
Crédito a clientes	9	56 859 817	52 228 102
Propriedades de investimento	10	980	4 692
Outros ativos tangíveis	11	1 944 628	1 991 790
Ativos intangíveis	12	13 903	715
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	139 030	119 767
Ativos por impostos correntes	14	86 625	93 697
Ativos por impostos diferidos	14	108 899	70 412
Outros ativos	15	1 422 482	1 726 046
Total do activo		**84 755 243**	**78 085 322**
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de outras instituições de crédito	16	255 114	252 539
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	76 175 454	70 369 243
Provisões	18	58 623	66 335
Passivos por impostos correntes	14	221 348	128 206
Outros passivos	19	538 767	508 064
Total do passivo		**77 249 307**	**71 324 388**
Capital	20	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	21	4 884 518	4 401 080
Resultado do exercício	21	1 229 419	967 854
Total do capital próprio		**7 505 936**	**6 760 934**
Total do passivo e do capital próprio		**84 755 243**	**78 085 322**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	22	3 975 935	3 919 028
Juros e encargos similares	23	(895 302)	(1 129 265)
MARGEM FINANCEIRA		3 080 633	2 789 763
Rendimentos de serviços e comissões	24	255 432	205 718
Encargos com serviços e comissões	24	(147 235)	(110 267)
Resultados de reavaliação cambial	25	94 499	87 983
Resultados de alienação de outros activos	26	36 078	3 975
Outros resultados de exploração	27	103 640	64 951
PRODUTO BANCÁRIO		3 423 047	3 042 124
Custos com pessoal	28	(913 195)	(858 168)
Gastos gerais administrativos	29	(579 100)	(520 544)
Amortizações do exercício	10/11/12	(114 406)	(121 322)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	-	(335)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	(380 889)	(423 655)
Imparidade outros ativos financeiros líquidos reversão e recuperação	18	(53 041)	(42 000)
Resultados em empresas associadas	13	29 243	19 961
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1 411 659	1 096 061
Impostos			
Correntes	14	(220 727)	(128 206)
Diferidos	14	38 487	-
		(220 727)	(128 206)
Resultado e rendimento integral do exercício		1 229 419	967 854
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 392 000	1 392 000
Resultado por acção		0,88	0,70

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	4 231 367	4 124 746
Pagamento de juros e comissões	(1 042 537)	(1 239 532)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	198 139	152 934
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1 492 295)	(1 378 712)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(162 686)	(189 806)
Pagamentos relativos a locações	(15 287)	(15 029)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	1 716 701	1 454 601
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(2 300 460)	8 777 514
Créditos sobre clientes	(4 684 756)	(2 744 313)
Outros ativos	181 355	80 939
	(6 803 861)	6 114 140
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	2 575	162 462
Recuros de clientes	5 806 211	(3 043 722)
Outros passivos	(265 635)	(311 512)
	5 543 151	(3 192 773)
Caixa líquida das atividades operacionais	455 991	4 375 968
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	9 980	-
Ativos intangíveis	(13 949)	-
Outros ativos tangíveis	4 673	(46 653)
Receitas de venda de ativos tangíveis	36 078	3 975
Caixa líquida das atividades de investimento	36 782	(42 678)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(484 416)	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	(484 416)	-
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	8 358	4 333 290
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12 046 055	7 712 765
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12 054 413	12 046 055

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Notas	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultado do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**20**	**1 392 000**	**715 128**	**2 983 640**	**702 311**
Aplicação do resultado do exercício de 2020:					
Incorporação em reservas	21		70 231	632 080	(702 311)
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício	21	-	-	-	967 854
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**20**	**1 392 000**	**785 359**	**3 615 720**	**967 854**
Aplicação do resultado do exercício de 2021:					
Incorporação em reservas	21		96 785	386 653	(483 438)
Distribuição de dividendos	21	-			(484 416)
Rendimento integral do exercício	21	-			1 229 419
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**1 392 000**	**882 144**	**4 002 373**	**1 229 419**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Gestão de Participações, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista. Em 2017, o Instituto Nacional de Previdência Social adquiriu as participações da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e de um grupo de acionistas privados, num total 200.211 ações, passando a deter 47,21% do capital da Caixa (Nota 20).

Em dezembro de 2019 o Estado de Cabo Verde adquiriu, através do Ministério das Finanças, a totalidade de ações da Geocapital, Gestão de Participações, S.A., passando assim o Estado a assumir, direta, ou indiretamente o controlo acionista da instituição.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 38 agências para a realização das suas operações. O capital da Caixa está representado por 1.392.000 ações, 100% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2023, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

- As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) exceto no que se refere ao cálculo da imparidade para crédito a clientes, a qual não poderá ser inferior ao que for estabelecido por aviso ou instrução específica do Banco de Cabo Verde, em cada momento, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao fixing do BCV no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.
Nos exercícios de 2022 e 2021, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o câmbio (fixing) face ao Dólar Norte-Americano (USD) era de 103,633 e 97,554, respetivamente.

c) Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:
(1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
(2) O tipo de instrumentos financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
(3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:
• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida – deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".

• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".

• Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVTPL").

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Os instrumentos de dívida detidos pela Caixa são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio de "Hold to Collect" e que apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram

adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao custo, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em Demonstração da posição financeira ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito e vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, exceto em circunstâncias excecionais se existirem evidências concretas quanto ao seu recebimento, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com exceção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros Resultados de Exploração".

Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos ao *justo valor através de outro rendimento integral*, que correspondem a ações de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos *justo valor através de outro rendimento integral*" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a ativos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve o valor existente.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e contas a receber

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

Para os ativos financeiros classificados em *stages* 1 e 2, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte. Para os ativos financeiros classificados em *stage* 3, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD do instrumento financeiro e (ii) a EAD.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* são calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD *lifetime*.

As PD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica da ocorrência de *defaults* (*through-the-cycle*) e são ajustadas de modo a refletir o ponto atual do ciclo económico (*point-in-time*).

AS LGD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica de perdas nos eventos de *default*.

Na mensuração das perdas esperadas da carteira de títulos mensurados ao custo amortizado são utilizadas PD e LGD de mercado disponibilizadas por agências de notação de risco internacionais.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para *o stage 2* ocorre no momento em que o seu

risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito é determinado através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos internos utilizados pela Caixa na gestão de risco de crédito, verificando-se assim o alinhamento dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pela Caixa.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. A Caixa não refuta este pressuposto.

A Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através dos seguintes critérios:

- Atraso superior a 30 dias;
- Reestruturações por dificuldades financeiras;
- Saldos irregulares na Central de Risco de Crédito do Banco de Cabo Verde;
- Contágio de operações;
- Saída de *stage* 3.

Na carteira de títulos mensurados ao custo amortizado a Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através de degradações significativas do rating da contraparte entre a data de originação e a data de reporte dos títulos.

As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

A IFRS 9 não apresenta uma definição objetiva de *default*, contudo, assume um pressuposto refutável de que o *default* ocorre no momento em que uma exposição apresenta mais de 90 dias de atraso. A Caixa não refuta este pressuposto, sendo que a definição de *default* do Caixa contempla os seguintes critérios:

- Atraso superior a 90 dias;
- Capital abatido;
- Múltiplas reestruturações;
- Contágio de operações.

Informação Forward-looking

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e. informação *forward-looking*).
Foi efetuado o estudo do impacto da utilização das curvas de PD com informação *forward-looking* com referência a 31 de dezembro de 2022 e, como esperado, o resultado foi uma redução de imparidade, justificada essencialmente pelo segmento de Empresas. A Caixa irá continuar a avaliar a adequacidade das curvas de PD atualmente utilizadas, tendo por base o objetivo de manter um nível de prudência adequado à incerteza associada a cada momento económico.

Contabilidade de cobertura
O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

A Caixa não aplica contabilidade de cobertura, pelo que nesta componente os novos requisitos da IFRS 9 não irão originar qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Caixa.

Certas tipologias de clientes/contratos são alvo de uma análise individual por representarem um determinado nível de risco que carece de uma análise mais específica, de acordo com os critérios de seleção para análise individual definidos pela unidade interna da CECV. Estes são:

i. Entidades com EAD global (incluindo todos os contratos) superiores a 30.000.000 CVE, ou
ii. Entidades com EAD em stage 3 (incluindo todos os contratos em stage 3) superior a 15.000.000 CVE".

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos da Demonstração da Posição Financeira.
O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar.
A diferença entre o valor da renda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

e) Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não vem introduzir grandes alterações face aos requisitos já previstos na IAS 39, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido pela IAS 39, com exceção dos casos em que este tratamento contabilístico gere "*accounting missmatch*". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo no momento da recompra destes passivos.

Conforme análise realizada pela Caixa com referência a 1 de janeiro de 2018 não foram identificados impactos da adoção da IFRS 9, uma vez que os passivos financeiros da Caixa são mensurados ao custo amortizado.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de Demonstração da Posição Financeira , líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s)

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de Demonstração da Posição Financeira, são registadas perdas por imparidade. Até 2013 para imóveis adquiridos na determinação da imparidade, a Caixa considerava ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em "Amortizações do exercício" ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5-6	5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº52 de 28 de agosto de 2015.

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos, tendo em conta o menor valor entre a vida útil e a duração dos contratos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados

do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente, 2 em 2 anos, a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

i) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

Locações

a. Contratos de locação – identificação dos ativos

No início do contrato, avalia-se se um contrato é ou contém uma locação. De forma a que um contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente com três condições fundamentais:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida do pagamento.

b. Como Locatário

Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da respetiva operação:

O passivo de locação - é mensurado pelo valor presente das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando os pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Quando a taxa implícita não esteja disponível ou possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.
Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que a Caixa o irá exercer.
O passivo é remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis: (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão), (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra sobre o ativo subjacente, (iii) alteração do valor residual do ativo, ou (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a remensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Ativo de direito de uso - O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.
Posteriormente o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

c. Expedientes práticos – Locações de curto prazo, baixo valor e separação de componentes

Estão previstos na norma um conjunto de expedientes práticos, nomeadamente para locações de baixo valor ou de curto prazo (até 1 ano), os quais não implicam o reconhecimento do respetivo passivo de locação e direito de uso. A Caixa reconhece diretamente ao custo (rendas) um aluguer de um espaço no valor de 7 mCve mensal, como locação de baixo custo.

d. Como Locador

Como locador, as operações de locação são classificadas entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Estes ativos são sujeitos a testes periódicos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações” da demonstração de resultados.

k) Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado

contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco á valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data da Demonstração da Posição Financeira.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao Justo Valor). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Os Impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

A Caixa procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, sempre que (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser

determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data da Demonstração da Posição Financeira.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Imparidade de ativos recebidos em recuperação de crédito

As perdas por imparidade em ativos recebidos em recuperação de crédito são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes ativos resulta de uma avaliação efetuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

4. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	**Descrição**
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias	Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor,

anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação. Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16. Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021. Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios: • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeira da Caixa Económica de Cabo Verde.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	**Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após**	**Descrição**
IFRS 17 – Contratos de Seguro	1-jan-2023	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-2023	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um '*overlay*' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O '*overlay*' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-2023	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-2023	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas.

Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-2023	A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo. Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

A Caixa Económica de Cabo Verde não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	**Descrição**
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "*covenant*". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva.
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários

	deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Caixa Económica de Cabo Verde no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	**2021**
Caixa	2 388 519	3 905 043
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	6 251 350	5 844 869
	8 639 868	**9 749 912**

A rúbrica caixa, teve uma redução de mCve 1.110.043 (11,39%) face ao ano 2021, devido à redução das rúbricas notas e moedas estrangeiras em mCve 1.626.729, com o levantamento das restrições e retoma da normalidade nos transportes de valores para o exterior que foi bastante intensivo em 2022.

Em sentido contrário foi a evolução dos depósitos no Banco Central que tiveram uma variação positiva de 406.481 (7%), o que se explica pelo contexto de elevados níveis de liquidez e pela precariedade de instrumentos financeiros rentáveis.

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa, bem como os compromissos com a compensação interbancária. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa manteve-se nos 10% (medida de mitigação dos efeitos da pandemia) da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, não residentes e emigrantes.

Os depósitos à ordem junto do Banco de Cabo Verde não são remunerados.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Em instituições de crédito no país		
. BCA	0	2 635
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Novo Banco SA	131 687	117 128
. Montepio Geral	2 581 730	1 556 992
. Caixa Geral de Depósitos	97 040	168 335
. Natexis Banques Populaires	71 160	46 068
. Banck of China, Macau Branch	10 381	6 748
. BPI	415 464	338 574
. Outras	22 496	8 981
	3 329 958	2 245 461
Sobre o país	103 281	40 714
Sobre o estrangeiro	1 267	9 367
	104 548	50 081
	3 434 505	2 295 542

As disponiblidades em OIC no Pais, conheceram em 2022, uma variação negativa de mCve 2.635 (100%), devido ao encerramento de todas as contas abertas no BCA - Banco Comercial do Atlântico, tendo em conta que essas contas não eram movimentadas já há vários anos.
As disponibilidades em Instituições de Créditos no estrangeiro tiveram um aumento de mCve 1.084.437 (48,3%) em relação ao ano 2021, devido ao aumento das remessas de valores para os correspondentes no após COVID.

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as disponibilidades em instituições de créditos, por moeda, têm a seguinte de composição:

Depósitos à ordem:	2022	2021
Dólares Norte-Americanos	187 204	404 675
Libras esterlinas	14 755	11 585
Escudos de Cabo Verde	0	2 635
Coroa Sueca	1 288	5 856
Dolar Canadiano	15 905	4 649
Franco Suiço	53 004	16 447
Euros	3 054 508	1 793 111
Outras divisas	3 294	6 504
	3 329 958	2 245 461
Valores a cobrar e outras disponibilidades:		
Escudos de Cabo Verde	103 281	40 112
Euros	853	8 109
Dólares Norte-Americanos	311	1 756
Outras divisas	102	104
	104 548	50 081
	3 434 505	2 295 542

As disponibilidades em EUR em instituições de crédito no exterior, em 31 dezembro de 2022 ascendem mCve 3.054.508 e em 31 de dezembro 2021 mCve 1.793.111, respetivamente. O crescimento é devido ao aprovisionamento por via da exportação de moeda bastante ativo em 2022.

7. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3 823	-	3 823
	3 823	**-**	**3 823**

A participação no Fundo G.A.R.I., face à dificuldade em determinar o seu justo valor, foi mantida à valorização inicial como a melhor aproximação ao justo valor.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
A Prazo	8 900 000	7 100 000
Títulos de intervenção monetária	3 150 000	2 652 000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	52 646	49 557
Juros acrescidos	265	55
Proveitos diferidos	(2 227)	(1 389)
	12 100 684	9 800 223

A rúbrica aplicações em instituições de crédito**,** regista um aumento de mCve 2.300.460 (23,5%), determinado pelo aumento das aplicações a muito curto prazo (Overnigt) em mCve 1.800.000.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rúbrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos de caução" corresponde a colaterais, na forma de depósitos, constituídos pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução pela emissão de garantias, ou créditos documentários de importação por essas entidades. Na prática esses depósitos são feitos sob forma de aplicações (contratos de depósitos a prazo) nas salas de mercado. A Caixa dispõe de depósitos de caução remunerados apenas em USD dólares, sendo reembolsáveis apenas com a extinção das respetivas garantias bancárias associadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2022	2021
Banco BPI	52 646	49 557
	52 646	49 557

9. CRÉDITOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	850 377	564 000
Empréstimos	610 915	669 075
Descobertos em depósitos à ordem	240 219	173 212
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	34 825 583	33 291 717
Outros créditos	1 754 121	1 605 437
Crédito ao Pessoal	1 364 760	1 359 057
	39 645 973	37 662 497
Crédito Não Residente	425 742	410 633
	40 071 715	38 073 130
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	15 265 115	12 696 794
Outros títulos de rendimento fixo	2 271 386	2 082 304
	57 608 216	52 852 228
Juros a receber		
Juros Crédito	110 008	235 210
Juros Crédito Titulado	157 624	190 821
Custos diferidos	735	874
Receitas diferidas	(328 573)	(291 430)
Crédito Vencido	3 695 975	3 444 013
Juros Vencidos	105 755	79 804
	61 349 740	56 511 520
Imparidade		
Crédito a Clientes	(4 184 082)	(4 020 957)
Outros Créditos a receber	(305 840)	(262 461)
	56 859 817	52 228 102

No ano 2022 o crédito bruto a clientes registou um crescimento no valor de mCve 4.838.219 (8,56%) face ao ano de 2021. O Crédito titulado aumentou mCve 2.757.403 (18,66%), constituído essencialmente por títulos de dívida pública, com destaque para os Bilhetes de Tesouro que aumentaram em 1.728.213 (691,3%).
O Crédito não titulado normal, apresentou um crescimento de 1.998.585 (5,25%) em relação ao ano 2021, com destaque para os créditos a residentes e não residentes. A evolução favorável face ao ano 2021 foi determinada pelo crescimento do crédito a residentes de médio e longo prazo (empréstimos), em mCve 1.833.866 (4,6%), com destaque para o crédito à tesouraria e às empresas públicas;
Relativamente as imparidades acumuladas dos créditos, o reforço foi de mCve 206.505 (4,8%), devido a utilização das imparidades com os créditos abatidos no valor de mCve 174.384.

A rúbrica Crédito ao Pessoal refere-se aos empréstimos concedidos aos colaboradores da instituição em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que são remunerados a taxas de juro reduzidas, de acordo com a política de empréstimos a colaboradores da Caixa. Em dezembro 2022 e 2021, o crédito total atingiu os montantes de mCve 43.767.690 e mCve. 41.517.143, com destaque para o crédito às empresas que cresceu mCve 1.964.695 (9,91%) em 2022 comparativamente ao ano 2021.

Crédito às Empresas e aos Particulares

Créditos	dez-22		dez-21		Variação 2022	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Particulares	**21 972 584**	**50,20%**	**21 686 732**	**52,24%**	**285 852**	**1,32%**
Habitação	15 317 821	35,00%	14 930 130	35,96%	387 691	2,60%
Outros Fins	6 654 762	15,20%	6 756 602	16,27%	-101 840	-1,51%
Empresas	**21 795 106**	**49,80%**	**19 830 412**	**47,76%**	**1 964 695**	**9,91%**
Investimento	15 280 130	34,91%	15 222 646	36,67%	57 484	0,38%
Tesouraria	6 514 977	14,89%	4 607 766	11,10%	1 907 211	41,39%
Total Créditos	**43 767 690**	**100,00%**	**41 517 143**	**100,00%**	**2 250 547**	**5,42%**

De realçar que o quadro acima representa o total da carteira dos créditos da Caixa, onde aos Particulares representam mCve 21.972.584 (50,20%) e as Empresas 21.795.106 (49,80%). Os créditos aos particulares tiveram uma variação positiva em relação ao ano 2021 em mCve 285.852 (1,32%) e os créditos às Empresas uma variação também positiva em mCve 1.964.695 (9,91%). A variação total do crédito de ano de 2022 é positiva no montante de mCve 2.250.547 (5,42%).

Em dezembro de 2022, o Crédito vencido registou um crescimento de mCve 251.962, portanto temos um rácio de crédito vencido de 8,44%, com destaque para o Crédito Habitação, com o maior rácio, de 10,67%, que representa 35% da carteira de crédito vencido.

Rácio Crédito Vencido (sem Títulos)

Créditos	2022				2021			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**19 627 380**	**2 345 204**	**21 972 584**	**10,67%**	**19 217 713**	**2 469 019**	**21 686 732**	**11,38%**
Habitação	13 684 978	1 632 843	15 317 821	10,66%	13 239 663	1 690 467	14 930 130	11,32%
Outros Fins	5 942 402	712 361	6 654 762	10,70%	5 978 050	778 552	6 756 602	11,52%
Empresas	**20 444 336**	**1 350 771**	**21 795 106**	**6,20%**	**18 855 417**	**974 994**	**19 830 412**	**4,92%**
Investimento	14 387 829	892 301	15 280 130	5,84%	14 560 691	661 955	15 222 646	4,35%
Tesouraria	6 056 507	458 470	6 514 977	7,04%	4 294 727	313 039	4 607 766	6,79%
Total Créditos	**40 071 715**	**3 695 975**	**43 767 690**	**8,44%**	**38 073 130**	**3 444 013**	**41 517 143**	**8,30%**

O quadro crédito por segmento está dividido em: i) Particulares - Residentes, não Residentes, Emigrantes e outros Particulares, e ii) Empresas - Residentes, não Residentes e Outras empresas.
Podemos constatar que no segmento particular, o que mais contribui para uma variação positiva dos créditos comparativamente ao ano 2021, foram os créditos a Não Residentes e Emigrantes, nos valores de mCve 36.967 (20,82%) e mCve 346.133 (10,15%), respetivamente. Os créditos aos Residentes tiveram uma variação negativa no valor de mCve 972.477 (0,54%).
No segmento Empresas, a maior contribuição foi dos créditos de Empresas Residentes com o aumento de mcve 1.919.091 (10,16%).

Créditos por Segmento

Créditos	2022	2021	Variação	%
Habitação	11 892 223	11 763 686	-128 537	-1,09%
Outros fins	6 109 758	6 335 543	225 785	3,56%
Total Residentes	**18 001 981**	**18 099 229**	97 248	**0,54%**
Não Residentes				
Habitação	144 527	141 331	-3 197	-2,26%
Outros fins	70 001	36 231	-33 770	-93,21%
Total Não Residentes	**214 528**	**177 562**	-36 967	**-20,82%**
Emigrantes				
Habitação	3 281 071	3 025 113	-255 958	-8,46%
Outros fins	475 003	384 828	-90 175	-23,43%
Total Emigrantes	**3 756 074**	**3 409 941**	-346 133	**-10,15%**
Total Particulares				
Habitação	15 317 821	14 930 130	-387 691	-2,60%
Outros fins	6 654 762	6 756 602	101 840	1,51%
Total Particulares	**21 972 584**	**21 686 732**	**-285 852**	**1,32%**
Empresas Residentes				
Investimento	14 724 235	14 699 017	-25 218	-0,17%
Tesouraria	6 091 005	4 197 133	-1 893 873	-45,12%
Total Empresas Residentes	**20 815 240**	**18 896 149**	-1 919 091	**-10,16%**
Empresas Não Residentes				
Investimento	555 895	523 629	-32 266	-6,16%
Tesouraria	423 971	410 633	-13 338	-3,25%
Total Empresas Não Residentes	**979 866**	**934 262**	-45 604	**-4,88%**
Empresas				
Investimento	15 280 130	15 222 646	-57 484	-0,38%
Tesouraria	6 514 977	4 607 766	1 907 211	41,39%
Total Empresas	**21 795 106**	**19 830 412**	**-1 964 695**	**-9,91%**
Total Créditos	**43 767 690**	**41 517 143**	**-2 250 547**	**-5,42%**

Em 31 de dezembro de 2022, a imparidade de crédito tem a seguinte decomposição (importa referir que os quadros seguintes terão incluídos as componentes de juros corridos, juros vencidos e despesas de crédito vencido):

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2022								Imparidade 31.12.2022					
Segmento	**Exposição Total Patrimonial**	**Exposição Total Extra Patrimonial**	**EAD**	**Stage 1**	**Stage 2**	Do qual reestruturado	**Stage 3**	Do qual reestruturado	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	Do qual reestruturado	**Stage 3**	Do qual reestruturado
Habitação	15 367 277	860 813	15 367 277	11 774 308	1 491 576	244 036	2 101 393	684 475	872 797	27 038	64 119	7 062	781 640	255 122
Outros Particulares	5 989 224	510 825	5 990 474	4 474 876	859 106	77 779	655 242	301 540	501 278	25 083	18 481	2 528	457 714	205 530
Corporate	9 826 479	3 162 957	9 983 790	4 466 459	1 883 185	1 078 760	3 476 835	1 822 469	1 615 368	198 422	183 613	106 310	1 233 333	706 516
Construção e CRE	4 134 339	2 230 424	4 245 493	475 005	1 599 489	176 077	2 059 846	1 286 266	899 503	5 946	142 077	29 621	751 480	451 737
Produtores Individuais	680 505	24 341	680 505	141 447	377 093	78 914	161 966	92 464	126 122	1 069	43 358	4 105	81 694	38 831
Setor Público	7 937 747	1 435 221	7 948 110	7 937 747	-	-	-	-	121 862	121 862	-	-	-	-
Outros	47 347	405	47 347	195	1 131	-	46 021	-	47 152	-	1 131	-	46 021	-
Total	43 982 919	8 224 986	44 262 997	29 270 037	6 211 579	1 655 566	8 501 302	4 187 213	4 184 082	379 420	452 780	149 626	3 351 883	1 657 736

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento (stage e dias de atraso)

(em milhares de escudos)

			Stage 2			Stage 3					Stage 2			Stage 3		
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Dias de atraso ≤ 30**	**Dias de atraso > 30**	**Sub-total**	**Dias de atraso ≤ 90**	**Dias de atraso > 90**	**Sub-total**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Dias de atraso ≤ 30**	**Dias de atraso > 30**	**Sub-total**	**Dias de atraso ≤ 90**	**Dias de atraso > 90**	**Sub-total**
Habitação	15 367 277	11 774 308	1 445 464	46 111	1 491 576	556 790	1 544 603	2 101 393	872 797	27 038	62 160	1 959	64 119	94 476	687 164	781 640
Outros Particulares	5 989 224	4 474 876	799 323	59 782	859 106	144 643	510 599	655 242	501 278	25 083	15 284	3 197	18 481	67 804	389 910	457 714
Corporate	9 826 479	4 466 459	1 842 125	41 060	1 883 185	2 225 031	1 251 804	3 476 835	1 615 368	198 422	179 112	4 502	183 613	616 039	617 295	1 233 333
Construção e CRE	4 134 339	475 005	1 594 126	5 363	1 599 489	816 337	1 243 509	2 059 846	899 503	5 946	141 469	608	142 077	158 014	593 466	751 480
Produtores Individuais	680 505	141 447	361 128	15 965	377 093	53 435	108 531	161 966	126 122	1 069	41 210	2 148	43 358	10 510	71 184	81 694
Setor Público	7 937 747	7 937 747	-	-	-	-	-	-	121 862	121 862	-	-	-	-	-	-
Outros	47 347	195	1 131	-	1 131	46 021	-	46 021	47 152	-	1 131	-	1 131	46 021	-	46 021
Total	43 982 919	29 270 037	6 043 298	168 281	6 211 579	3 842 256	4 659 047	8 501 302	4 184 082	379 420	440 367	12 413	452 780	992 863	2 359 019	3 351 883

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

(em milhares de escudos)

Ano de produção	Habitação			Outros Particulares			Corporate			Construção e CRE		
	Número de operações	EAD	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	EAD	Imparidade	Número de operações	EAD	Imparidade
2009 e anos anteriores	1 438	2 036 601	226 927	3 471	105 932	28 361	39	123 008	35 680	17	81 086	15 613
2010	276	696 078	84 466	368	74 059	34 328	15	48 254	17 921	5	8 426	3 194
2011	269	828 229	122 606	294	12 201	4 610	18	32 381	12 436	5	56 178	30 630
2012	226	656 199	34 904	213	3 729	545	10	591 001	61 364	2	586 742	46 092
2013	169	449 437	24 908	203	38 265	2 164	10	60 150	3 386	3	28 264	966
2014	203	566 896	40 518	187	14 707	6 791	13	239 809	65 634	4	32 937	12 034
2015	220	654 372	31 547	193	95 278	57 917	14	101 931	6 634	5	69 453	22 343
2016	260	837 273	28 802	231	58 329	37 660	28	356 663	100 134	6	239 936	69 634
2017	358	1 279 650	120 732	539	225 322	94 845	63	1 462 985	369 501	8	238 554	21 058
2018	387	1 266 890	31 839	1 764	277 195	49 757	81	947 040	155 669	18	174 434	31 649
2019	365	1 316 941	23 158	2 913	569 531	23 177	126	1 236 713	314 153	20	613 184	207 895
2020	311	1 157 088	22 809	3 333	893 692	15 030	197	1 250 933	198 980	28	996 925	316 384
2021	388	1 541 064	17 233	4 847	1 526 323	19 002	1 156	1 863 395	208 616	85	690 886	66 324
2022	478	2 080 560	62 348	5 363	2 095 911	127 092	402	1 669 526	65 262	52	428 489	55 688
Total	5 348	15 367 277	872 797	23 919	5 990 474	501 278	2 172	9 983 790	1 615 368	258	4 245 493	899 503

Ano de produção	Produtores Individuais			Setor Público			Outros			Total		
	Número de operações	EAD	Imparidade	Número de operações	EAD	Imparidade	Número de operações	EAD	Imparidade	Número de operações	EAD	Imparidade
2009 e anos anteriores	43	7 664	5 490	10	105 082	1 535	23	6 110	6 110	5 041	2 465 484	319 715
2010	5	1 594	30	2	36 568	534	11	2 031	2 031	682	867 009	142 503
2011	10	25 724	5 260	5	216 048	3 156	7	1 671	1 671	608	1 172 432	180 369
2012	4	8 389	5 787	-	-	-	47	5 614	5 614	502	1 851 675	154 306
2013	1	0	0	2	59 377	867	32	8 449	8 449	420	643 942	40 740
2014	3	12 159	10 345	-	-	-	26	3 224	3 070	436	869 732	138 392
2015	11	55 555	14 083	2	51 529	753	20	2 553	2 515	465	1 030 672	135 791
2016	10	27 216	11 618	4	59 269	866	46	4 243	4 243	585	1 582 928	252 957
2017	58	87 084	22 328	2	95 026	1 388	75	5 914	5 912	1 103	3 394 536	635 764
2018	53	107 450	16 674	2	131 743	1 925	43	3 182	3 182	2 348	2 907 935	290 694
2019	42	48 095	8 273	8	4 025 289	64 550	25	2 227	2 227	3 499	7 811 979	643 432
2020	48	57 849	5 366	6	280 612	4 100	13	985	985	3 936	4 638 084	563 655
2021	83	43 827	3 605	11	895 018	13 076	3	432	432	6 573	6 560 944	328 289
2022	97	197 899	17 263	12	1 992 549	29 111	16	712	712	6 420	8 465 645	357 474
Total	468	680 505	126 122	66	7 948 110	121 862	387	47 347	47 152	32 618	44 262 997	4 184 082

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor

(em milhares de escudos)

	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
Setor	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**
Comércio	15 958	10 828	1 013 227	120 890	1 029 185	131 718
Construção e obras públicas	1 663 413	508 809	253 671	22 075	1 917 084	530 883
Transportes	-	-	710 513	44 424	710 513	44 424
Indústria	194 898	105 340	561 998	67 159	756 896	172 499
Hotelaria	1 107 084	444 455	368 542	19 495	1 475 626	463 950
Energia	2 298 189	373 394	607 031	17 427	2 905 220	390 822
Outros setores	2 869 255	673 699	2 297 039	106 877	5 166 294	780 576
Habitação	306 751	192 856	15 060 526	679 942	15 367 277	872 797
Outros Particulares	301 112	243 124	5 688 113	258 153	5 989 224	501 278
Produtores Individuais	179 965	35 097	500 540	91 024	680 505	126 122
Setor Público	-	-	7 937 747	121 862	7 937 747	121 862
Outros	-	-	47 347	47 152	47 347	47 152
Total	8 936 624	2 587 602	35 046 295	1 596 480	43 982 919	4 184 082

Detalhe por segmento e colateralização

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2022				Imparidade 31.12.2022			
Segmento	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**
Habitação								
Com colateral associado	11 744 315	1 491 035	2 091 020	15 326 370	27 007	64 115	777 813	868 935
Sem colateral associado	29 993	541	10 373	40 907	31	4	3 827	3 862
Outros Particulares								
Com colateral associado	1 209 738	167 684	381 505	1 758 927	5 721	4 222	273 747	283 689
Sem colateral associado	3 265 139	691 421	273 737	4 230 297	19 362	14 259	183 967	217 588
Corporate								
Com colateral associado	3 412 955	908 742	3 342 659	7 664 356	139 362	82 888	1 175 588	1 397 838
Sem colateral associado	1 053 505	974 443	134 176	2 162 124	59 060	100 725	57 745	217 530
Construção e CRE								
Com colateral associado	468 154	1 566 174	1 951 560	3 985 888	5 820	137 790	721 438	865 048
Sem colateral associado	6 850	33 315	108 286	148 451	126	4 287	30 043	34 456
Produtores Individuais								
Com colateral associado	116 488	368 881	145 196	630 565	903	41 649	70 074	112 627
Sem colateral associado	24 959	8 212	16 769	49 940	166	1 709	11 620	13 495
Sector Público								
Com colateral associado	5 906 131	-	-	5 906 131	92 029	-	-	92 029
Sem colateral associado	2 031 616	-	-	2 031 616	29 833	-	-	29 833
Outros								
Com colateral associado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem colateral associado	195	1 131	46 021	47 347	-	1 131	46 021	47 152
Total	29 270 037	6 211 579	8 501 302	43 982 919	379 420	452 780	3 351 883	4 184 082

Detalhe das exposições e provisão constituída por segmento

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2022				Provisão 31.12.2022			
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Provisão Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**
Habitação	860 813	808 881	21 246	30 685	-	-	-	-
Outros Particulares	510 825	428 602	33 966	48 257	11	11	-	-
Corporate	3 162 957	2 754 011	368 656	40 290	6 843	990	5 853	-
Construção e CRE	2 230 424	564 692	739 015	926 718	16 093	9	5 327	10 757
Produtores Individuais	24 341	15 757	8 300	284	-	-	-	-
Setor Público	1 435 221	1 435 221	-	-	151	151	-	-
Outros	405	405	-	-	-	-	-	-
Total	8 224 986	6 007 569	1 171 182	1 046 234	23 097	1 160	11 180	10 757

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2022
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	8 878 428
Créditos reestruturados no periodo	1 134 031
Juros corridos da carteira reestruturada	8 685
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	422 177
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	3 610 824
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	**5 988 143**

Auxiliar:

Liquidação de créditos reestruturados	329 720,00
Exposição de créditos reestruturados dez21	4 792 519,00
Exposição de créditos reestruturados dez22	4 707 563,00
Juros corridos dez22	7 501,00
	92 457,00

Colaterais

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	3	1 205	8	1 812	-	-	1	200	46	15 235	-	-
>=0,5 MCVE e < 1MCVE	24	17 355	5	3 718	1	600	3	1 850	151	103 606	-	-
>=1 MCVE e < 5MCVE	314	651 065	24	50 764	36	94 862	7	19 806	2 855	8 432 937	4	11 400
>=5 MCVE e < 10MCVE	79	513 773	3	20 999	17	104 580	1	9 480	1 460	9 713 078	2	12 000
>=10 MCVE e < 20MCVE	41	563 875	2	22 000	13	164 583	-	-	252	3 095 999	2	23 000
>=20 MCVE e < 50MCVE	35	1 084 221	1	33 000	13	397 336	-	-	35	994 669	-	-
>= 50MCVE	24	4 809 428	2	303 861	21	4 216 200	-	-	1	61 600	-	-
Total	520	7 640 922	45	436 154	101	4 978 161	12	31 336	4 800	22 417 124	8	46 400

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rúbrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) – Outros títulos de rendimento fixo", inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Em 31 de dezembro de 2022, estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	2022					
Título	Valor Bruto Capital	Juros	Imparidade	%	Valor Liquido	Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo						
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630 227	1 332	9 201	1,46%	622 358	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	368 273	963	5 377	1,46%	363 859	14/06/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13 343	1 987	15 301	114,67%	29	18/02/2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Tranche I e II	68 500	1 328	1 000	1,46%	68 828	14/09/2022
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	35 047	13 070	35 213	100,47%	12 904	14/10/2017
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Serie G	292 421	7 692	4 269	1,46%	295 844	24/12/2019
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	186 569	3 245	2 724	1,46%	187 090	25/08/2027
ANMCV	185 490	1 058	2 708	1,46%	183 840	02/11/2026
RTC- Radio-Televisão de Cabo Verde	55 000	60	803	1,46%	54 257	23/12/2029
ACE SUST. BOND SERIE A 3,5% 2022/2027	436 515	4 136	6 373	1%	434 278	23/03/2027
	2 271 386	**34 872**	**82 970**		**2 223 289**	

	2021					
Título	Valor Bruto Capital	Juros	Imparidade	%	Valor Liquido	Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo						
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630 227	10 428	9 075	1,44%	631 580	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	368 273	11 275	5 303	1,44%	374 245	14/06/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13 343	1 987	15 301	114,67%	29	18/02/2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Tranche I e II	205 500	3 985	2 959	1,44%	206 526	14/09/2022
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	35 047	11 670	35 038	99,97%	11 679	14/10/2017
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Serie G	356 482	9 377	5 133	1,44%	360 725	24/12/2019
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	186 569	3 245	2 687	1,44%	187 127	25/08/2027
ANMCV	231 863	1 323	3 339	1,44%	229 847	02/11/2026
RTC- Radio-Televisão de Cabo Verde	55 000	60	792	1,44%	54 268	23/12/2029
	2 082 304	**53 350**	**79 627**		**2 056 027**	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., e a RTC – Rádio Televisão de Cabo Verde, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. A Caixa Económica de Cabo Verde subscreveu em junho de 2017 obrigações da Electra serie 'E', no montante de mCve 369.293 com maturidade em junho de 2025, e dispõe em carteira desde junho de 2007 um total de mCve 630.227 da Electra C, com vencimento em junho do ano 2027.

As obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se com algumas prestações em incumprimento desde julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, os juros vencidos e não pagos das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCve. 12.225 e mCve. 2.982, respetivamente. Os próximos cupões de juros vencem-se em janeiro e fevereiro de 2023.

No final do ano 2021, a Caixa, incrementou a sua carteira de títulos corporate, com a subscrição de obrigações da RTC- Radiotelevisão Cabo-verdiana, SA e da ANMCV – Associação nacional dos Municípios Cabo-verdianos, no montante de mCve 55.000 (taxa 5%, maturidade em 23/12/2029) e mCve 231.863 (taxa 3,5%, maturidade em 02/11/2026), respetivamente. Os primeiros cupões foram pagos em maio de 2022 para as obrigações da ANMCV e junho de 2022 para as obrigações da RTC.

Em março de 2022, a Caixa aumentou a sua carteira de títulos corporate, com a aquisição das Obrigações da ACE – Sustainable Bond Serie 'A', 3,5%, 2022/2027, no montante de mCve 485.017, sendo que a 1ª amortização foi feita logo no 1º cupão, no valor de mCve 48.502.
Para as obrigações Corporate com Aval do Estado, bem como para os títulos de dívida pública a taxa de imparidade utilizada é a taxa de risco do Estado a 1,46%, que resulta do mais recente estudo da Moody's que fixa a PD em 2,435% e a LGD a 60%.
Para as obrigações Corporate sem aval do estado o critério utilizado é a aplicação da taxa de imparidade utilizada de acordo com a análise de risco de crédito não titulado

Em 31 dezembro de 2022, a Caixa apresenta um montante de mCve 15.265.115 respeitante a títulos de dívida pública (mCve 1.978.213 de Bilhetes de Tesouro e mCve 13.286.902 de Obrigações de Tesouro), registando um aumento de mCve 2.568.321 face a 2021. A nível de maturidade dos títulos, temos a seguinte distribuição:

Maturidade BT e OT	Valor de Aquisição	% Peso
2023	3 898 196	26%
2024	2 290 495	15%
2025	1 795 613	12%
2026	1 271 141	8%
2027	1 311 390	9%
2028	1 697 023	11%
2029	882 510	6%
2030	1 108 706	7%
2031	329 413	2%
2032	600 000	4%
2052	80 628	1%
Total	15 265 115	100%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber (titulados)", e juros corridos e receitas diferidas, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2022			2021		
	Crédito Normal	**Crédito Vencido**	**Total**	**Crédito Normal**	**Crédito Vencido**	**Total**
Empresas:						
Comércio	772 040	254 190	1 026 230	805 966	214 330	1 020 296
Construção e obras públicas	1 789 426	122 370	1 911 796	1 868 859	74 079	1 942 938
Transportes	5 650 807	61 771	5 712 578	5 473 169	52 766	5 525 935
Indústria	561 271	231 609	792 880	748 407	83 276	831 683
Hotelaria	1 193 712	279 801	1 473 513	1 016 373	251 775	1 268 148
Energia	4 328 997	-	4 328 997	2 746 946	17	2 746 963
Outros	6 148 083	401 030	6 549 113	6 195 698	298 751	6 494 449
	20 444 336	1 350 771	21 795 107	18 855 418	974 994	19 830 412
Particulares:						
Habitação	13 693 478	1 632 843	15 326 321	13 239 663	1 693 251	14 932 914
Outros	5 933 901	712 361	6 646 262	5 978 050	775 768	6 753 818
	19 627 379	2 345 204	21 972 583	19 217 713	2 469 019	21 686 732
	40 071 715	3 695 975	43 767 690	38 073 131	3 444 013	41 517 144

Quanto ao Crédito por Sector ou Finalidade, em termos gerais realce para os Créditos á Habitação (Particular), ao Sector dos Transportes e ao Sector das Energias, com valores de mCve. 15.326.321, mCve. 5.712.578 e mCve. 4.328.997, respetivamente, e com a soma dos saldos dessas rubricas a representar cerca de 57,96% do Crédito total concedido em 2022. Destaque ainda para o crescimento do volume de crédito ao Sector das Energias em 57,59% relativamente ao ano de 2021 (+ mCve. 1.582.034).

Quanto ao Crédito Vencido por Sector, destaque para o Crédito a Habitação (Particular) que em 2022 e 2021 representa cerca de 44,18% e 49,17% do total da carteira de Crédito em situação de vencido, respetivamente. De realçar ainda os valores apresentados nos créditos em situação de vencidos para Particulares Outros Fins (mCve. 712.361), Sector da Hotelaria (mCve. 279.801 e Sector da Indústria (mCve. 231.609), com este último a apresentar um crescimento em mCve 148.333 (+178,12%) em relação ao ano de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor, apresentam a seguinte composição:

(em milhares de escudos)

		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Setor	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	Comércio	15 958	10 828	1 013 227	120 890	1 029 185	131 718
	Construção e obras públicas	1 663 413	508 809	253 671	22 075	1 917 084	530 883
	Transportes	-	-	710 513	44 424	710 513	44 424
	Indústria	194 898	105 340	561 998	67 159	756 896	172 499
	Hotelaria	1 107 084	444 455	368 542	19 495	1 475 626	463 950
	Energia	2 298 189	373 394	607 031	17 427	2 905 220	390 822
	Outros setores	2 869 255	673 699	2 297 039	106 877	5 166 294	780 576
Particulares	Habitação	306 751	192 856	15 060 526	679 942	15 367 277	872 797
	Outros Particulares	301 112	243 124	5 688 113	258 153	5 989 224	501 278
	Produtores Individuais	179 965	35 097	500 540	91 024	680 505	126 122
	Setor Público	-	-	7 937 747	121 862	7 937 747	121 862
	Outros	-	-	47 347	47 152	47 347	47 152
	Total	8 936 624	2 587 602	35 046 295	1 596 480	43 982 919	4 184 082

Em 31 dezembro de 2022, o saldo dos créditos concedidos que tinham sido objeto de moratórias tinha a seguinte distribuição:

Pds Créditos de Moratória C em dez-22	Nº Créditos Normal	Saldo Normal dez-22	Nº créditos vencidos	Saldo Vencido dez-22	Nº total Créditos	Saldo total dez-22
Empresas	**153**	**5 343 010**	**12**	**171 482**	**165**	**5 514 492**
Investimento	116	4 456 057	5	158 843	121	4 614 900
Tesouraria	37	886 953	7	12 639	44	899 592
Particulares	**520**	**885 783**	**53**	**66 937**	**573**	**952 720**
Habitação	147	562 774	12	38 026	159	600 800
Outros Fins	373	323 010	41	28 910	414	351 920
Pds Moratórias em dez-22	**673**	**6 228 793**	**65**	**238 418**	**738**	**6 467 212**

Relativamente aos créditos que tinham sido objeto de moratórias pelo Governo ao abrigo do Decreto-Lei nº 38/2020 de 31 de março e alterações subsequentes, em consonância com a medida de prorrogação das moratórias públicas, exclusivamente de capital, o Banco de Cabo Verde decidiu manter até setembro de 2022, as medidas prudenciais atualmente em vigor.

Fazendo um PDS da carteira de crédito emergida das moratórias terminadas em setembro de 2022, a 31/12/2022 o volume dos créditos ativos ascendia a 738 créditos, num total de 6 467 211 mCve, correspondendo a cerca de 14,7% da carteira de crédito não titulado da instituição.
O segmento empresas contribui com 85% da carteira, com maior peso do investimento, com 71,3%, no entanto, em contrapartida, regista maior exposição ao crédito vencido, na ordem dos 72%. Em termos de volume, o segmento de particulares tem maior expressão, com 78% dos créditos concedidos, com destaque para os créditos para outros fins com 56% dos contratos.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado como se segue:

Custo Aquisição	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2020	3 683	3 923	7 606
Saldo em 31-12-2021	3 683	3 589	7 272
Aquisições	28 024	-	28 024
Transferências	(31 707)	-	(31 707)
Saldo em 31-12-2022	-	3 589	3 589
Amortizações	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2020	-	2 795	2 795
Amortizações do exercício	-	29	29
Abates/Regularizações		(244)	(244)
Saldo em 31-12-2021	-	2 580	2 580
Amortizações do exercício	-	29	29
Saldo em 31-12-2022	-	2 609	2 609
Saldo Líquido em 31-12-2021	3 683	1 009	4 692
Saldo Líquido em 31-12-2022	-	980	980

No ano de 2022, foram reclassificados os terrenos registados na rúbrica propriedades de investimentos para 'outros ativos tangíveis (terrenos)' no valor de mCve 31.707. Esta reclassificação deveu-se ao fato da Caixa já possuir projetos para construção de agências e edifício Sede da Caixa do Norte nesses terrenos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa e era:

	2022		**2021**	
	Valor Líquido	Valor de Avaliação	Valor Líquido	Valor de Avaliação
Terrenos	-	-	3 683	18 640
Edifícios	1 008	8 299	1 008	8 299
	1 008	8 299	4 691	26 939

Nos exercícios de 2022 e 2021, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 32 e mCve. 54, respetivamente.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2021			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2022		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 832 403	(241 604)	1 590 799	31 707	(10 169)	4 584	(36 789)	1 853 941	(273 809)	1 580 132
Obras em edifícios arrendados	52 760	(43 633)	9 127	-	(286)	286	(293)	52 474	(43 640)	8 834
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Mobiliário e material	254 574	(227 977)	26 597	5 426	-	-	(6 863)	260 000	(234 840)	25 160
Máquinas e ferramentas	299 751	(272 767)	26 984	7 311	(83)	83	(9 818)	306 979	(282 502)	24 477
Equipamento informático	399 869	(372 538)	27 331	9 935	(22 837)	22 835	(14 721)	386 967	(364 424)	22 543
Instalações interiores	591 194	(568 103)	23 091	2 982	(6 075)	6 075	(4 456)	588 101	(566 484)	21 617
Material de transporte	219 023	(122 660)	96 363	2 440	(36 895)	36 895	(23 506)	184 568	(109 271)	75 297
Equipamento de segurança	161 173	(144 472)	16 701	274	(374)	371	(5 608)	161 073	(149 709)	11 364
Outro equipamento	7 354	(6 213)	1 141	89	-	-	(193)	7 443	(6 406)	1 037
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(39 961)	65 155	-	-	-	(11 370)	105 116	(51 331)	53 785
	3 928 344	(2 039 928)	1 888 416	60 164	(76 719)	71 129	(113 617)	3 911 789	(2 082 416)	1 829 373
Imoblilizado em curso	103 373	-	103 373		(4 696)	-	-	115 255	-	115 255
	4 031 717	(2 039 928)	1 991 790		(81 415)	71 129	(113 617)			1 944 628

Em 31 de dezembro de 2022 registou uma variação negativa de mCve 59.043 (3,1%) em relação ao ano 2021, justificado essencialmente pela vendas/abates de viaturas, equipamentos informáticos, e um edifício (antigo agência ASA da Caixa).

	Saldos em 31-12-2020			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2021		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 827 734	(204 802)	1 622 932	4 669	-	-	(36 802)	1 832 403	(241 604)	1 590 799
Obras em edifícios arrendados	52 748	(43 340)	9 408	12	-	-	(293)	52 760	(43 633)	9 127
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Mobiliário e material	253 953	(221 664)	32 289	1 301	(681)	671	(6 984)	254 573	(227 977)	26 596
Máquinas e ferramentas	291 104	(266 119)	24 985	12 474	(3 826)	3 826	(10 474)	299 752	(272 767)	26 985
Equipamento informático	397 015	(355 603)	41 412	4 530	(1 676)	1 676	(18 611)	399 869	(372 538)	27 331
Instalações interiores	592 894	(566 555)	26 339	1 026	(2 726)	2 726	(4 274)	591 194	(568 103)	23 091
Material de transporte	184 056	(115 866)	68 190	49 270	(14 303)	14 054	(20 848)	219 023	(122 660)	96 363
Equipamento de segurança	161 336	(137 961)	23 375	250	(413)	411	(6 922)	161 173	(144 472)	16 701
Outro equipamento	7 243	(6 062)	1 181	144	(33)	33	(184)	7 354	(6 213)	1 141
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(26 640)	78 476		-		(13 320)	105 116	(39 960)	65 156
	3 878 326	(1 944 612)	1 933 714	73 676	(23 658)	23 397	(118 712)	3 928 344	(2 039 927)	1 888 417
Imoblilizado em curso	106 739	-	106 739	6 464	(9 830)	-	-	103 373	-	103 373
	3 985 065	(1 944 612)	2 040 453	80 140	(33 488)	23 397	(118 712)	4 031 717		1 991 790

A rúbrica Ativos sob direito de uso é composta basicamente por imóveis (edifícios arrendados), sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, decorrente da aplicação da IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rúbrica "Imobilizado em curso" inclui: despesas com a instalação de novas agências e obras nas agências existentes e aquisições de novos equipamentos, nos montantes de mCve. 115.255 e mCve. 103.373, respetivamente.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rúbrica ativos intangíveis regista os softwares da Caixa. Os movimentos ocorridos nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Custo Aquisição	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2020	320 057	320 057
Saldo em 31-12-2021	320 057	320 057
Adições	13 949	13 949
Saldo em 31-12-2022	334 006	334 006
Amortizações	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2020	316 763	316 763
Amortizações do exercício	2 579	2 579
Saldo em 31-12-2021	319 342	319 342
Amortizações do exercício	760	760
Saldo em 31-12-2022	320 102	320 102
Saldo Líquido em 31-12-2021	715	715
Saldo Líquido em 31-12-2022	13 904	13 904

Em 31 de dezembro de 2022 a rúbrica "ativos Intangíveis" registou uma variação positiva no valor mCve. 13.949 (4,4%), este aumento deveu-se a aquisição de Software IFRS 9 da Direção do Risco.

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

2022

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	295 752	1 379 914	137 991
		22 500			**139 030**

2021

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	199 608	1 183 967	118 728
		22 500			**119 767**

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP) e Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur) como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade destas entidades, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2022 e 2021 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2022		
	IMOTUR	**SISP**	**TOTAL**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 039	98 768	99 807
Dividendos			
Resultados em participadas		19 961	19 961
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 039	118 728	119 767
Dividendos		(9 980)	(9 980)
Resultados em participadas		29 243	29 243
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1 039**	**137 991**	**139 030**

No Ano de 2022, a Caixa registou um pagamentos dos dividendos da SISP referente ao ano 2021, no valor de mCve 9.980.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, a Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	2022	**2021**
Ativos por impostos correntes		
. IRPC a recuperar	86 625	93 697
	86 625	93 697
Passivos por impostos correntes		
. Estimativa de imposto do exercício	220 087	126 508
. Tributação autónoma	639	1 077
	220 727	127 585
Ativos por imposto diferidos		
.Imparidade de Crédito	108 899	70 412
	108 899	70 412

A rubrica "Ativos por impostos correntes – IRPC a recuperar" corresponde aos pagamentos fracionados efetuados no exercício de 2022.

O movimento dos ativos por impostos diferidos nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022		
	Saldo em 31-12-2021	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2022
Imparidade de Crédito	70 412	38 487	108 899
	70 412	38 487	108 899

	2021		
	Saldo em 31-12-2020	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2021
Imparidade de Crédito	70 412	-	70 412
	70 412	-	70 412

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes do imposto		1 411 659		1 096 061
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	316 776	22,44%	245 956
Benefícios Fiscais:				
. Rendimentos de títulos de Dívida Publica	-7%	-22 249	-8%	-20 120
colocados em mercado secundário	0,0%	0	-1,5%	-3 665
. Rendimentos de obrigações	-34,1%	-107 974	-42,3%	-104 020
. Outros	-0,2%	-684	-0,5%	-1 151
Imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	0,0%	0	3,9%	9 500
Reversão de provisões tributadas	-4,0%	-12 671	0,0%	0
Aplicação do método de equivalência patrimonial	-2,1%	-6 562	-1,8%	-4 448
Encargos não aceites fiscalmente	3,8%	11 902	2,3%	5 692
Tributação Autónoma	0,0%	639	0,1%	242
Menos-valias contabilístico	0,0%	0	0,0%	2
Mais valias contabilísticas	-1,4%	-4 424	-0,4%	-894
Correção relativas a exercícios anteriores	0,1%	327	0,1%	308
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias	12,1%	38 487	0,0%	0
Outros	1,9%	6 038	0,0%	0
Diferença positiva entre as Mais-valias e as Menos-valias fiscais	0,4%	1 121	0,0%	0
Imposto sobre o lucro do exercício	16%	220 727	12%	128 206

Os rendimentos das obrigações ou produtos de natureza análoga, incluindo os títulos de dívida pública, com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa liberatória de 5% e 10%, respetivamente. A taxa só se aplica relativamente aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025.

Em julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correções ao imposto apurado pela Caixa que foram objeto de reclamação. Em janeiro de 2012, a Caixa recebeu uma nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de mCve. 40.644. A Caixa procedeu à liquidação do montante de mCve. 16.145 e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

A 31 de dezembro de 2020 a Caixa foi notificada, através da nota n.º 263/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020, da confirmação da matéria tributável relativo ao exercício de 2015 e da consequente liquidação adicional de IRPC para ano de 2020 no valor de mCve 90.812.
Na mesma data, a Caixa foi igualmente notificada no âmbito do relatório de Procedimento de Inspeção – Ano 2015, através da nota n.º 262/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020.
A Caixa discorda das correções feitas pela REGC na determinação da matéria coletável e liquidação corretiva, nas rúbricas:

(i) Correções de deduções do rendimento de títulos colocados no mercado secundário e,

(ii) Retenção na fonte sobre Juros de Obrigações pagos.
A Caixa enviou uma nota de reclamação ref. DFI.030.2021, datada de 18 de fevereiro de 2021 onde concorda em pagar somente o valor de mCve 24.578.

A 24 de junho de 2021, através da nota n. º110/DGCI-REGC/2021 de 23 de junho de 2021, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição às conclusões do projeto de relatório ao exercício de 2015, em que a Administração Fiscal discorda da alegação da Caixa, indeferindo a pretensão da Caixa relativamente a correção da dedução do rendimento de títulos do primário colocado no mercado secundário.
A 09 de julho de 2021, através da nota N/ref.CE.015.2021, a Caixa exerceu o direito de audição onde continua defendendo o direito à dedução do rendimento de títulos colocados no mercado secundário.
A 06 de Setembro de 2021, através da nota n.º ref. nº206/DGDC/REGC/2021, a AF indeferiu a reclamação feita pela Caixa.
A Caixa em 06 de outubro de 2021 sob. n/Ref.CE.027.2021, interpôs o recurso hierárquico do indeferimento da reclamação ao procedimento de inspeção referente ao exercício económico de 2015.
No ano 2016 a Autoridade Tributária não levantou qualquer comentário sobre o tema interposto pela Caixa em 2015.

A Caixa continua aguardando o despacho deste do processo.

Nos termos do Código Geral Tributário, aprovado pela Lei 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do contribuinte durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2022.

15. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Outros ativos:		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	1 592 282	1 515 346
Numismática e medalhística	86	86
	1 592 368	1 515 432
Devedores:		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	602 663	775 696
. Outros	48	48
Devedores por remessas cambiais	3 370	16 405
Devedores diversos	96 958	49 066
	703 039	841 215
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	793	900
Outros	26 082	36 137
	26 875	37 037
Operações ativas a regularizar:	29 539	139 409
Ativo Bruto	2 351 821	2 533 175
Imparidade de outros ativos (Nota 18):		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	(926 849)	(804 640)
Outros ativos	(2 489)	(2 489)
Imparidade Acumulada	(929 338)	(807 129)
Ativo Líquido	1 422 483	1 726 046

A rubrica "ativos recebidos por recuperação de crédito" corresponde aos valores dos ativos recebidos por recuperação de creditos, detidos para venda, e em 2022 e 2021 o total da carteira ascende a mCve. 1.592.282 e mCve 1.515.346, respetivamente. A imparidade associada no ano 2022 ascende a mCve. 929.849 e em 2021 a mCve. 762.640.

A rubrica “valores a receber do Estado de Cabo Verde”, nos anos de 2022 e 2021 inclui os montantes de mCve. 602.663 e mCve. 851.909, respectivamente. São valores referentes aos creditos à habitação e outros fins de acordo com os preceitos legais aplicáveis aos creditos bonificados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos recebidos por recuperação de crédito correspondem a imóveis e outros ativos recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

	2022					2021				
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avalições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avalições
Anteriores a 2012	4 682	(4 682)	-	100%	8 051	4 682	(4 682)	-	100%	8 051
2013	251 348	(134 638)	116 710	54%	232 028	251 348	(134 638)	116 710	54%	248 690
2014	628 771	(316 580)	312 191	50%	851 878	628 771	(316 580)	312 191	50%	672 131
2015	97 219	(63 892)	33 327	66%	131 300	147 219	(113 477)	33 742	77%	185 847
2016	342 350	(195 694)	146 656	57%	756 448	342 350	(184 472)	157 878	54%	540 877
2017	76 246	(41 935)	34 311	55%	124 717	76 246	(23 087)	53 159	30%	129 786
2018	15 606	(15 606)	-	100%	15 606	30 076	(22 073)	8 003	73%	36 492
2019	19 071	(10 489)	8 582	55%	13 440	19 071	(5 631)	13 440	30%	13 440
2020	15 583	(8 571)	7 012	55%	50 697	15 583	-	15 583	-	28 520
2022	141 406	(134 762)	6 644	95%	216 022	-	-	-	-	-
Total	1 592 282	(926 849)	665 433	58%	2 400 187	1 515 346	(804 640)	710 706	53%	1 863 834

A Caixa em 2022 registou como ativos recebidos por recuperação de crédito, três imóveis no valor mCve 141.406, nomeadamente, Victor Hugo, Halcyonair e Ana Cristina. De realçar que para a Halcyonair foram registados o valor bruto do Balanço e a Imparidade no valor de mCve129.833, perfazendo um valor líquido zero no Balanço. O justo valor do imóvel Halcyonair é 187.282mCve.

Também foram vendidos ativos recebidos por recuperação de crédito, dois Imóveis e um Navio, cujo valor bruto no Balanço foi de mCve 64.137 e a Imparidade mCve 56.467 e o valor líquido foi de mCve 8.003. Foi realizado mais-valia no valor de mCve 16.369.

16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2022	2021
Depósitos à ordem:			
	De instituições de Crédito no Pais	95 406	94 724
		95 406	94 724
Depósitos a prazo:			
	De instituições de Crédito no Pais	156 886	155 000
		156 886	155 000
Empréstimos obtidos:			
	De depósitos	2 822	2 815
		2 822	2 815
		255 114	252 539

O Depósito a Prazo, constituído no valor de mCve 156.886, pertence à Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Cabo Verde.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	13 581 203	12 050 224
Depósitos à vista:		
De residentes	23 984 532	21 706 961
De emigrantes	1 429 642	1 369 794
	25 414 174	23 076 754
Depósitos a prazo:		
De residentes	19 436 338	17 923 133
De emigrantes	17 180 774	16 677 118
	36 617 112	34 600 251
Outros recursos:		
Empréstimos obtidos de residentes	246 967	280 301
Cheques e ordens a pagar	(44 916)	(2 472)
	202 051	277 829
Juros:		
De depósitos	357 218	359 954
De empréstimos obtidos de residentes	3 696	4 231
	360 914	364 185
	76 175 454	70 369 243

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes" corresponde a uma linha de crédito obtida junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a qual vence juros a uma taxa fixa de 2.5% ao ano, a reembolsar em 15 prestações anuais. A última tranche vence em maio de 2032. Esta linha de crédito, visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica "Cheques e ordens a pagar" inclui mCve. 69.170 e mCve. 52.065, respetivamente, referentes a transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorreu nos primeiros dias de 2022 e 2023.

18. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o seguinte:

	2022					
	Saldos em 31/12/2021	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	4 283 418	2 864 488	(174 384)	(2 483 599)	-	4 489 923
Imparidade de bens Arrematados	804 639	53 041	(56 467)		125 636	926 849
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	-	2 489
	5 090 746	2 917 529	(230 851)	(2 483 599)	125 636	5 419 261
Outras provisões	335					
Contingências fiscais	66 000		(7 378)			58 622
	5 157 081	2 917 529	(238 229)	(2 483 599)	125 636	5 477 883

Em 31 de dezembro de 2022, encontra-se reconhecida na conta 'Provisões para contingências fiscais' o montante de mCve. 58.622, do qual a maior parte, alocado aos processos respeitantes aos exercícios de 2010 e 2015 que continuam a aguardar a conclusão dos processos pela REGC. Em 2022 foi concluído o processo do IRPC de 2016 e foi feito o pagamento no valor de mCve 7.378.

	2021				
	Saldos em 31/12/2020	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Saldos em 31/12/2021
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes	5 701 048	1 779 681	(1 841 285)	(1 356 026)	4 283 418
Imparidade de bens Arrematados	762 639	42 000	-		804 639
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	2 489
	6 466 376	1 821 681	(1 841 285)	(1 356 026)	5 090 746
Outras provisões	-	335			335
Contingências fiscais	66 000				66 000
	6 532 376	1 822 016	(1 841 285)	(1 356 026)	5 157 081

As Provisões e as Imparidades Líquidas do Exercício atingiram em 2022 o valor de mCve 433.930, refletindo um decréscimo de mCve 32.060 (7%) comparado com 2021 que registou mCve 465.990. Este decréscimo explica-se principalmente pelas Imparidades líquidas de Crédito (dotações líquidas em resultado) que registaram uma diminuição de mCve 42.766 (10%).

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Recursos:		
SPA - retenção na fonte impostos	67 134	49 965
Passivo de Locação (IFRS 16)	56 533	67 675
Outros	21 817	20 338
	145 484	137 978
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	88 702	83 101
Prémio de produtividade	58 023	47 302
Subsídio de falha	12 322	13 259
Outros	1 364	1 400
	160 411	145 062
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	3 618	2 582
Água, gás e eletricidade	11 412	10 844
Comunicações	52 147	35 646
SPA - retenção na fonte impostos	23 871	26 626
Outros	33 903	34 614
	124 951	110 313
Receitas com proveitos diferidos:		
De operações extrapatrimoniais	1 738	2 072
Outras contas de regularização	106 183	112 639
Outros Passivos	538 767	508 064

A rubrica Recursos – 'SPA retenção na fonte impostos' é composta basicamente por impostos retidos sobre rendimentos de trabalhadores (mCve. 13.906) e rendimentos de capitais (mCve. 34.530), impostos de selo (mCve. 12.795) e impostos sobre o valor acrescentado (mCve. 2.509) de dezembro de 2022 por liquidar em janeiro de 2023.

Quanto a rubrica "Passivo de Locação" corresponde, em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e 2019, ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, e considera os contratos de locação de bens imoveis (balcões e edifícios centrais). Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com a IAS 17, todas locações dos imoveis eram reconhecidas diretamente nos resultados, através da rubrica "Gastos Gerais Administrativos".

Relativamente ao "Custos com Pessoal" compreende essencialmente os acréscimos de encargos com Subsídios de férias (mCve. 88.702) e Prémio de produtividade (mCve. 58.023) do ano.

Em 31 de Dezembro de 2022 a rubrica, "Outros Custos Administrativos", inclui sobretudo os valores de mCve. 8.683 - Encargos com Energia elétrica a pagar, mCve. 52.147 - Encargos a pagar com Serviços de Comunicação e mCve. 23.729 - Retenção de Segurança social do mês dezembro, a pagar em janeiro de 2023. A rubrica inclui ainda nos "Outros", os Serviços Especializados de Auditoria Externa por pagar no valor de mCve. 18.387 e de Segurança Policial de mCve. 6.271.

A rúbrica outras contas de regularização incluem essencialmente as operações passivas a regularizar, nomeadamente as sobras de caixa e os fecho dos ATM's (sobras de Caixa no valor total de mCve 26.237, Fecho de ATM's no valor total de mCve 81.833).

20. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital da Caixa encontra-se representado por 1.392.000 ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a estrutura acionista da Caixa é a seguinte:

	2022		2021	
Entidade	Número de ações	%	Número de ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%	657 200	47,2%
Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%	381 904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	142 147	10,21%	142 147	10,21%
	1 392 000	100,00%	1 392 000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

	2021	Incorporação Reservas	Dividendos	Resultado do Exercício	2022
Outras reservas e resultados transitados					
. Reserva legal	785 359	96 785			882 144
. Outras reservas	3 615 720	386 653			4 002 373
. Dividendos	-		(484 416)		-
Total	4 401 079	483 438			4 884 517
Lucro do exercício	967 854			1 229 419	1 229 419
	5 368 933	**483 438**	**(484 416)**	**1 229 419**	**6 113 936**

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 10 de junho de 2022, foi deliberada a distribuição de resultado do ano 2021 de seguinte forma: incorporação em reserva legal mCve. 96.785, outras reservas no valor de mCve. 632.080 e dividendos no montantes de mCve 484.416.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	3 018 746	2 914 934
Recuperação de juros anulados	93 603	115 923
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	513 741	555 076
Outros títulos de rendimento fixo	99 148	89 661
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	35	35
Títulos de intervenção monetária	6 790	5 781
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	450	341
Juros de Ativos Financeiros - Títulos	44 601	39 711
Juros Mercado monetário interbancário	3 322	3 929
Outros juros e rendimentos similares	-	18
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	195 500	193 619
	3 975 935	3 919 028

Os Juros e Rendimentos Similares cresceram face ao ano 2021 em mCve 56.906 (1,45%). O crescimento é explicado pelo aumento dos juros do crédito não titulado normal em mCve 103.812 (4%), com forte contributo do crédito á tesouraria que cresceu mCve 59.773 126 (4%). Os juros titulados, mais precisamente as obrigações de Tesouro, e a recuperação de juros anulados do crédito vencido, tiveram uma redução face ao ano 2021, em mCve 31.848 (5%) e mCve 22.320 (19%), respetivamente.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos de poupança		
Cadernetas	172 931	182 199
Depósitos à ordem		
De emigrantes	27 558	23 068
De residentes	193	209
Depósitos a prazo		
De emigrantes	255 005	264 613
De residentes	396 004	384 054
Empréstimos		
De residentes	6 132	6 961
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	-	16 332
Juros anulados de crédito de Clientes		
Crédito Interno	36 105	249 479
Juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16)	1 235	2 209
Outros	140	140
	895 302	1 129 265

Os Juros e Encargos Similares tiveram uma evolução favorável em menos de mCve 233.964 (20,7%), foi justificada pela anulação de juros de exercícios anteriores em mCve 214.349 (85,2%). Destaca-se também o decréscimo dos custos com os recursos do setor público em mCve 15.820 (5%), decorrente sobretudo da redução da carteira do INPS e a redução dos juros dos títulos mercado secundário em mCve 16.332 (100%), na sequência da maturidade da carteira.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	55 515	55 293
Comissões sobre operações cambiais	88 832	66 159
Garantias e avales prestados	14 685	17 322
Comissões VISA	39 831	31 165
Comissões de manutenção de contas	14 306	3 802
Outros serviços bancários prestados	10 655	10 581
Outras comissões	31 608	21 396
	255 432	205 718
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(27 684)	(24 188)
Comissões VISA	(73 952)	(44 718)
Outras comissões e encargos	(45 599)	(41 361)
	(147 235)	(110 267)

A rúbrica "Rendimentos de Serviços e Comissões" tiveram um acréscimo de mCve 49.714 (24,2%) em comparação ao ano de 2021, explicado pela evolução favorável das Comissões de manutenção de contas mCve 10.504 (276%) e Comissões sobre operações cambiais mCve 22.673 (34%).
Na mesma ordem, a rúbrica "Encargos com Serviços e Comissões" tiveram também uma variação positiva no valor dos mCve 36.968 (34%), com maior contributo das Comissões VISA no valor de mCve 29.234 (65,4%).

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	151 482	106 525	44 957	105 434	82 613	22 821
Resultados em notas e moedas	166 567	117 025	49 543	157 282	92 121	65 161
	318 049	223 550	94 499	262 716	174 733	87 983

Verificou-se um aumento no resultado de reavaliação cambial em 7% em relação a 2021, dado à desvalorização gradual do EUR devido à guerra na Ucrânia e consequentemente valorização do câmbio das principais moedas,

como o USD e CHF. O USD, por exemplo, iniciou o ano com um câmbio de 97,554 CVE e em setembro atingiu a um câmbio de 115,280 CVE, representando um aumento de 18%, ou seja 17,73 pontos percentuais.

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica pode ser analisada como segue:

Resultados de alienação de outros ativos	**2022**
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	16 369
Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis	19 708
	36 078

Em 2022, a rúbrica "Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda", correspondem ás mais- valias geradas nas vendas de uma Embarcação de pesca/-"Navio "MUNCRECA", no valor de mcve 9.372 e dois Prédio Urbanos situados Achada Fátima/Pedra Badejo e Terra Branca/Praia, no valor total de mCve 6.997.

Em 2022, a rúbrica "Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis" correspondem à mais-valia gerada nas vendas de viaturas da Caixa, no valor de mCve 11.799 e um edifício, antigo Agência ASA da Caixa, registado em ativo fixo tangível, no valor de mCve 7.915.

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	**2021**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços		
Taxas de serviço	44 654	24 284
Cartões de crédito	13 506	11 382
Venda de cheques e cadernetas	5 697	5 732
Locação de imóveis (Nota 8)	32	54
Recuperação de créditos incobráveis	80 694	47 928
Outros proveitos de exploração	38 961	29 557
	183 544	118 937
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(48 316)	(42 934)
Donativos	(1 264)	(673)
Quotizações	(1 645)	(1 591)
Fundo Garantia Depósitos	(5 556)	(5 256)
Outros	(23 123)	(3 532)
	(79 904)	(53 986)
Outros Resultados de exploração	103 640	64 951

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica Outros Resultados de Exploração registou um aumento de mCve 38.689 (59,57%) em relação ao ano de 2021, com maior contributo dos outros proveitos de exploração.
A rúbrica outros proveitos de exploração registou um aumento de mCve 64.607 (54.32%) em relação ao ano de 2021. O saldo desta rubrica é composto principalmente por: proveitos com a recuperação de créditos Incobráveis em mCve.80.694, mais mCve. 32.766 em relação ao ano de 2021, e proveitos com as taxa de serviços, mais mCve. 20.370 comparando com o ano de 2021.
Quanto a rubrica outros custos de exploração, o saldo em 31 de dezembro de 2022 inclui basicamente os valores de mCve. 34.795 de impostos sobre rendimentos de títulos, na rubrica outros impostos e de mCve. 23.123 de outros gastos operacionais, na rubrica outros.

28. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações de empregados	696 371	657 613
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	26 354	27 784
Encargos sociais		
Previdência social	109 657	103 220
Despesas médicas	7 174	7 164
Outros	10 975	10 390
Prémios de produtividade (Nota 18)	58 023	47 302
Outros	4 641	4 694
	913 195	**858 8**

No ano de 2022 houve um aumento dos custos com o pessoal em mCve 55.027 (6,41%) em relação ao ano transato, o aumento justificado essencialmente pelas rubricas Remunerações de Empregados em mCve 38.758 (5,9%), subsídios- Prémios de produtividade em mCve 58.023 (22,7%), bem como do aumento da Contribuição para Previdência Social em mCve 6.437 (6.2%).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2022	2021
Administradores executivos	3	3
Direção Geral e Coordenação	33	33
Gerência e chefias	34	34
Técnicos	152	150
Administrativos	109	109
Apoio Geral e auxiliar	55	55
	386	385

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os números apresentados acima incluem 27 e 29 colaboradores, com contrato de trabalho a termo certo respetivamente, e 1 administrador em comissão de serviço.
O aumento de 2 técnicos deve-se a entrada de 2 contratados de trabalho a termo certo, para o quadro efetivo da Caixa.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Serviços especializados	201 933	196 622
Encargos com ATM	135 224	120 842
Água, gás e electricidade	48 280	41 692
Publicidade	20 298	20 052
Comunicações	40 012	40 898
Deslocações, estadas e representação	17 742	10 830
Material de consumo corrente	38 711	28 819
Seguros	26 857	16 184
Conservação e reparação	19 821	23 088
Rendas e alugueres	87	32
Combustíveis	13 047	9 254
Transportes	442	678
Encargos com formação do pessoal	4 608	2 328
Material informático	812	2 039
Contencioso e notariado	3 119	612
Outros	8 107	6 575
	579 100	**520 544**

Os Gastos Gerais Administrativos em dezembro 2022 aumentaram no valor de mCve 58.556 (11,25%), justificado essencialmente pelas rubricas: Água, gás e electricidade mCve 6.588 (16%), Material de consumo corrente que inclui aquisição de cartões e transporte mCve 9.892 (34%), Seguro de valores mCve 10.838 (66%), encargos com ATM mCve 14.383 (12%) e outros serviços especializados mCve 5.311 2,7%).

30. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	560 156	718 579
	560 156	718 579
Depósito e guarda de valores	54 766 457	49 108 523
Credito gerido p/conta terceiros	759 110	769 194
	55 525 567	**49 877 716**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Depósitos e guarda de valores" corresponde a títulos depositados na Caixa pelos clientes.

Na sequência da Resolução do Novo Banco e da passagem de ativos financeiros deste para o INPS e BCV, a Caixa assinou com estas duas instituições acordos de cessão e gestão das respetivas carteiras de crédito, a saber:

Com o INPS – Contrato de 06/07/17 entre Novo Banco, INPS e Caixa, de cessão à Caixa para efeitos de gestão de carteira de crédito proveniente do Novo Banco, cujo saldo em 31/12/2021 é de 469.672mCve.

Com o BCV – Contrato de 26/09/17 entre o BCV e Caixa, onde esta toma para efeitos de gestão uma carteira de crédito, cujo saldo em 31/12/2021 é de 29.811mCve.

No âmbito desses acordos, as atribuições da Caixa consistem concretamente na recuperação das carteiras, ou seja, na gestão e cobrança das prestações, devendo para o efeito desenvolver todas as diligências de forma criteriosa que caracteriza a atividade de acompanhamento, cobrança e recuperação, típicas dos bancos, no âmbito da sua atividade creditícia.

Em compensação à Caixa pelos serviços prestados, ambos os contratos preveem um s*uccess fee* mensal de 20% sobre os juros cobrados, bem como uma comissão anual de gestão de 2% do valor de capital em dívida apurado a 31/12 do ano anterior, sendo que o total dos valores recebidos pela Caixa, (juros mensais + comissão anual de gestão) não deverá ultrapassar 50% do total dos juros efetivamente cobrados no ano em questão.

31. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de "Negociação e Vendas" e "Banca Comercial".

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a atividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de dezembro de 2022, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2022		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	667 285	3 308 650	3 975 935
Juros e encargos similares		(895 302)	(895 302)
MARGEM FINANCEIRA	667 285	2 413 349	3 080 633
Rendimentos com serviços e comissões		255 432	255 432
Encargos com serviços e comissões		(147 235)	(147 235)
Resultados de reavaliação cambial		94 499	94 499
Resultados de alienação de outros activos	36 078		36 078
Outros resultados de exploração	103 640		103 640
PRODUTO BANCÁRIO	807 002	2 616 045	3 423 047
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(404 687)
	807 002	2 419 743	3 018 360
Outros custos e proveitos			(1 788 941)
Resultado após impostos			**1 229 419**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		8 639 868	8 639 868
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		3 434 505	3 434 505
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	52 646	12 047 773	12 100 418
Crédito a Clientes	17 536 501	39 323 316	56 859 817
Recursos de Outras Instituições de Crédito		255 114	255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	250 664	75 924 790	76 175 454

Em 31 de dezembro de 2021, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2021		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	694 211	3 224 818	3 919 028
Juros e encargos similares		(1 129 265)	(1 129 265)
MARGEM FINANCEIRA	694 211	2 095 553	2 789 763
Rendimentos com serviços e comissões		205 718	205 718
Encargos com serviços e comissões		(110 267)	(110 267)
Resultados de reavaliação cambial		87 983	87 983
Resultados de alienação de outros ativos	3 975		3 975
Outros resultados de exploração	64 951		64 951
PRODUTO BANCÁRIO	763 137	2 278 986	3 042 124
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(465 990)
	763 137	2 278 986	2 576 134
Outros custos e proveitos			(1 608 279)
Resultado após impostos			**967 854**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		9 749 912	9 749 912
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		2 296 144	2 296 144
Ativos Financeiros ao Justo Valor	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	49 557	9 750 666	9 800 223
Crédito a Clientes	14 778 258	41 733 262	56 511 520
Recursos de Outras Instituições de Crédito		252 539	252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	284 532	70 084 711	70 369 243

A totalidade da atividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

32. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas (INPS, Correios de Cabo Verde, Estado de Cabo Verde, Outros Subscritores e trabalhadores), empresas associadas e os órgãos sociais. Não existem entidades relacionadas com os órgãos Sociais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	dez-22			
		Accionistas		
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	12 050 000			
Crédito a clientes	15 265 115			68 735
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				139 030
Imparidade				2 881
Outros activos	602 711			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	184 588			74 433
Recursos de clientes e outros empréstimos		18 288 496	93 332	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	623 388			
Custos:				
Juros e encargos similares	2 558	6 132		

	dez-21			
		Accionistas		
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	9 752 000			
Crédito a clientes	12 696 794			68 735
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				119 627
Imparidade				36 594
Outros activos	775 744			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	155 000			106 067
Recursos de clientes e outros empréstimos		15 109 243	60 855	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	571 211			
Custos:				
Juros e encargos similares	17 676	6 961		

Órgãos Sociais

Nos anos 2022 e 2021, não foram concedidos créditos aos membros do Conselho de Administração.
Em 2022 foram pagos aos órgãos sociais e de fiscalização o montante de 26.354 Mcve em remunerações, enquanto que em 2021 o valor ascendeu a 27.784 Mcve.

33. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adoção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise *a posteriori* dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respetivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projeções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	8 639 868	0	0	0	0	0	8 639 868
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	3 434 505	0	0	0	0	0	3 434 505
Aplicações em Instituições de crédito	9 400 000	1 097 464	1 605 182	0	0	-1 962	12 100 684
Crédito a Clientes	2 993 285	1 606 694	4 829 481	19 425 607	28 753 149	3 741 524	61 349 740
	24 467 659	**2 704 158**	**6 434 663**	**19 425 607**	**28 753 149**	**3 739 562**	**85 524 797**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-100 466	-151 825	0	0	0	-2 822	-255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-42 467 701	-5 743 383	-22 343 981	-5 112 508	-133 333	-374 548	-76 175 454
	-42 568 167	**-5 895 208**	**-22 343 981**	**-5 112 508**	**-133 333**	**-377 370**	**-76 430 568**
Gap de Liquidez	**-18 100 509**	**-3 191 050**	**-15 909 318**	**14 313 099**	**28 619 816**	**3 362 191**	**9 094 229**

	2021						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9 749 912	0	0	0	0	0	9 749 912
Disponibilidades em Outras Instituições de Créd	2 296 144						2 296 144
Aplicações em Instituições de crédito	7 700 000	794 680	1 306 878	0	0	-1 334	9 800 223
Crédito a Clientes	1 436 972	912 489	4 082 383	16 799 077	29 621 307	3 659 293	56 511 520
	21 183 027	**1 707 169**	**5 389 261**	**16 799 077**	**29 621 307**	**3 657 958**	**78 357 799**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-249 724	0	0	0	0	-2 815	-252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-38 510 284	-4 639 065	-20 411 671	-6 163 738	-266 667	-377 818	-70 369 243
	-38 760 008	**-4 639 065**	**-20 411 671**	**-6 163 738**	**-266 667**	**-380 633**	**-70 621 782**
Gap de Liquidez	**-17 576 981**	**-2 931 896**	**-15 022 410**	**10 635 339**	**29 354 640**	**3 277 325**	**7 736 017**

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um caráter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido.

Apesar do Gap de liquidez a curto prazo ser negativo, isso não será um problema, uma vez que os recursos de clientes são estáveis e com um histórico de pouca volatilidade ao longo dos anos. Existe liquidez no mercado e grande percentagem dos depósitos são de entidades (emigrantes e INPS), que demonstram interesse na capitalização dos seus recursos.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adotada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos ativos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respetivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows ativos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbio é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afetos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações ativas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

	2022	**2021**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8 639 869	9 749 912
Disponibilidades em outras instit.de crédito	3 434 505	2 296 144
Aplicações em Instituições de crédito	12 100 684	9 800 223
Crédito a Clientes (Líquido de Imparidade e Provisões)	56 859 817	52 228 102
	81 034 875	**74 074 381**
Outros Compromissos:		
Garantias e avales (líquido de provisões)	560 156	718 579
Crédito Gerido por Conta de Terceiros	759 110	769 194
	1 319 266	**1 487 773**
Exposição Máxima a Risco de Crédito	**82 354 141**	**75 562 154**

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o crédito concedido a clientes por stage apresenta-se como segue:

	31-12-2022			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	11 779 598 429	1 498 317 868	1 602 009 749	14 879 926 046
Vencido*	2 976 166	7 565 884	476 806 536	487 348 586
	11 782 574 595	1 505 883 752	2 078 816 285	**15 367 274 632**
Particulares - Consumo Rendas				
Vincendo	4 217 616 461	826 262 355	380 782 630	5 424 661 446
Vencido*	2 851 765	6 908 113	103 632 123	113 392 001
	4 220 468 226	833 170 468	484 414 753	**5 538 053 447**
Particulares - Revolving				
Vincendo	258 371 919	27 345 470	7 239 465	292 956 854
Vencido*	2 171 775	3 407 609	152 626 004	158 205 388
	260 543 694	30 753 079	159 865 469	**451 162 242**
Empresas				
Vincendo	8 414 685 715	3 473 945 843	4 982 711 658	16 871 343 216
Vencido*	2 620 316	8 728 050	552 262 247	563 610 613
	8 417 306 031	3 482 673 893	5 534 973 905	**17 434 953 829**
Produtores Individuais				
Vincendo	141 105 834	374 017 562	113 549 737	628 673 133
Vencido*	340 965	3 100 439	48 390 615	51 832 019
	141 446 799	377 118 001	161 940 352	**680 505 152**
Instituições Financeiras				
Vincendo	194 813	0	0	194 813
Vencido*	0	0	0	0
	194 813	0	0	**194 813**
Sector Público				
Vincendo	4 460 468 198	0	0	4 460 468 198
Vencido*	3 143 029	0	0	3 143 029
	4 463 611 227	0	0	**4 463 611 227**
Despesas Crédito Vencido				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	1 131 307	46 020 705	47 152 012
	0	1 131 307	46 020 705	**47 152 012**
Total crédito vincendo	29 272 041 369	6 199 889 098	7 086 293 239	42 558 223 706
Total crédito vencido	14 104 017	30 841 401	1 379 738 230	1 424 683 648
Total de crédito	29 286 145 386	6 230 730 499	8 466 031 469	**43 982 907 354**

*- Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

	31/12/2021			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	11 173 092 205	1 231 793 540	2 101 410 610	14 506 296 355
Vencido*	2 523 494	5 000 510	470 338 631	477 862 636
	11 175 615 699	1 236 794 050	2 571 749 242	**14 984 158 991**
Particulares - Consumo Rendas				
Vincendo	4 494 890 042	768 494 734	691 563 923	5 954 948 699
Vencido*	2 342 568	7 968 231	118 882 616	129 193 415
	4 497 232 610	776 462 965	810 446 539	**6 084 142 114**
Particulares - Revolving				
Vincendo	146 845 891	35 869 813	47 161 984	229 877 688
Vencido*	860 687	3 821 330	115 634 842	120 316 859
	147 706 579	39 691 143	162 796 826	**350 194 547**
Empresas				
Vincendo	3 808 794 962	2 198 326 822	6 663 431 779	12 670 553 563
Vencido*	389 793	7 027 897	505 091 942	512 509 632
	3 809 184 755	2 205 354 718	7 168 523 722	**13 183 063 195**
Produtores Individuais				
Vincendo	157 710 407	220 321 735	335 693 560	713 725 701
Vencido*	56 927	448 542	47 435 838	47 941 307
	157 767 334	220 770 276	383 129 398	**761 667 008**
Instituições Financeiras				
Vincendo	241 091	0	0	241 091
Vencido*	0	0	0	0
	241 091	0	0	**241 091**
Sector Público				
Vincendo	2 381 422 290	3 730 745 699	306 331 541	6 418 499 530
Vencido*	188 952	1 044	2 550	192 546
	2 381 611 242	3 730 746 743	306 334 091	**6 418 692 075**
Outros				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	0	49 598 280	49 598 280
	0	0	49 598 280	**49 598 280**
Total crédito vincendo	22 162 996 890	8 185 552 342	10 145 593 397	40 494 142 629
Total crédito vencido	6 362 421	24 267 553	1 306 984 701	1 337 614 674
Total de crédito	22 169 359 310	8 209 819 895	11 452 578 097	**41 831 757 302**

*- Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

A Caixa ao adotar a IFRS 9 define que os ativos financeiros sujeitos à imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte. Assim sendo,

• Stage 1, agrega os ativos financeiros que são classificados em stage 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;

• Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");

• Stage 3: os ativos classificados neste stage 3 apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Os indicadores de qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 calculados de acordo com os critérios definidos na Circular Série A, n.º 199 de 01 de janeiro de 2019, com referência a 31-12-2019, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, são apresentados da seguinte forma:

	2022	**2021**
Crédito em incumprimento/crédito total	5,52%	5,69%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total líquido	-1,79%	-1,90%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022				
	Saldos Analisados			**Saldos Não Analisados**	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	8 639 868	8 639 868	0	0	8 639 868
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 434 505	3 434 505	0	0	3 434 505
Ativos Financeiros ao Justo Valor	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	12 100 684	12 100 684	0	0	12 100 684
Crédito a Clientes	56 859 817	52 695 346	-4 164 471	4 489 923	61 349 740
	81 038 697	**76 874 226**	**-4 164 471**	**4 489 923**	**85 528 620**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais			0	0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-255 114	-255 114	0	0	-255 114
Recursos de clientes e outros empréstimos	-76 175 454	-76 805 005	-629 551	0	-76 175 454
	-76 430 568	**-77 060 119**	**-629 551**		**-76 430 568**

	2021				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	9 749 912	9 749 912	0	0	9 749 912
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 296 144	2 296 144	0	0	2 296 144
Ativos Financeiros ao Justo Valor	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 800 223	9 800 223	0	0	9 800 223
Crédito a Clientes	52 228 102	50 761 366	-1 466 736	4 283 418	56 511 520
	74 078 204	**72 611 467**	**-1 466 736**	**4 283 418**	**78 361 621**
Passivo:					
Recursos de Outras instituições de crédito	-252 539	-252 567	28	0	-252 539
Recursos de clientes e outros empréstimos	-70 369 243	-70 741 243	-372 000	0	-70 369 243
	-70 621 782	**-70 993 811**	**-372 029**		**-70 621 782**

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros ao Justo Valor:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido de créditos e títulos.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2022					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	10 543 312	11 198 101	11 504 247	12 078 151	12 347 374	12 853 642
Total	10 543 312	11 198 101	11 504 247	12 078 151	12 347 374	12 853 642
Passivo	-6 254	-118	-461	-1 147	-1 490	-2 176
Total	-6 254	-118	-461	-1 147	-1 490	-2 176
Total Ganho/Perda	**10 549 566**	**11 198 219**	**11 504 708**	**12 079 297**	**12 348 863**	**12 855 818**

	2021					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	-1 414 575	-706 135	-374 247	248 977	541 792	1 093 159
Total	-1 414 575	-706 135	-374 247	248 977	541 792	1 093 159
Passivo	552	-206	-585	-1 343	-1 722	-2 479
Total	552	-206	-585	-1 343	-1 722	-2 479
Total Ganho/Perda	**-1 415 127**	**-705 929**	**-373 662**	**250 319**	**543 513**	**1 095 638**

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA 2022					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício 2021	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54
Exercício 2022	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "*spread*" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações *corporate* detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve 47.047.763 e a mCve. 42.228.096, respetivamente.

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2022				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dólar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	7 192 412	1 165 711	239 670	42 075	8 639 868
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	103 281	3 055 361	187 515	88 348	3 434 505
Ativos Financeiros ao Justo Valor	-	3 823	-	-	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	12 048 038	-	52 646	-	12 100 684
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	61 349 665	3	71	-	61 349 740
Outros Ativos (valor Líquido)	1 508 654	2 967	2 403	-	1 514 024
	82 202 050	**4 227 866**	**482 304**	**130 424**	**87 042 643**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-252 410	-1 868	-836	-	-255 114
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-74 726 685	-1 026 732	-407 493	-14 544	-76 175 454
Outros Passivos	2 846 530	-3 195 443	-73 975	-115 880	-538 767
Outras reservas e resultados transitados	-4 880 695	-3 823	-	-	-4 884 518
	-76 760 850	**-4 225 997**	**-482 304**	**-130 424**	**-81 853 853**
Exposição Líquida	**5 441 200**	**1 868**	**-**	**-**	**5 443 068**

	2021				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dólar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6 675 725	2 828 740	192 541	52 906	9 749 912
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	43 349	1 801 220	406 431	45 144	2 296 144
Ativos Financeiros ao Justo Valor	-	3 823	-	-	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 750 666	-	49 557	-	9 800 223
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	52 186 100	2	-	-	52 186 102
Outros Ativos (valor Líquido)	1 709 465	2 947	6 020	7 615	1 726 046
	70 365 305	**4 636 731**	**654 549**	**105 664**	**75 762 250**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-239 303	-10 478	-2 758	-	-252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-69 007 618	-783 816	-565 190	-12 619	-70 369 243
Outros Passivos	3 511 543	-3 838 615	-86 602	-93 045	-506 719
Outras reservas e resultados transitados	-4 397 257	-3 823	-	-	-4 401 080
	-69 893 332	**-4 626 253**	**-654 549**	**-105 664**	**-75 529 580**
Exposição Líquida	**471 973**	**10 478**	**-**	**-**	**482 451**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração não teve registo, ou perceção de eventos subsequentes que pudessem impactar de forma material a situação patrimonial e evolução do negócio da instituição.